

ITANEL BASTOS DE QUADROS JUNIOR

A Disciplina  
Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda  
no Curso de Comunicação Social:  
Articulação de um Repertório

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação — área de concentração Currículo — da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

CURITIBA

1991

A Disciplina Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda no  
Curso de Comunicação Social Articulação de um Repertório

por

ITANEL BASTOS DE QUADROS JUNIOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Educação, pela Comissão formada pelos  
seguintes Professores

Professor Orientador

---

**Prof<sup>a</sup> Zelia Milleo Pavao**

---

**Prof<sup>a</sup> Rejane de Medeiros Cervi**

---

**Prof. Elpídio Marculino Cardoso**

## AGRADECIMENTOS

À Professora e Amiga  
Rejane de Medeiros Cervi  
pelo seu **eterno** apoio e incentivo.  
Sem o seu estímulo, certamente,  
eu não teria concluído este trabalho.

Aos meus familiares,  
especialmente a meus pais,  
por terem me tolerado pacientemente.

## RESUMO

A presente dissertação constitui oportunidade para a materialização de uma proposta programática no campo da Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda, mediante revisão do seu significado curricular e estruturação de um repertório com função didática, aplicável à formação do profissional publicitário.

## ABSTRACT

This work contains a programatic proposal in the field of Graphic Production in Advertising and Publicity. It presents a review of curricular meaning and repertoire structure with didactic function which can be applied to the formation of professionals in the field of advertising.

## SUMÁRIO

	Agradecimentos.....	111
	Resumo.....	1v
	Abstract.....	v
I -	INTENÇÃO.....	1
II -	RETOMADA.....	5
	- SOBRE AS ESCOLAS E O ENSINO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	6
	- A SITUAÇÃO ATUAL DOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	15
	- A BUSCA DE UMA ESTRUTURA CURRICULAR.....	17
	- SOBRE O PARECER Nº 480/83 MEC/CFE, QUE APROVA O CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	28
	- SOBRE O CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	43
III -	PROPOSTA.....	47
	- SOBRE PROPAGANDA.....	48
	- ORGANIZAÇÃO E ABORDAGEM DOS ASSUNTOS/CONTEÚDOS TRATADOS DENTRO DA DISCIPLINA DE PRODUÇÃO GRÁFICA EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	51
	1. GRUPO DE COMPONENTES GRÁFICOS.....	52
	1.1 - O papel.....	52
	1.2 - Tipologia.....	60
	1.3 - Reprodução Gráfica.....	81
	1.4 - Retícula.....	96
	1.5 - Cor aplicada e policromia.....	100
	1.6 - Tintas de impressão.....	102
	1.7 - Sobre cor e luz.....	104
	2. GRUPOS DE COMPONENTES ESTÉTICOS.....	107
	2.1 - Ponto, linha e massas.....	107
	2.2 - Composição.....	110
	3. GRUPO DE PROJETO GRÁFICO.....	115

3.1 - Arte-final.....	115
3.2 - Identidade visual.....	120
3.2.1 A marca, o logotipo, a logomarca..	121
A marca.....	122
O logotipo.....	122
A logomarca.....	123
3.2.2 Outras peças gráficas.....	123
Anúncios para jornal.....	123
Anúncios para revistas.....	124
Out-door.....	125
Cartaz; Catálogo; Folheto; Mala-Di- reta; Etc.....	125
4. O COMPUTADOR NA PRODUÇÃO GRÁFICA.....	127
4.1 - Uma introdução.....	127
4.2 - Computadores Gráficos.....	128
4.2.1 Sobre o funcionamento dos computa- dores.....	129
4.2.2 Dispositivos de entrada.....	131
Teclado.....	131
Caneta ótica.....	131
Mouse.....	131
Scanner.....	132
Câmeras de vídeo.....	133
4.2.3 Dispositivos de saída.....	133
Plotter.....	133
Impressoras.....	134
4.2.4 Outros dispositivos.....	135
Interface de entrada e saída.....	135
Dispositivos de armazenamento de dados.....	135
5. SISTEMAS DE IMAGEM.....	136
IV - BIBLIOGRAFIA COMENTADA.....	140
V - BIBLIOGRAFIA.....	151
VI - ANEXOS.....	156

## I - INTENÇÃO

A história do currículo na área da Comunicação Social no Brasil não tem densidade, ainda, para a explicitação de um pensamento teórico acabado. Desde o início das discussões sobre esta área, o avanço mais substancial se deu em relação à integração formativa dos profissionais que para ela convergem - o jornalista, o publicitário e o relações públicas.

As revisões dos conteúdos curriculares integram o cotidiano de cada subdomínio e são feitas mais ou menos solitariamente. As exigências contemporâneas, entretanto, impõem a continuidade da reflexão, e, sobretudo, o seu compartilhamento.

É fundamental que se exponha a Disciplina a debate. Esta a intenção. A proposta sobre a qual se disserta representa a reunião de idéias amadurecidas ao longo de uma década de atuação do autor, na área de Direção de Arte e Produção Gráfica em Publicidade. Aliada a esta experiência prática, está a atividade de docente responsável pela disciplina de Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda, desde 1987, no Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná.

Este envolvimento levou a uma reflexão profunda sobre a transmissão de conhecimentos básicos imprescindíveis aos profissionais da publicidade em geral e, em particular, àqueles que efetivamente desempenharão o papel de produtores gráficos e diretores de arte das agências de propaganda. Tais conheci-



mentos integram o domínio dos diversos sistemas de composição gráfica , de impressão, de utilização de papéis dos recursos fotográficos, da aplicação de cores, das novas tecnologias em computação gráfica, enfim do planejamento visual e gráfico dos variados tipos de peças impressas, que são objeto diuturno no desempenho das atividades profissionais.

A tarefa de ensino nesta disciplina é complexa, levando-se em conta que os assuntos são múltiplos, entrelaçando-se entre si e estão submetidos ao desenvolvimento tecnológico e o significado cultural. Como chegar a conclusões de ensino satisfatórias nesta disciplina? Como apresentar os conteúdos diversos, encadeados de forma coerente, para facilitar o aprendizado do aluno? Como transmitir didaticamente este conhecimento?

Estas questões estiveram sempre presentes nestes quatro anos de atividades do autor, como professor da disciplina.

Desde o início, tinha-se como certo que não bastava ser um especialista nos conteúdos a serem expostos (o que é deves importante mas não suficiente no processo pedagógico).

A apreensão dos conteúdos passa por uma rede intrincada, onde o aluno não pode ser apenas uma peça receptora passiva, à mercê dos conhecimentos do professor.

É necessário que haja uma troca de experiências entre aluno e professor, objetivando uma construção dos conteúdos tratados .

Desta maneira, este trabalho traz em seu desenvolvimento a efetiva participação dos alunos que, através do envolvimento com a disciplina, balizaram os caminhos a serem seguidos pelo professor no esforço da transmissão dos conhecimentos básicos, necessários ao futuro profissional de Produção Gráfica/

Direção de Arte em Publicidade.

Na organização dos conteúdos, a partir da ementa aprovada para a disciplina, levou-se em conta o caráter técnico e essencialmente prático desta. Porém, a preocupação com os aspectos teóricos relevantes, que em última análise são básicos para a verdadeira apreensão do conhecimento, conduziu a uma proposta onde esta parte parece destacada.

A clientela desta disciplina é formada basicamente por indivíduos que conhecem apenas os produtos finalizados da produção gráfica. A maioria testemunha que nunca refletiu detidamente sobre quais fases intermediárias passa a produção de um livro, de um jornal, de uma revista ou cartaz. Não têm uma idéia formalizada sobre como se chega a este produto final.

Um primeiro problema, a partir dessa constatação, é o de estabelecer uma estratégia que possibilite a decodificação das diversas informações técnicas que envolvem o processo gráfico, que tanto pode gerar um livro quanto uma sofisticada revista colorida. E isto começa pelo conhecimento do suporte por excelência da área: o papel e suas múltiplas variedades e utilizações, passando pelos formatos de corte, pela escolha dos caracteres, pelos sistemas de composição, de diagramação, arte, editoração eletrônica, computação gráfica e finalmente, pelos diversos sistemas de impressão e preparo de originais. Tudo isto reunido, das partes para o todo, frutificando nos conhecidos produtos encontrados nas livrarias, bancas ou ainda, fixados nas paredes.

Dada a complexidade inerente a cada passo citado, é importante estabelecer uma estratégia que envolva os assuntos tratados, que estão inevitavelmente ligados entre si, de ma-

neira a fazer o aluno adentrar com segurança no projeto gráfico como um todo, tendo antes a visão (teórico-prática) de cada parte componente.

A proposta desse trabalho é isolar didaticamente cada assunto, sem esquecer o diálogo que vai propiciar o envolvimento e a motivação necessários ao aprendizado, e ir interligando-as no sentido de estabelecer um conjunto lógico de fatores que unidos darão forma final às diversas peças gráficas.

O trabalho não tem pretensão de fechar questões sobre a problemática do ensino de uma disciplina técnica, dentro de um curso superior de caráter técnico-humanístico, mas, antes, suscitar discussões mais abrangentes sobre métodos aplicáveis, diante de situações de caráter didático complexo.

Tratando do ensino da disciplina de Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda, dentro do currículo do Curso de Comunicação Social, ele mostra os caminhos traçados a partir de uma série de experiências, dentro e fora da sala de aula, que, ao serem reunidas, orientaram por fim as conclusões apresentadas.

## II - RETOMADA

Fazer a síntese do que seria um corpo dinâmico de conhecimento no campo da Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda impõe uma retomada da trilha conceptiva dos cursos e escolas que formam e formaram os profissionais típicos.

Poder-se-ia adiantar que a formação na área da Comunicação Social ainda está sob a égide do primeiro paradigma, ou seja, não há tendências em disputa acerca das idéias e da dimensão sociológica do profissional que possam se eliminar mutuamente.

O que se observa é o crescimento da crítica no sentido de dar mais compromisso ao profissional, respaldando com mais cuidado a sua autonomia.

O trajeto das escolas, do ensino e do currículo de Comunicação Social no Brasil, nestes 50 anos de institucionalização, constitui a matéria antecedente que não apenas torna visível a evolução do significado do profissional e sua formação, como também norteia a proposta atual.

## SOBRE AS ESCOLAS E O ENSINO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A história institucional da formação dos comunicadores sociais no Brasil tem seu marco inicial com o Decreto-Lei 5480, de 13 de maio de 1943, referendado pelo Ministro Gustavo Capanema, estabelecendo o ensino de Jornalismo em ato realizado na Associação Brasileira de Imprensa - ABI, no Rio de Janeiro. Tal documento veio atender a velha aspiração dessa entidade que desde sua fundação defendia a criação de um curso de Jornalismo em nível superior, nos moldes da Universidade de Missouri, nos Estados Unidos, que havia sido instalado em 1906 e, posteriormente, da Escola de Jornalismo da Universidade de Colúmbia, criada em 1912.

Foram necessários trinta e cinco anos para que a idéia de um curso superior de Jornalismo vingasse no Brasil, tendo como pano de fundo discussões entre aqueles que viam a necessidade da institucionalização do ensino de Jornalismo e outros que afirmavam, em raciocínio simplista, ser o profissional habilitado na prática das redações, num processo de auto-formação sustentado pela vocação.

Finalmente, em 1946 (Decreto 22.245, de 05 de dezembro, que regulamentou o Decreto-Lei 5480), é instituído o primeiro Curso de Jornalismo no Brasil, em São Paulo. Contextualmente é preciso destacar que o Brasil, naquele momento, passava por um processo de redemocratização após anos de ditadura do Estado Novo, e com o término da 2a. Guerra Mundial, os Estados Unidos assumiam a liderança econômica do bloco ocidental, servindo de modelo para os países periféricos. De outra lado, o

Brasil estava iniciando seu processo de industrialização que vai se acelerar no final da década de 50. Aquele era um período de transformações, de modernização. Sintomaticamente a primeira Escola de Jornalismo surge em São Paulo, já então o Estado mais desenvolvido do País e com jornais influentes. Certamente a conjugação desses fatores favoreceu a implantação do Curso.

Até o início da década de 60, o Curso de Jornalismo experimentou vários currículos, buscando um perfil mais adequado às novas solicitações profissionais da atividade jornalística, que foram se impondo à medida que o País se desenvolvia.

Após a instalação do Conselho Federal de Educação, coube a este fixar um currículo mínimo e o tempo de duração do curso. Dois pareceres tratam da matéria: o de número 323, de 1962, e o de número 984, de 1965, que reformou o anterior, tendo em vista as conclusões de quatro Seminários realizados pelo CIESPAL - Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina, órgão da UNESCO, sediado em Quito. O 4º Seminário, realizado no Rio de Janeiro, estabeleceu o mais importante acontecimento na evolução do ensino de Jornalismo, que passou a ser compreendido em termos mais amplos, e a considerar, em seu âmbito, a investigação científica da notícia e de seus efeitos sobre o público. Do relatório final dos Seminários constou a recomendação que a formação de jornalistas, habilitados para a correta interpretação dos fatos, se desse em três sentidos:

- a) fenomenológico - pelo conhecimento da natureza dos efeitos psicossociais determinados por sua tarefa;
- b) instrumental - pelo manejo adequado da linguagem e das práticas que aperfeiçoam sua expressão;
- c) cultural - por uma formação básica, atualizada, fun-

dada nas humanidades.

O currículo revisto em 1965 e homologado pela Portaria Ministerial de número 238 (4/8/1966), vem contemplar estes três sentidos. Neles estabelecem-se três blocos compostos por:

- a) disciplinas de Cultura Geral;
- b) disciplinas instrumentais;
- c) disciplinas técnicas.

Prevvia ainda que o curso deveria ter uma duração de 2.700 horas-aula e o enquadramento em quatro anos.

Em 1969, em meio a uma crise política, onde o governo instalado dirige o País através de atos de excessão, inclusive com a censura à imprensa, é homologada a Resolução nº 11/69, que transforma o antigo Curso de Jornalismo em Curso de Comunicação Social, estabelecendo que a formação de profissionais de jornalismo escrito, radiofônico, televisado e cinematográfico; de relações públicas; de publicidade e propaganda; de editoração; de documentação e divulgação oficiais; e de pesquisa da Comunicação, será feita no curso de graduação em Comunicação Social do que resultará o grau de bacharel, de habilitação polivalente, ou com menção apenas das habilitações específicas. Tal reformulação foi motivada pela evolução dos meios de comunicação, que tornou necessária a diversificação das atividades ligadas à área de Comunicação Social exigindo, em contrapartida, a formação de profissionais com maior grau de especialização.

O currículo mínimo, estabelecido pela Resolução 11/69, compreendia uma parte comum a todas as habilitações e outra diversificada em função da habilitação específica.

A parte comum do currículo, constituída de matérias básicas, abrangia: Sociologia; Fundamentos Científicos da Comuni-

cação; Ética e Legislação dos Meios de Comunicação; Pesquisa de Opinião e Mercadologia; Introdução às técnicas de Comunicação , compreendendo Prática de: a) Jornalismo impresso, radiofônico , televisado e cinematográfico; b) Teleradiodifusão, cinema e teatro; c) Relações Públicas; d) Publicidade e Propaganda; e) Editoração. E ainda, Jornalismo Comparado; História da Cultura e especialmente dos meios de comunicação; Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos; Cultura Brasileira.

A completar o currículo pelo menos duas disciplinas escolhidas entre: Biblioteconomia, e Bibliografia; Cibernética; Direito Usual; Documentação (Introdução); Economia; Estatística; Idiomas Estrangeiros; Filosofia, incluindo Lógica; Paginação e Revisão; Política e Administração; Produção e Emissão; Psicologia Social; Redação e Expressão.

A formação profissional, dentro das habilitações específicas, dava-se pelo aprofundamento de matérias da parte comum, identificadas com as atividades no mercado de trabalho.

Especificamente, no que tange à habilitação em Publicidade e Propaganda, a Resolução estabelecia o aprofundamento das Técnicas de Comunicação em Publicidade e mais quatro disciplinas, retiradas da parte complementar do currículo, e que não tivessem sido cursadas anteriormente. E, no artigo 5º prescrevia que no ensino de Técnicas de Comunicação seriam obrigatórias e exercidas a redação verbal e a **expressão plástica**, com base na **Comunicação Visual**, Oral e Escrita. No parágrafo 1º, do mesmo artigo, reforçava que a estas disciplinas corresponderiam aulas práticas e atividades profissionais, devendo o curso para esse fim, dispor de: 1. Jornal-laboratório; 2. Estúdio-laboratório (para rádio, TV e cinema); 3. **Atelier de Publicidade**; 4.



Escritório de Pesquisa de Opinião e Mercadologia.

Es as exigências, contidas na Resolução 11/69, vêm de encontro às motivações do presente trabalho, na medida em que já exprimiam um consenso em torno da necessidade de prover ao futuro bacharel em Comunicação Social, em qualquer uma das habilitações cursadas, com uma formação técnica que assegure um melhor desempenho na atividade profissional. No que toca à Publicidade XX, a Resolução já enfatizava o ensino teórico e atividade prática da expressão plástica, esta vinculada à Comunicação Visual, vital na elaboração das campanhas publicitárias. É necessário frisar que as técnicas de produção gráfica são básicas, enquanto suportes para as campanhas impressas de propaganda.

A Resolução 11/69 estabelecia também que metade da duração mínima do curso fosse destinada à parte comum, ficando reservada a outra metade à formação profissional, nas habilitações específicas. O documento fixava ainda que o curso teria a duração mínima de 2.220 horas-aula, distribuídas em um período mínimo de três e no máximo de seis anos letivos.

No ano de 1967, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 1.203/77, veio sugerir alterações no currículo mínimo do Curso de Comunicação Social estabelecido pela Resolução nº 11/69. A argumentação que embasava esta proposta estava orientada para o fato que o currículo em vigor então era calcado no modelo norte-americano, com ênfase no tratamento técnico-científico do fenômeno da Comunicação, de caráter formalista, do *Quem diz o que, através de que canal a quem e com que efeitos* segundo o modelo de Harold Lasswell. E, ainda, que a introdução de um maior número de disciplinas técni-

cas fez com que o ensino assumisse uma conotação pragmática. E, finalmente, que passados de oito anos da aprovação da Resolução 11/69, as escolas haviam adquirido experiência, inclusive gerando cursos de pós-graduação em nível de mestrado, podendo desta forma avaliar o seu correto significado e importância na sociedade. Diante disso, a estrutura carecia de uma orientação mais segura para o sistema de ensino e de instrumental próprio para a realização do aprendizado. A partir desta constatação, o Conselho Federal propõe a reformulação do currículo mínimo em termos que altere a tendência à formação de profissionais apenas capacitados à manipulação tecnológica e sem o necessário preparo para intervir positivamente no quadro da realidade política e cultural de seu País. Tal posicionamento refletia conclusões da UNESCO<sup>1</sup> *A comunicação é indispensável para esforço do Homem no sentido de melhorar a qualidade de vida Afeta a sua produtividade, a sua expressão pessoal e as suas necessidades de vínculos sociais.*

Desta forma, a Comunicação Social, enquanto instrumento de educação permanente, teria as funções de:

1 - transmitir conhecimentos e veicular valores, de modo a assegurar ao homem da cidade e do campo o direito que tem, de acesso à informação;

2 - refletir as manifestações culturais, nacionais e regionais;

3 - difundir as nossas tradições culturais, asseguradoras da identidade nacional, veiculando, também, outras formas de expressão que fazem parte do patrimônio cultural da Humanidade;

4 - contribuir para a elevação dos padrões de bem-estar

econômico e social de todo o povo;

5 - ampliar e difundir formas coletivas e individuais de lazer e entretenimento;

6 - reforçar e preservar nosso patrimônio, favorecendo o seu crescimento, mediante o estímulo à inovação e à criatividade;

7 - apresentar e discutir amplamente os problemas da sociedade;

8 - promover a participação, na sociedade nacional, das populações marginalizadas, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Cultura, em vigor na época.

O parecer propunha que, para o atingimento desses objetivos, ao Comunicador Social fosse dada a oportunidade de desenvolver conhecimentos específicos necessários à identificação e à superação de problemas de comunicação da sociedade brasileira. É que estas metas poderiam ser alcançadas mediante:

a) assimilação do instrumental indispensável à avaliação histórico-crítica da sociedade brasileira, mediante o estudo de formação econômica, política, social e cultural do País;

b) desenvolvimento do conhecimento científico necessário à compreensão dos fenômenos de comunicação;

c) estudo e desenvolvimento dos processos de produção e dos usos coletivos dos meios de comunicação;

d) pesquisa, desenvolvimento e controle das tecnologias próprias da comunicação;

e) proposição de problemáticas e desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada, adequadas às necessidades de condições do País e da escola;

f) estímulo ao desenvolvimento de práticas baseadas na

criatividade;

g) desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades relativos à Comunicação Social, em sua dimensão artística ou estética.

Assim, do parecer constava o entendimento da Comunicação Social como o processo ou ação de por em comum informações, conhecimentos, atitudes e valores, através da produção e uso coletivo de sistemas semióticos, e do desenvolvimento de tecnologias que levam à cooperação ou conflito, dominação ou diálogo. E, ainda, que o estudo e a prática deste processo têm implicações necessariamente com os diferentes níveis científicos de sua análise, com a dimensão artística e técnica da produção e circulação das mensagens, e com a visão dialética das trocas de informação, que decorre de sua natureza multilateral: a Comunicação é uma via de duas mãos.

Tendo como base estas reflexões, foi apresentada uma sugestão de alteração do currículo mínimo vigente à época (Resol. nº 11/69-CFE), com a seguinte estruturação:

a) Matérias de fundamentação Geral Humanística

- 1 - Problemas Sócio-culturais e Econômicos Contemporâneos
- 2 - Sociologia
- 3 - Psicologia
- 4 - Antropologia Cultural
- 5 - Cultura Brasileira
- 6 - Língua Portuguesa

b) Matérias de Fundamentação Específica

- 1 - Teoria da Comunicação
- 2 - Comunicação comparada

- 3 - Sistemas de Comunicação Social no Brasil
  - 4 - Estéticas e Comunicação de Massa
- c) Matérias de Natureza Profissional
- 1 - Técnicas de Codificação
  - 2 - Técnicas de Produção e Difusão
  - 3 - Deontologia dos Meios de Comunicação
  - 4 - Legislação dos Meios de Comunicação
  - 5 - Técnicas de Administração
  - 6 - Técnicas de Mercadologia.

A proposta incluiu a distribuição da carga horária no currículo pleno de cada habilitação, na seguinte proporcionalidade:

- a) matérias de Fundamentação Geral Humanística - 30%;
- b) matérias de Fundamentação Específica - 30%;
- c) matérias de Natureza Profissional - 40%.

Dentro do interesse deste trabalho, cabe destacar o Projeto de Resolução, apenso ao Parecer nº 1203/77 - CFE - Anexo I -, que tratou das ementas do curso nas Matérias de Natureza Profissional. Na parte específica de Publicidade e Propaganda, no item 2, dispôs-se que a matéria Técnicas de Produção e difusão em Publicidade e Propaganda deveria englobar **Técnicas de composição e impressão, de produção do anúncio** e do planejamento de campanhas, veiculação, atendimento e avaliação do retorno possível, enfatizando, desta forma, a importância do aprendizado das técnicas de produção gráfica em Publicidade e Propaganda, pelo futuro profissional.

Finalmente, no ano de 1983, é aprovado o novo currículo Mínimo do Curso de Comunicação Social, através do Parecer nº 480/83 - CFE - de 6.10.83. E, em 1984, a Resolução nº 002/84 -

(24.10.84) vem estabelecer o currículo mínimo do curso. Ambos os documentos são analisados neste trabalho, na parte que trata do currículo em vigência.

## **A SITUAÇÃO ATUAL DOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Desde a sua instalação, o Curso proporcionou um longo e acirrado debate, que se adensou nas últimas duas décadas, acerca dos currículos adotados, critérios metodológicos, programas de disciplinas, estratégias de ensino e até, sobre a necessidade do diploma de nível superior para a atuação na área de Comunicação Social.

No entanto, mesmo com todos estes questionamentos, o Curso de Comunicação Social tem experimentado um crescimento significativo. Contando com 15 escolas até o início dos anos 60, hoje somam mais de setenta em todo o País<sup>2</sup> entre instituições públicas e privadas.

E desde o início da década de 80, em meio a discussões sobre as deficiências da graduação, a procura pelo curso tem batido recordes em todo o Brasil. A Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP<sup>3</sup> acusa 100 candidatos para cada vaga na habilitação em Publicidade e Propaganda e 50 candidatos para cada vaga em Jornalismo, em seu último vestibular (1990).

Da mesma forma, na Universidade Federal do Paraná, a habilitação em Publicidade e Propaganda acusou uma relação candidato/vaga de 33 para 1, e a habilitação em Jornalismo de 25 para 1, no mesmo período.

Em todo o País, esta procura pelo Curso de Comunicação So-

cial se repete, fazendo com que este ascenda espetacularmente, batendo outros cursos tradicionalmente mais disputados (Medicina, Odontologia e Engenharias).

A explicar estes fatos, está o desenvolvimento dos meios de Comunicação de massa que cada vez mais se fazem presentes no cotidiano das populações. A chamada "sedução das mídias", principalmente da televisão, tem instigado nos jovens o gosto e a vontade de trabalhar na área.

A opção por Comunicação Social é muitas vezes identificada como "vocação", "maior oportunidade de trabalho", "maior status" ou por ser a profissão de Jornalista ou Publicitário "mais rendosa".

Obviamente estas motivações acabam colidindo com a realidade dos cursos e do mercado de trabalho que, de resto, refletem a profunda crise por que passa o País.

O Brasil, principalmente na última década, empobreceu econômica e culturalmente e a área das Comunicações não conseguiu se isentar deste processo. Diante disso, é inevitável a decepção provocada a partir do confronto entre a expectativa antes do ingresso no Curso e a realidade acadêmica.

No entanto, nas palavras do professor Erasmo de Freitas Nuzzi, Diretor da Faculdade Cásper Líbero e Presidente da Associação Brasileira de Escolas de Comunicação Social - ABECOM:

*Os que têm responsabilidade no ensino de Comunicação Social têm vivido uma seqüência contínua de congressos, seminários, encontros, painéis e pesquisas para o estudo e debate dos seus problemas específicos. Não é exagero afirmar que nenhuma outra área de ensino superior do Brasil tem realizado tantas reuniões e encontros quanto de Comunicação Social, nos úl-*

*timos 20 anos.*<sup>4</sup>

Essas atividades demonstram, no mínimo, um grande esforço coletivo em conduzir a formação dos comunicadores sociais em bases mais seguras.

### **A BUSCA DE UMA ESTRUTURA CURRICULAR**

A essência de um sistema de ensino deve estar em seu currículo e por currículo entende-se um conjunto de experiências de aprendizagem programadas para o estudante em sua vida escolar.

Os objetivos de ensino serão mais plenamente atingidos na medida em que sejam estabelecidas a propriedade do currículo e a eficácia da instrução ministrada.

Na organização curricular dois fatores são fundamentais:

1. Proporcionar experiências formativas que satisfaçam as necessidades dos alunos, sobretudo nos aspectos comportamentais;
2. transmitir conhecimentos e atitudes que os capacitem a desenvolver seu potencial profissional;

A necessidade de ponderar a importância destes fatores, acrescidos de outros, tais como: a complexidade de uma escola com a diversidade (de cursos, disciplinas, especialidades dos docentes) e a disponibilidade de material adequado, torna difícil a tarefa de reexaminar e dinamizar uma estrutura curricular.

Pesquisa realizada na Escola de Comunicação e Artes, da Universidade de São Paulo<sup>5</sup>, apontou que tanto professores como alunos consideram as disciplinas do curso "desarticuladas", ou seja, que não se sabe com clareza "para que serve o curso feito".



Ressaltou que, globalmente, o currículo adotado não prepara para a realização "pessoal/profissional" e para o mercado de trabalho, não fornecendo, em última instância, o necessário *instrumental para uma independência profissional*.

Outra discussão comum quanto às ênfases a serem dadas no currículo confronta o direcionamento para o ensino tecnicista profissional, com aquele ensino de caráter mais humanístico.

Aqueles que defendem o ensino técnico-profissional raciocinam que, dadas as transformações tecnológicas aceleradas por que passam os meios de comunicação, é necessário dirigir a formação acadêmica do futuro profissional para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho.

De outro lado, aqueles que defendem um currículo com maior ênfase humanística, destacam que o curso não deve apenas preparar profissionais afinados com as expectativas do mercado de trabalho, mas proporcionar uma formação mais abrangente e enriquecedora, capaz de desenvolver o espírito crítico do futuro comunicador.

Faz-se oportuno citar, aqui, as considerações contidas no Diagnóstico de Ensino da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo<sup>6</sup>, a respeito dessas questões:

*A celeuma "tecnicismo" versus "humanismo", na realidade, é uma extensão do que ocorre na Universidade e no pensamento contemporâneo. Não há como resolvê-la de pronto. Porém, ela merece um espaço e uma adequação que possibilite à escola encontrar o seu próprio caminho e amadurecimento. A visão tecnicista distorcida propõe sempre a urgente atualização dos equipamentos e da infra-estrutura da escola, o que acaba levando a um paradoxo pela velocidade da obsolescência dos*

*equipamentos estariam todos em contínua atualização, o que levaria a um absurdo.*

*A visão humanística distorcida propõe o ensino básico, puro, não se importando nem com a realidade tecnológica nem com o mercado de trabalho.*

*A função da Universidade seria a de formar "cérebros". No limite, a Universidade acaba se encerrando na "torre de marfim", com profissionais afastados da realidade tecnológica e inadequados aos mercados de trabalho. A solução de compromisso só pode vir de uma síntese entre as duas visões dentro do quadro tecnológico em contínuo desenvolvimento, o papel da escola é o de fornecer ao futuro profissional 'ferramentas básicas', estáveis, com as quais ele possa se guiar dentro do mundo em mudança, ao mesmo tempo, a escola tenta se manter atualizada, na medida do possível, para que o formando não sofra um 'choque cultural' à sua entrada na profissão.*

Tais colocações parecem bastante esclarecedoras, na medida em que tratam de questões fundamentais. Se, de um lado, o curso necessita formar profissionais para um mercado de trabalho em transformação acelerada e com exigência de caráter técnico crescentes, de outro, não é possível desdenhar o fato de que a formação deverá oferecer ao aluno um suporte teórico consistente, que possibilite um desempenho ativo, criativo e, portanto, adequado aos desafios da atividade profissional.

Ainda, sobre a formação dos comunicadores e suas implicações, é importante destacar parte do texto "Formacion de Comunicadores: De La Enseñanza Al Aprendizaje"<sup>7</sup>, publicado pela Federação Latino-americana de Associações de Faculdades de Comunicação Social, documento que reflete a posição mais atualizada no âmbito do problema que está sendo ressaltado:

*O generalizado desinteresse pelo melhoramento do processo educativo em nossos estabelecimentos são constatados nos desenhos curriculares e no planejamento dos perfis profissionais que quase nunca respondem aos diagnósticos das necessidades e demandas comunicacionais da sociedade em que estão inseridos.*

*Influem também na qualidade acadêmica a baixa definição com respeito aos objetos de conhecimento, a escassa preocupação pela teoria destinada a sustentar os conteúdos e a pouca relação com os espaços profissionais reais. A isto se soma a descontextualização histórica da informação transmitida e fragmentação em matérias dispersas, sem conexão entre si.*

Na mesma linha, pode-se extrair as considerações contidas no Diagnóstico de Ensino da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo<sup>8</sup>, Situação de Ensino - Parte 2 - ítem 1, Problemática e Debate:

*Os docentes e discentes assinalam como problemática básica a desarticulação existente entre cursos (e disciplinas) teóricos e práticos, implicando visão deformada (acumulada no decorrer dos anos) do conhecimento científico e definição de parâmetros pesquisa/docência nas áreas das comunicações e das artes. Essa situação é consequência da mentalidade segundo a qual os envolvidos no processo ensino/aprendizagem supervalorizam as suas áreas de atuação, em detrimento de uma pauta mínima de objetivos dos cursos, acabando por delinear uma filosofia de ensino que desemboca num círculo vicioso. Desse modo, as questões básicas (novas teorias e metodologias, conteúdos programáticos a formação do aluno e a dinâmica do mercado de trabalho) ficam cada vez mais distanciadas ou tornam-se insolúveis*

*As pesquisas e os debates sugerem indicadores e propostas para os impasses do ensino na escola (envolvendo*

*renovação de currículos, entrosamento teoria/prática, objetivos definidos, recursos materiais).*

*Apontam para a necessidade de desencadear novos processos e nova mentalidade, extravasando projetos isolados. Implicam interação, partilha de experiências, avaliações didático-metodológicas, em que a aprendizagem ocorra pela via de intensa participação, como extensão de conteúdo pensado organicamente, que alimenta a praxis do ensino.*

As propostas para uma efetiva melhoria do ensino, tiradas da pesquisa realizada na Escola de Comunicação e Artes, convergem para os seguintes pontos:

1. No que se refere especificamente ao processo de ensino, há necessidade de um maior esclarecimento com relação a vários fatores, estes ligados às características da Escola e suas especialidades, e também ao profissional formado. Esta situação diz respeito ao pressuposto básico que normalmente acompanha o paradigma do ensino - o professor, o aluno, o conteúdo e as variáveis ambientais ligadas às características da escola. A tarefa é desvelar como estes componentes exercem maior ou menor influência no processo de "ensino/aprendizagem".

2. No processo de aprendizagem, diante das dificuldades de outros fatores, tem cabido ao professor a maior responsabilidade em conduzir o ensino a bom termo. No entanto, é óbvio que as questões são mais amplas e abrangem toda a dinâmica e a infra-estrutura da unidade.

Porém, reconhece-se que o grau de consciência do docente é vital para o atingimento dos objetivos e condições que estabeleçam um padrão de excelência do ensino, superando as dificuldades e os limites.

3. Na obtenção do melhor rendimento no processo de "ensino-aprendizagem", é imprescindível a participação efetiva do aluno. A percepção deste papel pelo discente é de fundamental importância no reconhecimento de seus pontos fracos e fortes e na adaptação às especificidades e às dinâmicas dos diversos discursos apresentados.

O teor dos debates e do discurso até agora descrito leva à conclusão de que os cursos de Comunicação Social carecem de uma delimitação clara de suas áreas de estudo.

Esta constatação está reforçada pelo perfil de desarticulação entre as disciplinas constantes de seu currículo, especialmente entre aquelas ligadas aos aspectos conceituais e outras ligadas às áreas técnico-instrumentais.

Denota-se, ainda, que o curso precisa buscar a aplicação de metodologias apropriadas ao ensino e aprendizagem, aproximando a formação acadêmica das necessidades do mercado de trabalho, sem abolir a necessária formação interdisciplinar própria das ciências sociais.

E mais, que estes problemas transcendem os planos de ensino e também não se situam apenas no desenvolvimento de uma estrutura curricular mais adequada. Há necessidade de serem analisados outros componentes como o despreparo dos professores sobre processos didáticos, as deficiências da infra-estrutura das escolas e, ainda, problemas administrativos internos.

Ganha pertinência as observações de M.R. GUZMAN, sobre a própria reflexão epistemológica da Comunicação:<sup>9</sup>

*Paralelamente ao desenvolvimento dela mesma, a comunicação está pensando como ensinar-se a si mesma quase de forma simultânea aos debates epistemológicos*

*cos e em relação direta com as próprias práticas comunicacionais. É certo que a comunicação se faz a si mesma a partir da prática comunicacional cotidiana, porém se a assumimos como ciência e não só como uma profissão técnico-instrumental, é preciso que ela se explique a partir de sua reflexão.*

Segundo, ainda, M.R.Guzman, pode parecer que é evidente a relação, sempre sob tensão, entre formação profissional e ciência. No entanto, a ciência se faz através de seus princípios científicos, e de seus pensadores, e estes se formam graças aos avanços do estudo científico. Ao tomarmos a comunicação como uma ciência social aplicada, isto é, ligada a sua mesma atividade, suas fronteiras perdem nitidez ao serem diluídas entre o técnico-instrumental, de um lado, e ao artístico, de outro.

Para M.R. Guzman, aí repousam os problemas de todo desenvolvimento curricular, ligados à preocupação pelo perfil do comunicador e a definição do objeto de estudo.

Estas questões, que envolvem a desarticulação entre disciplinas conceituais e operativas, são próprias de uma ciência que está em formação e de uma profissão que tem favorecido principalmente a "ação prática". M.R. Guzman propõe que seja abordado o debate atual sobre o estatuto das ciências sociais, aonde está inscrita a comunicação e um conhecimento maior dos desenvolvimentos teóricos sobre a comunicação. Neste esforço é preciso concentrar-se nos avanços dentro da área específica, porém sem desconhecer propostas externas, provenientes de outras ciências sociais.

Guzman defende que, a formação em comunicação já conta

com suficiente trajetória para iniciar uma revisão histórica - não somente cronológica - sobre seu objeto. E que este estudo permitirá reconhecer temáticas, perspectivas e avanços, superando a tradicional divisão geográfica por escolas.

Tendo em vista que a comunicação já conta com áreas de estudo definidas em seu próprio âmbito, ela poderia partir dos elementos de seu processo, rematizando-os, dando-lhes todo o valor conceitual: o emissor como produtor, entendendo-o como modelador do discurso, a mensagem como "o produzido" a partir de signos, o discurso que se constrói em cumplicidade com o outro, o receptor reconhecido em suas respostas e redesechos.

Somente a partir destas reflexões, entende Guzman, poderão ser definidos campos de estudo e perfiladas as atividades do comunicador profissional como intérprete e produtor de mensagens, onde sempre se integra um trabalho instrumental sustentado por uma reflexão em torno do homem como ser comunicativo.

Também é destacada a preocupação pelo desconhecimento da metodologia ensino a ser aplicada. Em certo sentido, isso se explica facilmente porque a docência universitária não requer formação pedagógica e porque até agora a trajetória do ensino da comunicação não permitiu o desenvolvimento de processos educacionais próprios.

Faz-se necessária, então, uma reflexão sobre docência universitária (que supõe "Universidade" e o alcance do 1º e 2º graus).

Ao considerar-se a relação entre formação, ciência e profissão, é preciso supor que é na formação que se embasa o melhor desempenho dos profissionais e é por onde o avanço da

ciência deverá se refletir, ou seja, sobre sua própria prática. Portanto, torna-se necessário estabelecer um diálogo com estudiosos dos processos pedagógicos que estejam dispostos a embarcar em uma reflexão conjunta com os comunicadores.

Para Guzman, não se trata de ouvir "experts", mas sim de iniciar um processo em busca de formas apropriadas para o ensino específico de comunicação.

Entre outras coisas, fica evidente a necessidade de integrar processos operativos com processos conceituais, ultrapassando a problemática da investigação-produção como método didático.

Outro tipo de preocupação está ligada ao mercado de trabalho e à coerência do currículo em relação ao que requer esse mercado. E estes problemas se situam no contexto da formação.

Para Gusman, é nesta realidade em tensão que se dão as práticas comunicativas. É preciso, então, conciliar tal conflito.

Propõe formar comunicadores, verdadeiros profissionais que "fazem as coisas bem" porque têm boa fundamentação para manejar os processos de comunicação tradicionais de forma criativa, inovadora e profunda. Na consecução deste objetivo deverão ocorrer mudanças internas nos cursos, que não precisam ser dramáticas ou radicais, mas que terão a ver mais com uma nova perspectiva de trabalho.

Também é urgente pensar em novos campos de trabalho onde o comunicador possa estabelecer parcerias com profissionais de outras áreas, como na educação, nos planos de desenvolvimento, na cultura organizacional, etc.

Complementarmente, é importante reconhecer a situação sô-



cio-política-econômica-cultural das regiões e realizar diagnósticos da realidade comunicacional dos países, tanto das práticas cotidianas, como da profissão - não só das formas legitimadas.

Finalizando, Guzman observa ser urgente que a atividade referente ao desenvolvimento curricular vá adquirindo maturidade e autonomia, de tal forma que seja parte inerente a toda a atividade de formação de comunicadores. Por enquanto, seguem as interrogações, os muitos problemas não resolvidos e as múltiplas possibilidades.

## NOTAS

<sup>1</sup>Informe da UNESCO sobre Política e Planejamento da Comunidade - Paris, julho de 1972.

<sup>2</sup>Diagnóstico das Escolas de Comunicação Social - MEC - Comissão de Especialistas em Comunicação Social, Brasília, 1986-1987.

<sup>3</sup>Diagnóstico do Ensino da ECA/USP - 90, São Paulo, 1990, p.9.

<sup>4</sup>Revista de Estudos - FEEVALE ASPEUR, Novo Hamburgo, RS, vol. 12, nº 02, dezembro de 1989.

<sup>5</sup>Diagnóstico de Ensino da ECA, ECA/USP, São Paulo, 1990.

<sup>6</sup>Diagnóstico de Ensino da Escola de Comunicação e Artes, São Paulo, ECA/USP, 1990, p.25.

<sup>7</sup>Talleres de Capacitación en Metodología de La Enseñanza de La Comunicación - FELAFACS - UNESCO, Bogotá, 1990. p.53. aut. Juan D. Bordenave, Raúl Fuentes Navarro e Daniel P. Castillo.

<sup>8</sup>Diagnóstico do Ensino na Escola de Comunicação e Artes, ECA/USP, São Paulo, 1990, p.30.

<sup>9</sup>Revista DIALOGOS DE LA COMUNICACION, nº 23, FELAFACS, Artigo "El Diseño Curricular en Las Facultades de Comunicacion Social", Lima, Peru, 1989.

**SOBRE O PARECER Nº 480/83 MEC/CFE, QUE APROVA O  
CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO  
SOCIAL**

Cabe destacar o ítem 2 (s.1 a 2.1.3) deste documento, que  
historia os precedentes do ensino de Comunicação Social no Bra-  
sil e que orientou a aprovação do currículo mínimo vigente:

*Em 35 anos de existência, o ensino de  
Comunicação Social no Brasil passou por  
várias fases. A primeira, de seu iní-  
cio em 1946 até a década de 60, de ca-  
ráter humanístico por ter como parâ-  
metro o estilo de formação humanística  
clássica, de inspiração européia, que  
dava ênfase aos estudos dos aspectos fi-  
losóficos, históricos e literários do  
jornalismo e às matérias de cultura ge-  
ral. A segunda fase predominante na dé-  
cada de 60, baseada na tradição de en-  
sino norte-americana, caracteriza-se pe-  
la ênfase ao estudo da Comunicação me-  
diante o enfoque funcionalista e empí-  
rico.*

Nesta fase, respondendo à demanda de novos profissionais,  
resultante do fortalecimento do processo de industrialização, in-  
corpora-se ao ensino de jornalismo impresso, o da publicidade e  
o de relações públicas. É dada também ênfase ao ensino técni-  
co instrumentalizante.

alinhando-se a tendência geral do ensino superior, sen-  
sível às pressões por vagas na universidade, amplia-se conside-  
ravelmente o número de cursos de Comunicação. Uma terceira fa-

se se inaugura nos primeiros anos da década de 70, marcada pela preocupação com os aspectos teóricos da Comunicação e com a superação e crítica dos modelos teóricos importados nas etapas anteriores, considerados insuficientes para explicar a realidade da comunicação em países em desenvolvimento. O esforço neste sentido possibilitou considerável avanço das reflexões, traduzidas em teses, livros, artigos e em acentuada melhoria do ensino teórico.

É necessário frisar que a divisão acima tem valor relativo, uma vez que a tendência para um modelo ou sua predominância numa fase não impedem a vigência do modelo anterior. Diferentes modelos coexistem nos diversos momentos. Assim, a fase atual inclui a presença de elementos das anteriores, e é marcada pelas seguintes características:

- Desde o final da década de 70, acentuaram-se as críticas de setores empresariais, secundadas por setores oficiais, ao ensino de Comunicação. Alguns defendiam a extinção pura e simples dos cursos de Comunicação, por não considerarem necessária a formação de profissionais em cursos específicos de Comunicação. Esse ponto-de-vista chegou a sensibilizar certas áreas, preocupadas com o fechamento do mercado de trabalho em geral para profissionais de formação superior, devido às dificuldades econômicas do País, Argumentava-se que o requisito essencial para o desempenho da profissão de comunicador era o bom conhecimento da realidade social em seus múltiplos aspectos: político, cultural, econômico, científico, etc.

O conhecimento desta realidade permitira representá-la adequadamente mediante o uso de um referencial simbólico - as técnicas e linguagens próprias dos vários meios e atividades de Comunicação com que operava. Quanto a estas técnicas e lingua-

gens, poderiam ser perfeitamente dominadas através da prática profissional, nos próprios meios e atividades de Comunicação, dispensando-se portanto a escola para sua aprendizagem. Contra esta tese se mobilizaram os setores acadêmicos e profissionais, os quais apontavam o caráter incompleto destes argumentos e defendiam, ao mesmo tempo, os cursos de Comunicação. Concordavam que o profissional da Comunicação precisa conhecer a realidade social em que vai intervir e também as técnicas e linguagens de sua profissão, mas - e era a primeira observação - este conhecimento não se deve limitar às técnicas consagradas pelo uso. Deve contemplar a possibilidade de se transcender as práticas usuais, pela pesquisa e criação de novos recursos expressivos, sendo os cursos de Comunicação o ambiente adequado para isto. É também dentro dos cursos de comunicação que se poderá dedicar um esforço substantivo a um terceiro aspecto necessário à formação do comunicador, negligenciado pelos críticos dos cursos: trata-se de aprofundar o conhecimento sistemático dos meios de comunicação social (rádio, televisão, jornais e revistas) e as atividades de comunicação (publicidade e relações públicas), que assumiram importância fundamental na sociedade, tornando-se em decorrência indispensável conhecer e investigar a maneira como se organizam, funcionam, se articulam com as demais instituições e influem nos comportamentos individuais e coletivos. O Comunicador necessita compreender o significado de seu trabalho e o significado do trabalho das instituições de comunicação dentro da sociedade.

- Outras críticas, estas coincidindo com as que há anos vinham sendo feitas por professores, estudantes e profissionais diziam respeito à qualidade do ensino ministrado nos cursos de

Comunicação. Dirigiam-se aos seguintes aspectos: precariedade das instalações das escolas, falta de equipamentos, desatualização das bibliotecas, condições de trabalho inadequadas e falta de oportunidade de aperfeiçoamento profissional para o corpo docente, falta de autonomia para as escolas nas práticas curriculares e em outras questões de organização dos cursos, etc.

- A essas críticas, somou-se uma terceira ordem de restrições de caráter conceitual, proposta por professores. Reexaminando a fase anterior de preocupação com os aspectos teóricos da Comunicação, considerou-se que ela permitiu lançar os fundamentos para a elaboração de uma teoria da Comunicação adequada à realidade brasileira e latino-americana, mas levou a um distanciamento indesejável na prática que, em certa medida, passou a ser considerada "atividade menor". Por outro lado, a preocupação, sem a necessária fundamentação na prática, impediu e retardou o encontro pela Comunicação de seu objeto. Daí a Comunicação não ter encontrado ainda seu objeto específico, o que só será possível através da prática. Seria, portanto, uma crise de identidade. O caminho para a superação da presente situação estaria na reabilitação da prática, com uma diferença das etapas anteriores: agora não mais a prática intuitiva e cega, o aprendizado mimético, mas uma praxis, assim entendida a prática que remete ao questionamento teórico e vice-versa."

Este arrazoado, elaborado pela comissão especial que precedeu o estudo do currículo mínimo do curso de Comunicação Social, apresenta uma perspectiva histórica do ensino de Comunicação no Brasil e de seu encaminhamento a partir da dê-

cada de 40 até o início da década de 80, mostrando a fase humanística clássica que persiste até os anos 60, com ênfase nos estudos filosóficos, históricos e literários do jornalismo e nas matérias de cultura geral posteriormente, com o avanço da industrialização no País, adota-se o modelo norte americano, com caráter funcionalista e empírico, e incorpora-se ao ensino do jornalismo impresso, o da publicidade e propaganda e de relações públicas. Na década de 70, tem início a terceira fase do ensino da Comunicação, com a multiplicação das escolas e o aumento de vagas nas universidades e com o avanço nos estudos sobre a Comunicação e seu objeto nos países periféricos. Na sequência, já no final dos anos 70, acirram-se as posições quanto ao perfil que os cursos deveriam ter, inclusive com pressões do meio empresarial no sentido que os mesmos fossem extintos, com a argumentação de que a atividade profissional prescindia de formação acadêmica específica. Na década de 80, setores acadêmicos e profissionais uniram-se em torno da tese que o conhecimento não pode ficar restrito às técnicas consagradas pelo uso; que é necessário avançar através das pesquisas, buscando o aprofundamento das técnicas e do conhecimento dos fenômenos da Comunicação. De outro lado, é preciso desvelar de maneira sistemática a complexidade crescente dos meios de comunicação e das atividades da propaganda e relações públicas cada vez mais interferentes na sociedade. Diante disso, os cursos seriam imprescindíveis no atingimento destes objetivos. As críticas quanto à qualidade do ensino ministrado nos cursos, suas deficiências materiais, pedagógicas, curriculares persistem e a elas somam-se a questão do distanciamento acadêmico da prática profissional, incentivado pela tentativa em elaborar-se uma teoria da Comunicação pró-

xima da realidade sul-americana, que acabou rotulando a prática como atividade menor. Os meios docentes então propõem que haja uma reabilitação dos aspectos práticos do Curso que, interados com os questionamentos teóricos, possibilitem o encontro da Comunicação com o seu objeto.

É neste quadro que a Comissão Especial, após ouvir todos os segmentos interessados, elaborou o relatório para a aprovação do Currículo mínimo do curso de Comunicação Social.

Sobre as diretrizes curriculares adotadas, a Resolução se reporta em seu ítem 2.3 (2.3.1 a 2.3.2.9):

*A comunicação é um recurso econômico, cultural e político fundamental na sociedade moderna, devendo sua utilização ser objeto de planejamento racional, levando em conta os interesses dos diversos setores da sociedade. As evidências dessa importância são demonstradas pela magnitude dos sistemas de comunicação social instalados, que condicionam e determinam os comportamentos individuais e coletivos.*

*Nesse sentido, observa-se existirem três áreas cognoscitivas, através das quais adquirem as percepções e valores que orientam os comportamentos*

- a) a vivência direta da realidade,*
- b) a experiência intermediada pela ação de grupos como a família, a escola e as comunidades,*
- c) a experiência proporcionada pelos meios e atividades de comunicação social.*

*As percepções e valores adotados são o resultado do confronto entre as experiências vividas das três áreas. Neste confronto, os meios e atividades de comunicação social, por sua onipresença, se afirmam cada vez mais como fonte de formação dos valores. Outra evidência desta importância são as novas tecnologias de Comunicação, produtos de pesquisa espacial, da Informática e dos avanços em outras áreas de conhecimento, que ampliam os usos da Comunicação e, ao mesmo tempo, a*



*capacidade e velocidade de coleta, armazenamento, produção e circulação de dados e informações de toda espécie na sociedade. Tudo isso suscita hoje um intenso debate internacional sobre as condições em que devem se incorporar as novas tecnologias e serviços de Comunicação. Em documento preparado para a UNESCO, sobre a formação do Comunicador, especialistas latino-americanos afirmam que a Comunicação é um processo de conhecimento e de interrelação humana que, por sua influência sobre indivíduos e grupos, determina e condiciona o comportamento. A direção desta influência dependerá, no entanto, das características de cada sociedade. Assim, a Comunicação social poderá desempenhar 'um papel de dinamização ou esclerotização do desenvolvimento integral, de promoção ou impedimento da mudança social, de respeito à identidade cultural dos povos ou de alienação, de racionalização ou distorção do progresso científico e técnico, de democratização econômica e política ou da elitização e concentração da riqueza e do poder, do equilíbrio nas relações internacionais ou de hegemonização-satelização, conforme quem a use, como a use para que a use.*

Estas circunstâncias conferem responsabilidade especial aos profissionais da área de Comunicação, cujas tarefas prioritárias na sociedade brasileira são de contribuir através das atividades que lhe são próprias, para citar e aperfeiçoar relações sociais fundadas nos critérios de justiça social, mediante, entre outras práticas, a distribuição equitativa de bens materiais e culturais; ampliar as possibilidades de participação de todas as camadas da sociedade nas decisões que lhes digam respeito; fortalecer o desenvolvimento integral do País, visto este não apenas nos aspectos físicos e econômicos, mas também sociais, políticos e culturais; fortalecer a identidade

cultural das diversas camadas da sociedade; fortalecer a autonomia e independência nas relações com as demais Nações, relações estas que devem ser fundadas nos princípios de igualdade e liberdade.

No plano específico da Comunicação, são tarefas do profissional da área contribuir para:

- aperfeiçoar as práticas democráticas nas relações de produção de mensagens e nas relações entre os produtores de mensagens com as fontes de informação e o público usuário; desenvolver e ampliar a pesquisa e a reflexão sobre a comunicação e seu impacto sobre a sociedade; explorar e criar novas possibilidades de expressão artística e cultural através das técnicas e linguagens de comunicação e explorar novos usos para a comunicação na sociedade.

Para exercer estas tarefas, é necessário dominar um conjunto de conhecimentos que podem ser agrupados em três áreas:

- as Ciências Sociais, englobando um conjunto de matérias que permitam ao estudante o conhecimento da realidade social em que vai operar e, ao mesmo tempo, lhe forneçam modelos teóricos e metodológicos para analisar o sistema de produção e os processos de mudança social;

- de Ciências da Comunicação e da Linguagem, que lhes permitam conhecer os sistemas de comunicação existentes ou necessários à sociedade, os métodos e modelo teóricos para sua interpretação e as técnicas de linguagem para operá-las;

- de Filosofia e Arte, reunindo matérias que permitam ao estudante compreender os aspectos existenciais e estéticos dos fenômenos, além de levá-lo a uma reflexão ética sobre os problemas de ação humana diante dos valores sócio-culturais.

Para possibilitar aos estudantes a aquisição destes co-

nhcimentos, o sistema de ensino de Comunicação deve contar com meios materiais e humanos mínimos na forma de equipamentos, instalações, bibliotecas e recursos humanos.

Deve, por outro lado, organizar adequadamente as relações pedagógicas e institucionais internas dos cursos; e destes com os demais organismos na hierarquia educacional com a comunidade. Neste sentido uma série de medidas e recomendações são propostas no corpo do anteprojeto de Resolução sobre o Currículo Mínimo em pauta.

- No que diz respeito ao currículo, nortearam a sua elaboração as seguintes diretrizes:

*Incorporar as três áreas de conhecimentos necessários à formação Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e da Linguagem e Filosofia e Arte, - respeitar o princípio de flexibilidade do ensino, - ampliar, fortalecer e especificar as matérias técnico-laboratoriais, com objetivo de reforçar a atividades de caráter prático, entendendo-se como tal não a prática meramente imitativa, mas a prática acompanhada da reflexão crítica sobre seu significado, - recomendar aos cursos que organizam as atividades em torno de projetos, a fim de permitir a integração curricular horizontal e vertical e de se evitar a fragmentação do ensino, - recomendar o rompimento da tendência à divisão rígida entre matérias teóricas e práticas, - exigir que os cursos se equipem da maneira mais completa possível, - incorporar ao currículo novas matérias decorrentes do desenvolvimento de novas áreas dentro da Comunicação, - recomendar a articulação de uma relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão, - fortalecer o ensino de redação em Língua Portuguesa*

A Resolução trata também, no item 2.6, das instalações

e laboratórios exigidos para a habilitações.

No interesse deste trabalho, destaca-se a parte que toca à habilitação em Publicidade e Propaganda:

a) Redação - Máquinas de escrever, uma por aluno em aula, com o máximo de 45 máquinas por sala Material de consumo constituído de papéis padronizados

b) Planejamento Gráfico - Uma prancheta ou mesa de diagramação por aluno em aula Material de consumo constituído de papel de desenho, tabelas de conversão de medidas gráficas e o necessário para a conclusão dos trabalhos até o nível de arte-final. Uma mesa luminosa por sala, para visão das transparências c) Laboratório Fotográfico

- (1) uma máquina fotográfica formato 135, monobjetiva, reflex, com lente cambiável e fotômetro embutido, dispondo de objetiva normal, objetiva grande angular 24 mm ou 28mm, teleobjetiva 200 mm e flash eletrônico (um conjunto por três alunos em aula), (2) conjunto de ampliador fotográfico dotado de condensador, comandado por controlador de tempo de exposição, objetiva de diafragma variável, instalado em ambiente fotograficamente isolado, com as respectivas lanternas e banheiras (um conjunto por três alunos em aula), (3) outros equipamentos de uso coletivo, tanto de lavagem, secadeira-estufa para negativos, secadeira-esmaltadeira para papéis, dimensionados adequadamente para o número de alunos em aula

Uma teleobjetiva de 400 mm Anel de reprodução. Projetor de diapositivos com sincronizador de som e imagem. Arquivo fotográfico

d) Estúdio Fotográfico - Dotado de fundo intinto, parque de iluminação com capacidade de 6KW, tripé para câmara, área mínima de 20 m<sup>2</sup> e) Laboratório de Rádio -

Mesa de som com no mínimo seis canais, isolamento acústico, gravadores, toca-discos Material de consumo fitas de gravação, fitas (ou discos) musicais e de efeitos sonoros Acervo de fitas gravadas (jingles, spots, etc)

f) Agência - funcionando com setores de atendimento, planejamento, criação,

*mídia, produção gráfica, produção de RTC (rádio, televisão e cinema.*

Pode-se notar a preocupação de prover a habilitação em Publicidade e Propaganda das condições necessárias para a melhor formação nas disciplinas técnico-operativas e no que estabelece explicitamente equipamentos e outros materiais imprescindíveis ao aprendizado e treinamento dos alunos nessa área. E ainda, quando se refere ao funcionamento de uma agência experimental de Publicidade e Propaganda no âmbito do curso, com todos os setores funcionando.

Este encaminhamento reforça a necessidade e a importância para o futuro profissional da instrução, também na forma de atividades práticas, na área de produção gráfica, que motivou o presente trabalho.

O parecer estabelece também as ementas das matérias do tronco comum do curso, que achamos interessante destacar:

- 1 Filosofia - Análise dos grandes sistemas de idéias, com ênfase nos principais correntes de pensamento do mundo contemporâneo*
- 2. Sociologia Geral e da Comunicação  
Teorias sociológicas Elementos para análise científica da sociedade estrutura social, classes sociais, instituições e mudança social Sociologia Geral e da Comunicação*
- 3 Língua Portuguesa - Redação  
Produção de textos em língua portuguesa  
Leitura obrigatória de textos da Literatura Nacional. Correção gramatical de textos e sua adequação à estilística dos meios de comunicação de massa O original datilografado nomas de apresentação de originais*
- 4 Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira  
Formação da sociedade brasileira em*

seus aspectos econômicos políticos e culturais, com ênfase no período posterior a 1930. Situação atual e perspectivas

#### 5. Teoria da Comunicação.

O objeto da Comunicação Social Contribuições interdisciplinares para a constituição de uma Teoria da Comunicação As diversas correntes teóricas. Teorias voltadas para a análise de mensagens, inclusive Semiologia Transformações históricas, processos de comunicação e seu inter-relacionamento, com ênfase no período contemporâneo

#### 6 Comunicação Comparada.

Processos sociais e processos de comunicação Condições de produção, circulação e consumo de mensagens As políticas que determinam e condicionam o processo de informação As diversas formas de controle da informação

#### 7 Economia

Teorias econômicas Elementos para análise econômica produção, distribuição e controle.

#### 8 Teoria e Método da Pesquisa em Comunicação

Método do trabalho científico. Métodos e técnicas de pesquisa Enfoques de pesquisa para comunicação, planejamento, execução e avaliação de pesquisa

#### 9. Cultura Brasileira

Análise da cultura brasileira em suas manifestações, especialmente a popular Cultura de massa e sua ação homogeneizadora sobre a sociedade

#### 10 Comunicação Comunitária

Comunicação e mudança social Métodos e técnicas de comunicação participatória. Desenvolvimento e operacionalização pelas comunidades de seus recursos de comunicação

#### 11 Planejamento em Comunicação

Teorias do planejamento. Métodos, técnicas e estratégias de planejamento aplicadas à comunicação.

#### 12 Política de Comunicação

As propostas de formulação de políticas de comunicação Políticas nacionais de comunicação instituições, legislação, sistemas de financiamento Papel do Estado, dos organismos privados e do público

#### 13 Sistemas Internacionais de Comuni-

cação.

*O processo de internacionalização da comunicação, sua relação com os processos sociais, econômicos e políticos*  
*Ordenamento e estrutura internacional de comunicação*

14. *Psicologia*

*Teorias psicológicas Elementos e conceitos de Psicologia suscetíveis de aplicação no campo da Comunicação.*

15. *Teoria Política*

*Teorias políticas contemporâneas Elementos para análise política Estado, estrutura de poder e sistema de governo*

16. *Antropologia Cultural*

*Teorias antropológicas. Sistemas de representações e sistemas simbólicos da realidade brasileira.*

17. *História da Arte*

*A interpretação sociológica da Arte Arte como expressão social no momento histórico Tendência da Arte contemporânea Perspectiva da Arte Brasileira*

18. *Realidade Sócio-Econômica e Política Regional*

*Formação da sociedade, da economia e do sistema político em nível regional, com ênfase no período posterior a 1930 Situação atual e perspectivas*

19. *História do Brasil*

*Análise de temas ou episódios da História brasileira, com vistas à produção de um conhecimento específico sobre o País e à compreensão da metodologia da pesquisa histórica.*

20. *Teoria Geral dos Sistemas*

*A teoria Geral dos Sistemas nas Ciências Exatas. Sua aplicação às Ciências Sociais. Os sistemas de comunicação social*

21. *Estética e Cultura de Massa*

*Fenômenos estéticos e cultura de massa Intepretações estéticas de indústria cultural*

22. *Comunicação em Tecnologia Educacional*

*Teoria e Processo da Comunicação e sua relação com a teoria e processo da Educação O uso de tecnologia e práticas de comunicação para fins educacionais*

23. *Realidade Regional em Comunicação*

*Os padrões de produção, distribuição e consumo de mensagens em nível local e regional Fatores sociais, econômicos*

e políticos que os influenciam. A estrutura da comunicação em nível regional.

#### 24. Geografia Econômica

Relações de dependência entre a Geografia Física e os sistemas de produção econômica regional. Transformações exercidas nas regiões brasileiras pelas formas de exploração econômica. Regimes regionais de transporte e suas implicações no desempenho econômico. Economia e Geografia Humana Ecologia e Ecossistemas

#### 25 Lógica

Argumentos Falácias. Proposições Lógica das Proposições.

Introdução à lógica simbólica.

#### 26 História da Comunicação

A comunicação oral e os primeiros registros de linguagem Surgimento dos veículos impressos. A Imprensa na Era Moderna e Contemporânea. Meios audiovisuais expansão e transformações A comunicação no Brasil

Sobre a parte específica da habilitação em Publicidade e Propaganda o parecer estabelece as seguintes ementas:

#### 1. Língua Portuguesa - Redação Publicitária

Produção de textos publicitários. Criatividade e adequação técnica da redação publicitária aos objetivos de campanhas de Publicidade e Propaganda

#### 2. Planejamento de Campanha

Técnicas de Planejamento. Posicionamento do produto em relação ao mercado. Elaboração dos planos e execução de campanhas de Publicidade e Propaganda Expectativa de seu êxito.

#### 3. Produção Publicitária em Rádio, TV e Cinema

Redação e edição de mensagens de Publicidade e Propaganda para a mídia eletrônica. Diferentes tipos de canais de execução.

#### 4 Produção Gráfica

Tipologia. Medidas Gráficas Técnicas de Composição e de Impressão e suas implicações Estética Aplicada no material gráfico

#### 5 Administração em Publicidade e Propaganda

Teorias Clássicas e modernas de Admi-



nistração. Funções técnicas e administrativas de agências e setores de publicidade e propaganda. Sistemas e métodos. Administração orçamentária.

#### 6. Estatística

Sistemas e processos de obtenção, organização e análise dos dados sobre produtos, mercados e veiculação de Publicidade e Propaganda.

#### 7. Mercadologia

Conjunto de levantamento de dados. Estudos e medidas que possam determinar a estratégia de lançamento, sustentação, relançamento de produtos no mercado visando o seu êxito de vendas.

#### 8 Mídia

Levantamento de dados. Tabulação e análise de dados sobre circulação, audiência e seleção de veículos para a mensagem publicitária. Frequência das inserções. Orçamentos. Criatividade

#### 9 Ética e Legislação Publicitária

Apreciação das mensagens de Publicidade e Propaganda, ante seus reflexos positivos ou negativos em relação a pessoas, grupos sociais e ao público em geral. Estudo da legislação vigente e aplicável em matéria de Publicidade e Propaganda

## SOBRE O CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

A Resolução nº 002, de 24 de janeiro de 1984, do Conselho Federal de Educação estabelece em seu artigo 1º que a formação de profissionais para as atividades de Comunicação Social será feita em curso de graduação, com as seguintes habilitações: Jornalismo, Relações Públicas, **Publicidade e Propaganda**, Produção Editorial, Radialismo (rádio e TV), e Cinema.

Aos graduados do Curso é conferido o Grau de Bacharel em Comunicação Social, com a habilitação concluída indicada no verso do diploma.

O currículo do curso é constituído por um tronco comum, por uma parte de matérias ou disciplinas diversificadas e por projetos experimentais vinculados à habilitação cursada.

As matérias ou disciplinas técnico-profissionais que integram a parte diversificada correspondem a 50% da carga horária total, excetuada a carga dos projetos experimentais.

As matérias ou disciplinas do tronco comum podem contribuir-se ao longo do Curso, paralelamente àquelas de formação específica, ou concentrar-se nos dois primeiros semestres do curso.

A opção pela habilitação pode ser realizada no ato da inscrição no vestibular - o que ocorre na maioria das instituições - ou na matrícula, ou até o início do terceiro semestre do curso.

A resolução estabelece ainda que, a partir do 4º período do Curso e até o seu final, excluído o semestre dedicado aos projetos experimentais, devem ser ministradas disciplinas específicas de redação em língua portuguesa, sempre com ênfase na produção de textos relacionados com a atividade profissional da habilitação cursada.

As disciplinas ou matérias obrigatórias da parte específica devem ficar sob a responsabilidade de professor registrado como profissional na respectiva habilitação específica, e tais professores devem comprovar experiência profissional de, no mínimo, três anos na área, além das exigências acadêmicas.

Os cursos de Comunicação Social, ainda no que dispõe a Resolução, têm uma duração mínima de 4 anos e máxima de 7 anos, com uma carga horária mínima de 2.700 horas/aula, incluídas as 270 horas de atividades de projetos experimentais e excluído o tempo reservado a Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física.

O desdobramento das matérias do currículo mínimo em disciplinas que compõem o currículo pleno, têm como referência as orientações do Parecer 480/83 MEC/CFE, assunto já abordado anteriormente.

Do total da carga horária mínima prevista para o curso, dez por cento correspondem a projetos experimentais, do restante, cinquenta por cento são destinados às matérias do tron-

co comum e os outros cinquenta por cento para as da área específica.

Os cursos devem dispor de instalações e laboratórios necessários ao atendimento das especificidades de cada habilitação.

Para o tronco comum foram estabelecidas as seguintes matérias ou disciplinas obrigatórias: Filosofia; Sociologia (geral e da comunicação), Língua Portuguesa - Redação e Expressão Oral; Realidade Sócio-Econômica e política Brasileira; Teoria da Comunicação; Comunicação Comparada. E como matérias ou disciplinas eletivas (obedecendo a carga horária mínima total destinada ao tronco comum - 50% de 2.700 horas-aula, incluídas as 270 horas de projetos experimentais) tiradas em número de três, da seguinte relação: Lógica; Psicologia; Língua Estrangeira; Economia; Geografia Econômica; Teoria Política; Teoria e Métodos de Pesquisa em Comunicação; Comunicação Comunitária; Planejamento em Comunicação; Política de Comunicação; Sistemas Internacionais de Comunicação; Comunicação em Tecnologia Educacional; Realidade Regional em Comunicação; História da Comunicação; Cultura Brasileira; História da Arte; Antropologia Cultural; História do Brasil; Estética e Cultura de Massa.

A resolução estabelece a parte específica de cada habilitação (Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Produção Editorial, Radialismo - Rádio e TV, e Cinema). Para efeito deste trabalho, destacamos a parte específica da habilitação em Publicidade e Propaganda: Língua Portuguesa - Redação Publicitária; Planejamento de Campanha, Produção Publicitária em Rádio, Televisão e Cinema, **Produção Gráfica**, Administração em Publicidade e Propaganda; Estatística; Mercadolo-

gia; Mídia; Ética e Legislação Publicitária.

Com relação aos Projetos Experimentais, a Resolução estabelece que os mesmos serão realizados no último semestre do curso, com a produção de um trabalho relacionado com a habilitação específica, na forma de uma monografia, fita gravada de som e imagem ou de som, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração ou planejamento de programas de Relações Públicas - sempre produzidos nos laboratórios da própria escola.

### III - PROPOSTA

Entende-se "disciplina" como um conjunto dinâmico de subgrupos distintos, com diferentes missões que se relacionam cooperativamente (MOREIRA A.F.B. Currículos e Programas no Brasil, Campinas, Papirus Editora, 1990: 43).

A Disciplina "Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda" caracteriza-se, em seu desenvolvimento, mais além do controle técnico. Envolve os estudantes em um processo de construção e crítica em parceria com o professor e redundando em um produto-projeto de criação coletiva. Este viés permite que aproximemos o desenvolvimento curricular da Disciplina à concepção dialógica de DOMINGUES (J.L. "Interesses humanos e paradigmas curriculares". In: RBEP, 1986, vol.67, (156):351-366).

O processo de construção e crítica referido, se faz e incrementa tanto o desenvolvimento individual quanto a competência técnica e social pela amplitude de uma perspectiva cultural. A Disciplina, em seu repertório, serve de cenário a uma visão integrada do homem, da tecnologia e do sentido social.

E quando se fala em sentido social, deve-se entender as instâncias deste comprometimento o que, por sua vez, vai justificar uma orientação brasileira para um conteúdo técnico cuja origem transcende historicamente nossas fronteiras.

Esta orientação atende à especificidade cultural, econômica e tecnológica nacional sem expurgar o valor universal do

conhecimento específico, ao mesmo tempo que pretende ultrapassar o sentido de mera adaptação instrumental.

A proposta se desdobra em dois enunciados básicos - sobre a propaganda e sobre um repertório selecionado e hierarquizado, complementado com indicação e comentário de uma bibliografia essencial.

### **SOBRE PROPAGANDA**

A propaganda é o meio através do qual quem produz um bem ou fornece serviços comunica sua atividade ao usuário ou consumidor usando os meios de comunicação de massa como a televisão, revistas, jornais, rádios, cartazes, entre outros.

Particularmente, a Propaganda é uma forma de comunicação persuasiva, visando obter um resultado concreto, que geralmente consiste em convencer o indivíduo a tomar, conservar ou modificar uma atitude. A sociedade contemporânea confere um lugar preponderante à comunicação de massa como agente de influência social.

A propaganda é o caminho para persuadir através da mídia. Para isso utiliza-se de símbolos e linguagem capazes de influenciar o indivíduo.

Hoje é impensável posicionar um produto no mercado sem acompanhá-lo de uma adequada campanha publicitária.

A Propaganda é então uma modalidade projetual que se utiliza de códigos, signos convencionais, estratégias, sugestões psicológicas e sociológicas, para dar forma à persuasão.

Neste processo, os recursos visuais e a persuasão são dois aspectos efetivamente complementares, que interagem na elaboração psicológica da informação no indivíduo.

A Propaganda é o meio utilizado para se informar ao consumidor da existência do produto, incentivá-lo à compra ou, a tarefa mais difícil, fazê-lo alterar a preferência ou o seu hábito de consumo.

A Propaganda, neste esforço, dirige-se à sociedade, ao consumidor habitual ou potencial e à concorrência. E um dos seus objetivos principais é contribuir para a história e a identidade da empresa, do produto e de suas relações com o ambiente onde está colocado. Ela precisa persuadir e informar.

Nesta visão, a Propaganda é menos um meio e um método de transmitir uma mensagem e mais um recurso de identificação e reconhecimento da empresa que anuncia e dos produtos que fabrica.

O trabalho da Propaganda é complexo porque nele influem muitos elementos e conhecimentos, que fornecem os ingredientes culturais, teóricos e práticos, indispensáveis na construção de uma síntese não só capaz de informar, mas, sobretudo, de comunicar-se com o consumidor.

Diante disto, o ensino da Propaganda exige uma preparação cultural integrada por disciplinas teóricas e práticas, necessárias ao melhor desempenho em uma atividade profissional altamente dinâmica e abrangente.



Em sua especificidade, a formação acadêmica do publicitário deve fornecer meios para que o futuro profissional experimente técnicas, desenvolva a criatividade e a curiosidade no sentido de resolver problemas na área da comunicação persuasiva. Pela própria definição, o currículo deve ser articulado em áreas formativas que envolvam conteúdos de fundamentação geral humanística, técnicas de Publicidade, Comunicação e Marketing, elementos de comunicação visual, técnicas de produção e desenho gráfico.

Esta articulação deve possibilitar um conhecimento progressivo dos fundamentos culturais e estratégicos do fenômeno publicitário, bem como a aquisição das técnicas publicitárias aplicadas. Por fim, no desenvolvimento do currículo, a teoria e a prática são integradas em um processo de formação que se realiza através da experimentação, da pesquisa, da análise dos casos e de projetos experimentais relacionados com a atividade profissional. futura.

**ORGANIZAÇÃO E ABORDAGEM DOS ASSUNTOS/CONTEÚDOS  
TRATADOS DENTRO DA DISCIPLINA DE PRODUÇÃO GRÁ-  
FICA EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Para a organização dos conteúdos, estes foram divididos em três grandes grupos:

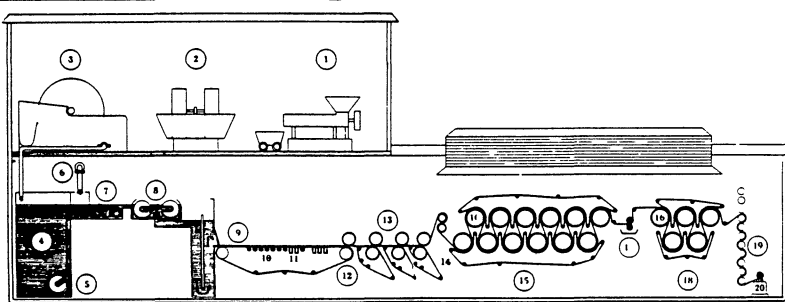
O Grupo dos Componentes Gráficos, o Grupo dos Componentes Estéticos e o Grupo do Projeto Gráfico.

No Grupo de Componentes Gráficos, estão reunidos os conteúdos que englobam a área de produção gráfica propriamente dita. Dele constam os elementos materiais técnicos que serão utilizados na etapa final, quando da realização do projeto gráfico, tornando-o algo material, palpável.

No Grupo de Componentes Estéticos estão reunidos os conteúdos que orientam a conjugação dos diversos elementos gráficos dentro de um espaço bidimensional, geralmente uma folha de papel em se tratando de produção gráfica. Esta atividade, também chamada Diagramação, exige conhecimentos técnicos e artísticos que possibilitem a organização da informação visual.

No Grupo do Projeto Gráfico estão reunidas as informações sobre diversas peças gráficas e sugestões sobre a forma de planejá-las e executá-las.

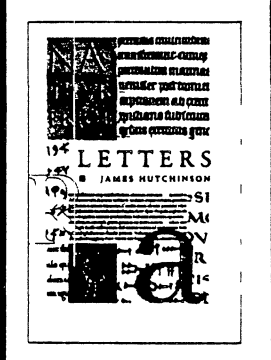
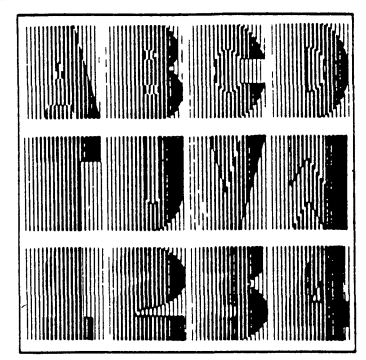
Cabe observar que esta organização de conteúdos baseou-se no currículo adotado pelo curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná, na parte específica de Publicidade e Propaganda, que situa a disciplina no 3º ano, com carga horária total de 120 horas.



Desenho esquemático de uma planta simplificada de fabricação de papel contínuo - do livro 'Tratado Elemental de las Artes Gráficas' de Guillermo Kolterjahn



**EXHIBIT** of the Jenson Old Style Series in thirteen sizes, with appropriate Initials and page Embellishments specially designed for the same.

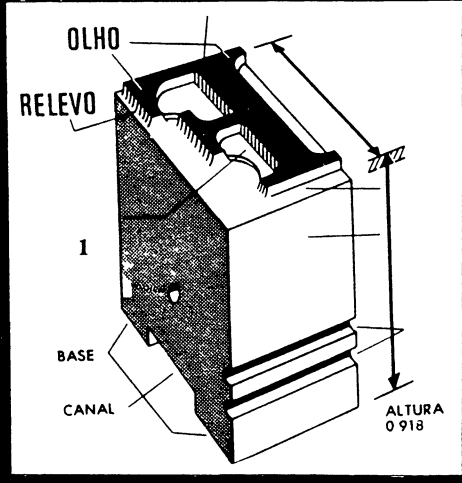


Origin and Progress of Writing  
T. ASTLE, LONDON, 1784.

Manuale Tipografico.  
C. B. BODONI, 1818.

**TYPOGRAPHIA**  
Johnson, 1824

A  
B  
C  
D  
E



s'que calul de cretoz/va lum



**ASPECTOS DA PRODUÇÃO GRÁFICA**

A FABRICAÇÃO DO PAPEL HISTORICO ATUALIDADE UTILIZAÇÃO  
TIPOLOGIA ORIGENS DO ALFABETO OS DESENHOS DAS LETRAS - UTILIZAÇÃO

## 1. GRUPO DE COMPONENTES GRÁFICOS

### 1.1 O papel

Sendo o papel o suporte básico da produção gráfica, é coerente que ele apareça como o primeiro assunto tratado na disciplina.

É importante gerar entre os alunos uma reflexão inicial sobre a presença do papel em nosso cotidiano, reportando-se a épocas onde não existia tal suporte para a deposição dos caracteres e imagens, destacando, desta maneira, a importância do mesmo para o desenvolvimento de nossa civilização.

#### 1.1.1 Histórico

- Os egípcios (300 a.C.) fabricam o predecessor do papel, na realidade caniços entrelaçados de junco, que dão origem à palavra **papel** - do grego *PAPYRUS*, que significa junco.

- Os chineses inventam o papel no século II, e os árabes difundem a invenção pelo Oriente Médio e atual África do Norte, inicialmente só comerciando o produto e posteriormente fabricando-o.

A Europa, também através dos árabes, toma conhecimento da existência do papel e no século XII já se tem notícia da existência de moinhos de papel, onde é fabricado o produto (Cidade de Fabriano - Itália) e da utilização do mesmo em diversos países europeus.

### 1.1.2 Processos de fabricação do papel

#### - Composição do papel:

Geralmente compostos a partir de pastas vegetais com qualidades específicas, que darão origem a diversos tipos de papel. Ainda podem ser fabricados a partir de trapos de tecidos naturais, como o algodão e o linho

Atualmente a maior fonte de fibras de celulose para a fabricação do papel são as árvores, o que tem ocasionado enormes agressões ambientais, devido ao sistema industrial empregado e à demanda mundial crescente.

#### - Processo mecânico de fabricação do papel:

Este é o processo mais econômico para fabricação do papel. Nele as árvores são transformadas em **pasta mecânica**, a partir da moagem das toras de madeira. O papel fabricado neste processo é menos resistente pela redução do tamanho das fibras durante o processo de moagem das toras de madeira. Nota: Mostrar exemplos de papéis fabricados através desse processo, demonstrando suas propriedades e comparando-os a outros tipos, fabricados em outro processo.

#### - Processo químico de fabricação do papel:

Neste processo são utilizados produtos químicos (sulfato, sulfato e soda cáustica) na fabricação do papel. Nele, os cavacos das toras de madeira são cozidos sob pressão, juntamente com os produtos químicos, dando origem ao que é chamado de calda de celulose. Deste processo, surge um papel mais

resistente e brilhante pela conservação do comprimento da fibra durante o processamento.

No processo químico, a fabricação do papel passa por diversas fases. Primeiramente pela **lavagem, peneiração e branqueamento** das fibras, que depois são transformadas em pasta de celulose, recebendo cargas de pigmentos minerais. Nesse ponto ocorre a chamada **colagem**, onde a pasta recebe cargas de cola que darão ao papel maior resistência à água. Na seqüência ocorre a **formação**, onde a pasta transforma-se em lâmina de papel que é posteriormente submetida a uma **prensagem**, para retirada inicial da umidade.

A lâmina então é aquecida para redução maior de sua umidade (secagem), passando por rolos, chamados de calandras, que aumentam a lisura e o brilho da superfície do papel.

Finalmente, as lâminas são enroladas em grandes bobinas, que posteriormente são cortadas em bobinas menores para uso em máquinas de impressão rotativas ou transformadas em folhas para uso em máquinas planas.

No processo químico, o papel pode receber ainda revestimentos, gravações de relevo e outros acabamentos especiais.

Nota: Utilizar recursos audiovisuais (vídeos, slides ou mesmo ilustrações que reforcem a idéia dos processos de fabricação utilizados modernamente). Mostrar, a título de curiosidade, as formas artesanais de fabricação do papel, detalhando as fases deste processo.

### 1.1.3 Qualidade e emprego das variedades de papéis

#### Papel jornal

Produzido a partir de pasta mecânica, em tons gris e

amarelos, áspero, com pouca cola, é indicado para tiragem de jornais e folhetos de baixa qualidade.

Nota: Distribuir amostras para os alunos e comentar as características do papel jornal, a partir de impressos realizados sobre ele.

### **Papéis para livros**

São vários os papéis utilizados na impressão de livros. Entre eles pode-se citar:

Papel Bufon: fofo e áspero, ótimo para impressão em sistema tipográfico.

Papel apergaminhado: de qualidade superior, composto por pasta química e trapos, imita o pergaminho.

Papel couchê: ótima qualidade, excelente para impressão em offset, tem ambas as faces recobertas com fina camada de substâncias minerais (caulim ou gesso), de acabamento brilhante normalmente, hoje pode ser encontrado também com acabamento opaco.

Papel bíblia: extremamente fino e resistente, é muito utilizado na impressão de obras extensas.

Nota: Mostrar aos alunos os diversos tipos de papéis citados, destacando suas qualidades a partir de impressos realizados com eles.

### **Papéis para imprimir ilustrações**

São papéis sem felpas ou penugens, bastante encolados, com superfície brilhante ou opaca, na cor branco puro, ideais para reprodução de trabalhos delicados e com detalhes finos.

Nota:Mostrar papéis utilizados para reprodução de ilustrações e a sua utilização em sistemas de impressão.

### **Papel de embrulho**

Papel pardo, grosseiro e resistente. Nomes comerciais: Kraft e Manilha.

Existem papéis de embrulho mais finos e elaborados com o Celofane transparente e o Seda.

Nota: Mostrar os papéis citados, destacando suas características.

### **Papéis para escrita**

São papéis duros e fortes, indicados para escrita à mão ou à máquina.

### **Papéis para imprimir em offset**

São papéis bastante encolados, de superfície uniforme, livres de felpas ou penugens, e resistentes à umidade para atenderem às características do processo de impressão em offset.

### **Papéis para imprimir rotogravura**

Papéis lisos e sem felpas, macios e poucos encolados, próprios para absorverem as tintas semi-líquidas deste processo de impressão.

### **Cartolina e papelão**

São obtidos pela colagem e prensagem de várias folhas de



papelão ou cartão, normalmente com peso maior que  $180\text{g/m}^2$ , sendo que as cartolinas se apresentam com peso intermediário entre os papéis e os cartões.

Usados mais freqüentemente em capas de livros e embalagens.

Nota: Mostrar exemplos, destacar as características e a utilização.

### **Outras variedades de papéis**

Existem outras variedades de papéis, cujas utilizações se prendem às necessidades do que se pretende imprimir ou produzir.

Entre os mais destacados podemos citar: Papel acetinado, Papel Bristol, Papel Bond, Papel de forma ou de tina, Cartão Duplex, Cartão ondulado, Papel Vergê, Velino, de bordas dentadas, Papel da China, Papel Japonês.

Nota: Devem ser feitos comentários sobre cada um dos papéis citados, destacando suas características e utilização mais comum. Amostras devem ser manuseadas pelos alunos.

#### **1.1.4 Formatos padronizados do papel**

Antes da fabricação industrial do papel contínuo, não havia formatos padronizados para os papéis. Estes apresentavam-se em diversos tamanhos, relacionados com o sistema artesanal da fabricação em formas. Em 1911, os alemães, através de normas industriais utilizadas naquele país (DIN), estabeleceram formatos tendo como base o sistema métrico. A partir de uma

série harmônica de modelos, propuseram uma utilização mais racional do papel, que permite o ajuste de medidas sem perdas, possibilitando o corte das folhas para a produção desde um cartão de visita até jornais e grandes cartazes.

Os padrões brasileiros, estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), levaram em conta os tipos de máquinas de impressão mais comuns em uso no país, na época da criação das normas. Desta maneira, existem dois padrões em uso no Brasil atualmente: o AA e o BB.

Nota: Devem ser apresentadas aos alunos as tabelas para cálculo do melhor aproveitamento do papel, com as variações possíveis de corte nos formatos estabelecidos pela ABNT e nos formatos de uso internacional. Exercícios devem ser realizados visando um melhor entendimento das normas e sua importância na concepção dos projetos gráficos.

#### 1.1.5 Apresentação comercial do papel

Os papéis hoje são apresentados em bobinas de até 350 quilos, para impressão em máquinas rotativas ou em resmas de 500 folhas, para impressão em máquinas planas.

#### 1.1.6 Peso do papel

A gramagem ou gramatura do papel é dada pelo peso teórico de uma folha de papel com um metro quadrado de superfície.

A força do papel é estabelecida pelo seu peso na resma. Quanto mais pesado, mais força ele terá.

São considerados papéis leves aqueles com até  $50\text{g/m}^2$ , e

caracterizam-se por serem mais translúcidos.

São considerados papéis médios aqueles acima de  $50\text{g/m}^2$ , até  $100\text{g/m}^2$ .

Por serem mais pesados são menos translúcidos.

São considerados papéis pesados aqueles acima de  $100\text{g/m}^2$ , e são opacos. Acima de  $180\text{g/m}^2$ , recebem o nome de cartolina, cartão ou papelão porque resultam da colagem e prensagem de várias folhas.

### 1.1.7 Manuseio do papel

Os papéis devem ser armazenados em locais secos e protegidos porque são sensíveis à umidade.

Quando em uso em grande escala, principalmente em impressoras industriais ou editoras, os papéis são armazenados em depósitos especiais e posteriormente submetidos a testes que permitem detectar as condições ideais para a impressão. Esses testes dão coeficientes de umidade ou secura do papel, seu teor de acidez, resistência das fibras, etc. E são importantes para a realização de grandes tiragens com qualidade estável.

No uso em gráficas de pequeno e médio porte, o armazenamento e o manuseio não têm esse grau de sofisticação, porém o papel deve ser guardado em lugares limpos e secos até o seu uso, sob pena de que a umidade e as partículas em suspensão no ar prejudiquem a tiragem dos impressos.

Nota: Tendo em vista a ampla abordagem do assunto, é interessante como reforço de aprendizagem, uma visita dos alunos às instalações de uma fábrica de papel. Caso isso não seja possível, aconselha-se o uso intenso de materiais ilustrativos que

permitam a visualização do processo industrial de fabricação e das diversas utilizações dos produtos finais.

## 1.2. Tipologia

Dentro dos componentes gráficos, o estudo das letras e tipos é fundamental, na medida que esclarece o desenvolvimento da representação gráfica dada ao pensamento humano, através dos tempos até os nossos dias.

### 1.2.1 A História da escrita

A mais antiga manifestação gráfica do pensamento humano que se tem notícia são as pictografias, que gravadas nas paredes das cavernas, trazem uma escrita figurada das cenas do cotidiano dos homens primitivos.

Posteriormente, por volta de 5.000 anos antes de Cristo, encontra-se a ideografia que fixa as idéias através de símbolos, sinais convencionais que já se referem à idéias abstratas e não mais, como na pictografia, ao registro de fatos ou coisas materiais.

Estes símbolos foram se transformando à medida que a comunicação se fazia mais rápida, e os detalhes artísticos de sua construção foram sendo simplificados para facilitar a reprodução. A escrita passa de hierática para o demótico, com um traçado mais corrente, predominando as linhas mais contínuas.

Paralelamente, se desenvolve o sistema fonético que é a expressão sonora dada aos sinais.

O fonetismo orientou a decomposição da palavra (conjunto de signos) em sílabas com sons próprios, que arranjadas de maneiras diferentes, multiplicaram as possibilidades de representação gráfica do pensamento.

O primeiro alfabeto foi criado pelos fenícios, que substituíram os complicados signos gráficos, até então usados, por letras que vão permitir toda a espécie de combinação, onde o mesmo símbolo sempre vai ter o mesmo som em qualquer palavra formada.

Do alfabeto fenício originaram-se os alfabetos hebreu, aramaico e grego primitivo.

Os gregos desenvolveram sua escrita em três períodos:

a) Grego Primitivo (1200 a.C.):

escrita traçada a bastão, bastante semelhante à fenícia pela irregularidade e configuração de sinais.

b) Grego Semi-Primitivo (800 a.C.):

período de transição e modificação do desenho das letras e adotando o traçado definitivo, da esquerda para a direita.

c) Grego Clássico (300 a.C.):

quando acontece a verdadeira transformação do sinal em letras propriamente ditas. É o apogeu da escrita grega.

O estilo de letras que os povos ocidentais utilizam atualmente foi legado pelo povo romano, que desenvolveu este alfabeto tendo como base o alfabeto Grego Clássico.

Nota: Esta introdução sobre a origem e a evolução da escrita pode ser aprofundada ou não, dependendo do tempo destinado ao assunto dentro do programa da disciplina. No entanto, é ne-

cessário uma abordagem que esclareça aos alunos o processo histórico da representação gráfica do pensamento.

A seqüência sugerida para essa exposição é a seguinte:

**- A Letra:**

A evolução da escrita Latina - Romana (200 a.C.) - Quadrata (100.a.C.) - Rústica (início da era cristã) - Uncial (Séc. IV d.C.) - Lombarda - Carolíngia - Gótica (Séc. XVI d.C) - Os monges copistas e seus manuscritos.

**- A invenção dos tipos móveis:**

Os chineses (Séc. XI d.C) - Gutemberg (Séc. XV) - Os tipos de metal - O invento que vai revolucionar a humanidade - A criação da tipografia - o início da produção em série de impressos.

Após esta introdução deve ser destacado que, a partir da invenção dos tipos móveis, e a conseqüente produção em série de impressos, cresce a preocupação com a utilização dos caracteres quanto à sua forma.

Todo o planejador gráfico deve possuir conhecimentos básicos sobre o assunto para o correto desempenho de suas atribuições.

**1.2.2 -Classificação genérica dos caracteres quanto à sua forma**

a) Quanto à inclinação:

Podem apresentar-se em redondos, grifos ou itálicos.

Os **redondos** ou **normais**, oferecem melhor legibilidade.

Os **grifos** ou **itálicos** (concebidos por Aldo Manúcio, célebre im-

pressor italiano - Séc. XV) são caracteres ligeiramente inclinados para a esquerda ou direita, e sofrem interferência em sua legibilidade. São excelentes para destaque numa composição, mas um desastre num grande volume de texto.

Nota: Fazer uso de exemplos dos caracteres citados, destacando suas características.

b) Quanto à largura

Classifica-se um caracter quanto à largura, fazendo-se um balanceamento dos brancos e pretos internos e externos de cada letra.

Quando o branco interno tiver maior proporção que o preto das hastes, considere-se o caracter estreito. São encontrados caracteres (tipos) estreitos (condensed), meio estreitos, normais, largos (extended) e larguíssimos (extra-extended).

Nota: Apresentar ilustrações onde apareçam destacadas as características de construção das letras e os termos utilizados para a definição de suas partes componentes - Anatomia das Letras.

- Serifa - traços ou elementos de acabamento, antigamente usados para alinhamento.
- Barriga ou Pança: Elementos circulares encontrados em algumas letras.
- Base ou Pé: Elementos de apoio das letras.
- Haste ou Fuste: Elementos de sustentação de algumas letras.
- Montante ou Barra: Elementos de acabamento de algumas letras.

### c) Quanto à tonalidade

Os caracteres são classificados pela força de suas hastes. Um caracter preto é aquele cujas hastes têm predominância sobre os brancos internos das letras e um caracter claro é aquele cuja tonalidade de suas hastes são equilibradas com os brancos internos das letras.

Em propaganda os caracteres pretos são utilizados normalmente em destaques, títulos e subtítulos, pois afetam a legibilidade sendo desaconselhável seu uso em texto corrido.

Quanto à tonalidade, os caracteres são conhecidos como: Pretos (bolds), Meio pretos (demibold), normais (Medium), claros (lights).

Nota: Os conceitos apresentados devem ser reforçados com a utilização de material ilustrativo.

Deve-se destacar que na terminologia gráfica o termo "Caixa Alta" designa as letras maiúsculas e o termo "Caixa Baixa", as letras minúsculas. E que estas expressões são oriundas das antigas tipografias onde, para facilitar o manuseio dos tipos móveis pelos tipógrafos montadores, as caixas com tipos maiúsculos eram colocados em um plano mais elevado e as com os tipos minúsculos em um plano inferior.

### 1.2.3 A escolha do tipo para composição gráfica

A opção correta pelo tipo a ser usado em uma composição gráfica define muitas vezes a qualidade da publicação. Por isso é necessário que o planejador gráfico conheça e saiba explorar o estilo, as características e as possibilidades expressivas de cada tipo de letra.



Os caracteres podem expressar, a partir de sua configuração, sensações visuais de leveza ou peso, de masculinidade ou feminilidade, de elegância ou rigidez ou ainda, de seriedade ou frivolidade.

Nota: Devem ser buscados exemplos das diversas famílias de caracteres, ressaltando-se suas características e possibilidades expressivas.

#### **1.2.4 A classificação dos tipos segundo suas bases**

No século XIX, o impressor francês Francis Thibaudeau estabeleceu uma classificação geral dos tipos, separando as diferentes formas dos caracteres em grupos denominados de famílias: Bastão, Egípciana, Romana Antiga e Romana Moderna.

##### a) Família Bastão (Antiga ou Lapidária):

São letras inspiradas nas inscrições lapidárias fenícias e gregas. É considerado o grupo mais simples e legível dos caracteres gráficos e é muito utilizado em publicações de caráter técnico e em trabalhos publicitários.

Fundidores americanos denominaram estas famílias de "Gothic" ou "Block-letter", os franceses de "Antique" e os alemães de "Grotesque".

Estes caracteres são encontrados nas variações: Longos, alongados, largos e itálicos. Os nomes comerciais mais comuns desta família são: Kabel, Grotesca, Futura e Lapidária.

A falta de contraste em suas formas desaconselha sua utilização na composição de grandes volumes de texto, pois esta característica torna a leitura cansativa.

Nota: Utilizar material ilustrativo com exemplos da família lapidária, destacando suas características, variações na apresentação e em sua utilização.

b) Família Egípciana:

Criada pelos ingleses no século XIX. São chamadas egípcianas por terem sido utilizadas na identificação de produtos oriundos do Egito, que na época (Séc.XIX), após campanha militar contra Napoleão, torna-se colônia inglesa.

São caracteres bem construídos, com bases retangulares que denotam estabilidade, uniformizando o texto. A sua legibilidade é menor que a da Família Lapidária, pela predominância do preto sobre o branco na construção das letras. Existem duas variantes no desenho das serifas da família egípciana:

1. A Egípciana inglesa, que apresenta arredondamento na parte inferior do ângulo das serifas e

2. A Egípciana italiana que apresenta serifas reforçadas.

Os caracteres desta família podem apresentar-se estreitos, alongados, largos e pretos, além do desenho normal. Comercialmente recebem os nomes de: Mênfis; Karnak, Ginder, Beton, Época, Pharaon, Ramsés, Rio Branco, Stymie, etc.

Nota: Utilizar farto material ilustrativo que destaque as características e variações na apresentação dos caracteres da família Egípciana. Destacar ainda a utilização em peças publicitárias.

c) Família Romana Antiga (Elzevir)

Criada pelos franceses no século XIV, inspirada na escrita monumental romana, cravada a cinzel triangular sobre pedra ou bronze.

Essa família é bastante legível e elegante, caracterizada pela distribuição perfeita de finos e grossos em sua construção, ela proporciona ao leitor um descanso visual e por este motivo tem grande utilização em textos de livros e publicações de caráter didático.

Entre seus nomes comerciais, podemos destacar: Romano, Elzevir, Caslon e Garamond.

d) Família Romana Moderna (Didot):

Introduzida pelos italianos no século XVIII, têm inspiração no alfabeto grego que utilizava traços (serifas) nas bases das letras para facilitar o seu alinhamento.

Os tipos desta família são facilmente reconhecidos pelo forte contraste entre as suas hastes e pelas serifas de traço fino. São tipos belos e distintos, no entanto frágeis pelas características de sua construção. A sua utilização se dá normalmente em livros. Os nomes comerciais em catálogos de tipos são: Bodoni, Onix, Didot, etc.

Nota: Utilizar material visual ilustrativo com exemplos da família Romana Moderna, destacando as características e as variações em sua apresentação.

e) Família Fantasia:

Esta família não consta da classificação de Thibàudeau por apresentar normalmente características mescladas das outras famílias.

Para efeito de estudo dividem-se em três ramificações: Os góticos (bastardas), os manuscritos (Cursivas) e os fantasias, inspirados nos gostos de época.

Existe uma enorme variedade de famílias fantasia, que são usados em propaganda para destaques e títulos ou para a criação de efeitos visuais adequados à composição/criação gráfica.

Nota: Analisar material visual ilustrativo com exemplos variados dessa família e de suas utilizações mais frequentes.

OBS: Ao final desta abordagem, o estudante deverá ser capaz de:

a) identificar as diversas famílias tipográficas; b) identificar as características de cada família e c) utilizar as diversas famílias em peças publicitárias.

#### **1.2.5 Outras considerações sobre a escolha dos caracteres**

É importante destacar que, para ser harmônico em seu conjunto, um impresso deverá associar a legibilidade ao relacionamento: Formato-texto, largura da linha, disposição da mancha de texto no formato, tipo de suporte e o processo de impressão utilizado.

#### **1.2.6 Sistema de medidas tipográficas**

Até o século XVII não existia uma medida tipográfica exata, elas variavam de fundição para fundição de caracteres.

Dois impressores franceses, Pedro Simon FOURNIER e Francisco Ambrosio DIDOT, estabeleceram dois sistemas de medidas usado até hoje. No entanto, não há uniformização mundial nessa utilização.

O Brasil, Espanha, Grécia, Alemanha, Suécia, Turquia e

parte da Itália adotam o **Sistema Didot**, onde um ponto tipográfico equivale a menos de meio milímetro (0,376mm). O múltiplo de doze pontos, neste sistema, é denominado de **Cícero** (4,512mm).

A Inglaterra e Estados Unidos adotam o **Sistema Fournier**, onde um ponto tipográfico equivale a 0,351mm ou 1/72 da polegada. O múltiplo de doze pontos, nesse sistema é nominado de **Paica** (pica) - 4,212mm.

No Brasil, oficialmente, utiliza-se o Sistema Didot. Porém, mais recentemente, a partir da década de 60, o sistema anglo saxão também começa a ser utilizado, tendo em vista a importação de máquinas de fotocomposição de origem norte-americana.

Para se entender melhor a utilização de um sistema de medidas tipográficas é preciso destacar o seguinte:

- O tipo ou letra é medido em **pontos** (altura).
- A medida das linhas (largura) é estabelecido em **Paicas**, quando utilizado sistema de composição a frio (fotocomposição e máquinas composer, inclusive as operadas via microcomputador) ou em **Cíceros**, quando utilizado sistema de composição a quente (tipografia).

- O **Corpo** é a dimensão que se dá a altura dos tipos (letras), que por sua vez vão ser designados pelo acúmulo vertical das medidas em pontos tipográficos. Os tipos apresentam-se normalmente nas medidas de 5 a 72 pontos (corpos).

Os corpos abaixo de 14 são utilizados na composição de textos, os superiores a 14 são utilizados em títulos.

O espaçamento e o entrelinhamento no arranjo gráfico é importante na medida em que vai determinar um padrão estético final que permitirá ou não uma boa leitura.

Ao programar a composição de um texto, em um corpo qualquer, o diagramador deverá obedecer a norma básica que é seguir o seu entrelinhamento normal, isto é, uma linha de texto e outra em branco com o mesmo tamanho do corpo usado. No entanto, por questões técnicas e mesmo estéticas, o diagramador poderá diminuir ou aumentar o entrelinhamento, sem esquecer a questão básica da legibilidade.

O arranjo gráfico pode ser ordenado de quatro formas distintas:

**1. Composição justificada (blocada),**

Onde todas as linhas têm o mesmo comprimento, formando um bloco compacto.

**2. Composição não justificada,**

Onde as linhas têm diferentes comprimentos. Este arranjo tem duas variantes:

a) Todas as linhas aparecem alinhadas à esquerda e irregulares à direita

b) Todas as linhas aparecem alinhadas à direita e irregulares à esquerda.

**3. Composição centralizada,**

Onde as linhas têm comprimento desiguais, apresentando ambos os lados irregulares.

**4. Composição assimétrica.**

Onde não há um padrão previsível na composição das linhas.

A escolha de uma destas formas de composição, pelo diagramador, irá determinar um padrão gráfico diretamente relacionado com o efeito estético pretendido. Daí sua importância para dar unidade e harmonia à produção gráfica.

Nota: Utilizar material ilustrativo onde apareçam as diversas formas que o arranjo gráfico pode assumir em termos de entrelinhamento e ordenamento, destacando suas qualidades e deficiências.

### 1.2.7 Cálculo de texto para composição

O cálculo do texto a partir do original datilografado é indispensável, primeiro para a estimativa dos custos da composição, e, segundo, para atender corretamente ao projeto gráfico, no que toca a ocupação do espaço reservado ao texto composto, em uma diagramação prévia.

Normalmente existe uma fórmula própria para cada máquina componedora de caracteres, mas há uma fórmula básica que pode ser utilizada com um gabarito de entrelinhas.

A fórmula utilizada é a seguinte:

$$\frac{\text{Nº T} \times \text{Nº L}}{\text{Nº C da M}} = \text{Nº L}$$

O número de toques (Nº T) é multiplicado pelo número de linhas (Nº L) e dividido pelo número de caracteres da medida desejada (Nº C da M), o resultado apontará o número de linhas (Nº L) no corpo que se pretende compor.

Os procedimentos para se chegar ao tamanho final do texto composto são:

- a) Contam-se as letras e os espaços de uma linha, ou acha-se a média de várias linhas.
- b) Multiplica-se o número de letras e espaços de uma li-

nha pelo número de linhas da página.

- c) Multiplica-se o número de letras e espaços que contém uma página pelo número total de páginas. Chega-se desta maneira ao total aproximado das letras e espaços que contém o original.
- d) Divide-se o total de toques pelo número de letras contidas na medida escolhida e no corpo desejado (escala de conversão).
- e) Obtém-se assim o número de linhas do corpo da letra e da medida desejada.
- f) Verifica-se no gabarito de entrelinhas a medida em paucas ou em centímetros correspondentes ao número de linhas encontradas.

Nota: Destacar que o uso de laudas de texto padronizadas (70 toques x 25 linhas) facilita as operações descritas.

Mostrar exemplos de cálculos de textos, seguindo os passos propostos para utilização da fórmula e, para reforço da informação, propor aos alunos alguns exercícios simulando cálculos de textos.

Existem outras fórmulas que são utilizadas para cálculo de textos sem o uso de gabarito de entrelinhas, como é o caso da empregada na máquina de fotocomposição COMPUGRAF:

- Para cálculo de textos nos corpos mais utilizados (8, 9, 10 e 12) as fórmulas são as seguintes:

$$\text{Corpo } 8 = \frac{N \text{ T X N L} : 9,5}{M + 1,5} = \text{cm}$$



$$\text{Corpo 9} \quad \frac{\text{N}^\circ \text{ T X N}^\circ \text{ L} : 8}{\text{M}+1} = \text{cm}$$

$$\text{Corpo 10} \quad \frac{\text{N}^\circ \text{ T X N}^\circ \text{ L} : 6,6}{\text{M}+1} = \text{cm}$$

$$\text{Corpo 12} \quad \frac{\text{N}^\circ \text{ T X N}^\circ \text{ L} : 5,5}{\text{M}} = \text{cm}$$

OBS: N° T = Número de toques

N° L = Número de linhas

M = Medida da linha de composição, dada em paucas.

- Os números (9,5/8/6/4,5), constantes nas fórmulas para cálculo dos diferentes corpos, são fornecidos pelo programa da máquina, assim como os acréscimos +1 e +1.5.

Nota: Mostrar exemplos de cálculo de textos a partir do uso das fórmulas vistas e propor exercícios para melhor entendimento da mesma.

### 1.2.8 Composição Tipográfica

O conhecimento dos processos de execução da composição tipográfica pelo produtor gráfico permite que este opte corretamente pelo mais indicado, tendo como referencial as questões técnicas do preparo de originais e os custos mais adequados ao que se pretende imprimir.

Basicamente existem dois processos de composição tipográfica: a composição manual e a composição mecânica.

## Composição Manual

O processo de composição manual não mudou deste o século XV, ou seja, o mesmo método implantado por Gutenberg é utilizado até hoje.

Nele o tipógrafo trabalha com um componedor, a caixa de tipos e os tipos metálicos (letras, sinais de pontuação, números e espaços).

A composição manual se processa da seguinte forma:

O tipógrafo segura com uma das mãos o componedor graduado, previamente ajustado para a medida da linha desejada, e, com a outra mão ele vai apanhando o caracter desejado na caixa de tipos e depositando no componedor. A seqüência desta operação dá origem à composição do texto, linha após linha até o máximo que o componedor pode comportar.

Do componedor a composição é transferida para uma bandeja rasa chamada galé ou bolandeira. Esta, após a conclusão do trabalho, é amarrada em um bloco com o uso de barbantes, ou ainda, circundada firmemente com pedaços de madeira, metal ou plástico. Pronto este volume, denominado "paquê", é tirada a primeira prova ou prova de prelo.

O prelo é uma máquina de provas tipográficas de baixa velocidade operada manual ou eletricamente, utilizada para tirar algumas provas de cada trabalho.

Estas provas são tiradas para que o tipógrafo e o planejador gráfico possam verificar se o trabalho foi composto de acordo com as especificações. Caso hajam erros ou alterações a serem feitas, o tipógrafo desmonta a forma e recompõe o que for necessário e em seguida tira nova prova, normalmente em pa-

pel couchê, chamada de prova para reprodução.

Ao final da tiragem, desmonta-se a forma recolocando os tipos nas suas respectivas divisões, na caixa de tipos.

A composição manual é relativamente lenta. Mesmo com a presteza dos tipógrafos, acaba consumindo muito tempo. Desta forma, atualmente seu uso está restrito a pequenos textos ou títulos.

### **Composição Mecânica**

Este processo envolve fundição de tipos a partir de uma liga composta, de chumbo, antimônio e estanho a uma temperatura de 270°C. Por isso a composição mecânica é conhecida também como composição **a quente**.

As máquinas usadas na composição mecânica são de duas espécies:

- As que compõem e fundem "Linha por Linha" - Linotipo, Intertype, Linograph, Typograph, Ludlow, etc.
- As que compõem e fundem "Letra por Letra" - Monotipo e Rototipo.

### **Composição Linotípica**

A composição linotípica foi desenvolvida por Ottmar Mergenthaler na Alemanha, em 1886. O funcionamento desta máquina é relativamente simples, são dois mecanismos, onde um funde e o outro compõe.

A composição linotípica se dá em máquina operada por uma só pessoa. O operador aciona um teclado semelhante ao de uma

máquina de escrever, mas que contém 90 teclas.

As teclas acionam 90 canais de fundição, que por sua vez estão ligados a matrizes de cobre em baixo relevo, correspondentes às letras, algarismos e sinais gráficos.

As matrizes de cobre vão sendo alinhadas automaticamente em um componedor - daí o nome Linotipo (linha de tipos) - e por fim depositadas em frente a um cadinho por onde escorre a liga metálica.

Fundida a linha, esta é transportada para trás da precedente e as matrizes são soltas, indo se colocar em seu canal de origem.

À mesma época da invenção do Linotipo, os americanos já trabalhavam igualmente na construção de uma máquina para compor e fundir linhas de tipo. A ela deram o nome de "Typograph", no entanto há diferenças na construção e funcionamento, em relação ao Linotipo.

As máquinas de composição mecânica podem compor do corpo 5 ao 18 e linhas com o máximo de 30 paucas ou 28 cíceros. Algumas máquinas podem compor linhas com até 42 paucas.

As linhas e os entrelinhamentos são compostos numa única peça, o que impossibilita a redução do entrelinhamento após a fundição; no entanto é possível aumentá-lo adicionando-se entrelinhas avulsas, manualmente.

Este sistema é muito mais rápido do que a composição manual, porém o custo de correção é maior, tendo em vista que qualquer alteração implica na nova fundição do bloco da linha.

## **Composição Monotípica**

Máquina inventada por Tolbert Langston, nos Estados Unidos, em 1891.

Na verdade são duas máquinas: um teclado codificador e uma fundidora de tipos.

O teclado tem 276 teclas e uma bobina de papel onde é realizada a perfuração em código, comandada pelo acionamento das teclas.

A bobina codificada é depositada na máquina fundidora, onde se encontram as matrizes dos tipos, acionando o mecanismo de fundição.

Os tipos são compostos um a um, formando palavras e linhas completas.

Neste tipo de composição as correções são facilitadas pela fundição individual dos tipos.

Nota: As formas de composição manual e mecânica devem ser destacadas através de material visual ilustrativo.

A utilização das máquinas na composição mecânica suas vantagens e o seu funcionamento devem ser enfatizados.

É recomendável, ao final do assunto, uma visita dos alunos a uma tipografia que possua os equipamentos tratados nessa matéria.

## **Composição "A Frio"**

A expressão "A Frio" se refere à obtenção de originais tipográficos mediante o uso de filme ou película, em contra-posição à composição "A Quente", obtida com a fusão de ligas

metálicas, já relatadas no tópico anterior.

A composição "A Frio" tem aplicação na montagem de artes para os sistemas de impressão offset e rotogravura, propiciando a necessária rapidez e maior segurança no manuseio da confecção dos originais gráficos.

A composição fotográfica (fotocomposição) simplifica as operações, reduz a mão de obra e as instalações físicas.

Este sistema, introduzido no Brasil na década de 60, exibe uma tecnologia mais sofisticada, utilizando papel fotográfico que aumenta sensivelmente o custo de produção.

Os equipamentos utilizados em fotocomposição são constituídos por uma série de aparelhos ordenadores e, mais recentemente, por computadores eletrônicos que permitem obter o texto, fotografando letra por letra.

O processo é simples, o operador aciona um teclado que transmite as informações (corpo, alinhamento, entrelinha e medida do texto a ser composto) para uma fita perfurada ou para a memória de um computador. Na seqüência, registrados os comandos, é realizada a fotografia dos tipos ou símbolos a partir de diferentes matrizes.

A cópia em papel fotográfico é então revelada, fixada e seca em alta velocidade nos processadores, fornecendo o original a ser trabalhado na arte final.

Hoje se encontram no mercado várias marcas de máquinas fotocomponedoras, as mais difundidas são as Dyatype, Diatronic e Pohton.

Um dos mais avançados processos de fotocomposição é o Bureau de Telecomposição que é um sistema que consta de monitores (telas eletrônicas) de inspeção "Preview", que permitem

a correção e a diagramação prévia, antes da liberação da fotocomposição. Algumas máquinas possuem um equipamento chamado "Print" que fornece uma cópia em papel comum, permitindo uma verificação anterior do trabalho a ser fotocomposto. O Bureau possui ainda o chamado "Hard Disk" (disco rígido), que tem uma capacidade de armazenagem de texto de 100 Mbytes ou o equivalente a 100 milhões de caracteres ou 850 mil laudas de 1200 toques. Integrado ao sistema está uma processadora automática de filme em suporte de papel fotosensível.

No sistema de fotocomposição, os letreiros podem ser ajustados para produzir diversos tipos de entrelinhamento e espaçamento entre letras (aberto, apertado ou sobrepostos). Nos equipamentos mais avançados é possível italizar qualquer tipo, ou seja, incliná-lo tanto à direita como à esquerda, em ângulos que variam de 1 a 31 graus. Nestes equipamentos pode-se também determinar outras variações quanto à condensação ou expansão dos tipos, a partir da solicitação de uma altura (corpo) X e uma largura (corpo) Y. Esta possibilidade permite um planejamento visual esteticamente mais rico.

Em fotocomposição é possível realizar-se composições do corpo 6 ao 72, no entanto mais recentemente, alguns equipamentos permitem a feitura de textos do corpo 4 ao 999, com variações de 1/2 em 1/2 ponto.

Nota: É importante mostrar aos alunos material produzido em fotocomposição, destacando suas características e formas de utilização na montagem da arte final.

Como atividade de reforço é desejável que se realize uma visita a um bureau avançado de fotocomposição, onde possa ser visto em operação todo o processo descrito em sala.

Ainda enquadrados no sistema de composição a frio estão as máquinas composer, que fornecem textos diretamente nos suportes, ou seja, sobre papel comum (não sensibilizado).

A IBM composer é o sistema mais antigo, assemelha-se a uma máquina de escrever, porém é mais complexa, possuindo memória e recursos de composição (esferas cambiáveis com diversas famílias de tipos) e alguns comandos especiais (entrelinhamento e espaçamento em letras diversas).

Algumas IBM composer, mais recentes, são eletrônicas e permitem um manejo mais simples com maiores recursos.

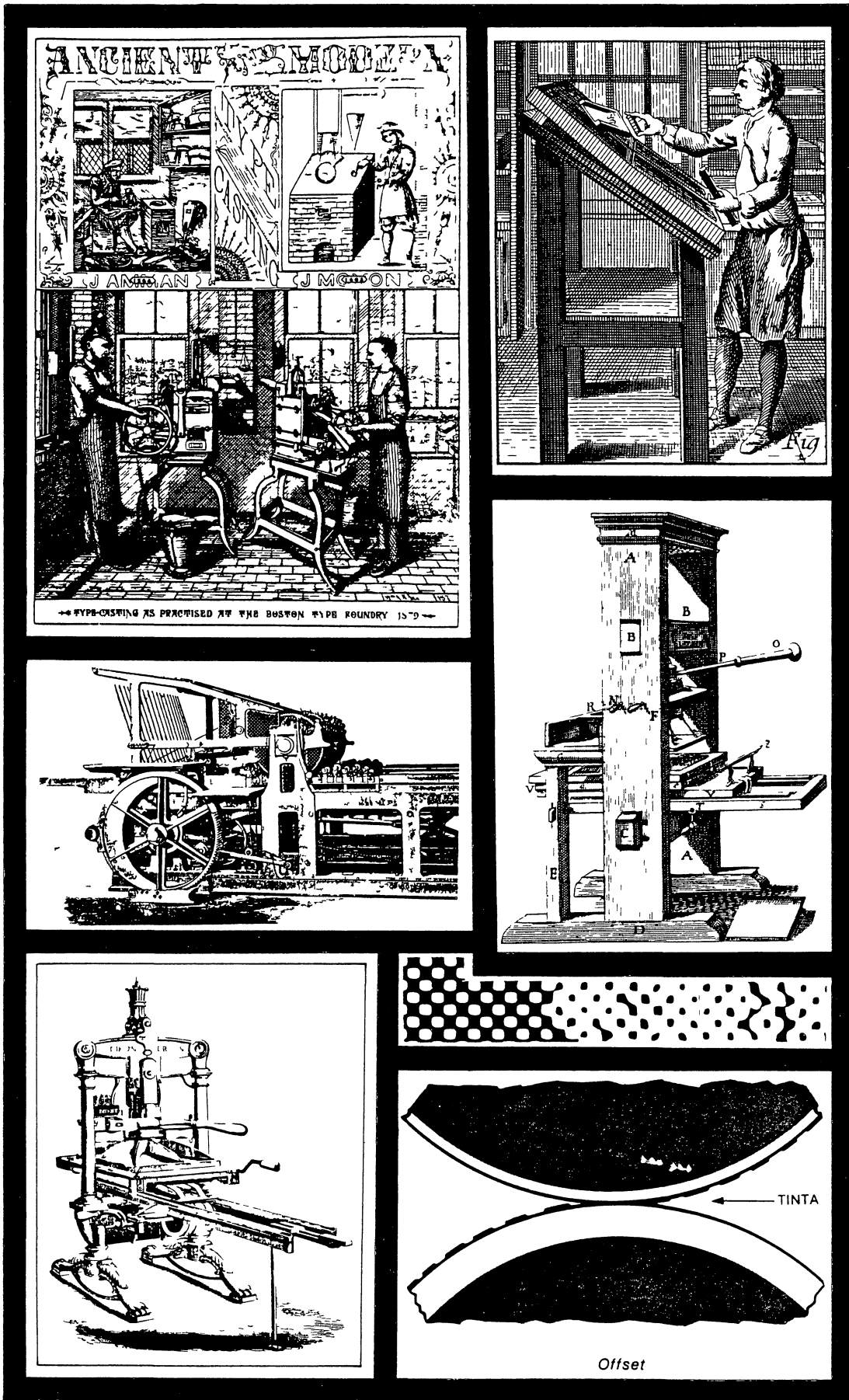
No Brasil, no final da década de oitenta, surgiram alguns equipamentos nacionalizados, operados através de microcomputadores, que permitem ir além da simples composição do texto. Neles é possível diagramar e corrigir os blocos de composição diretamente nas telas eletrônicas. Acopladas aos computadores estão as impressoras que usam o sistema de "margaridas" (discos cambiáveis com famílias de tipos).

Atualmente já estão em operação impressoras a laser que oferecem vantagens em relação aos sistemas já citados, determinando uma maior velocidade e definição na composição dos textos.

As composer estão restritas à composição de textos entre os corpos 6 e 14 devido às limitações impostas pelo sistema (esferas ou margaridas).

Os modelos mais utilizados no Brasil são a Forma Composer e a Gepeto, por serem nacionalizados e possibilitarem financiamento. Ainda enquadrados no sistema de composição a frio está a decalco-composição, que permite a montagem de textos a partir de folhas suportes onde estão as letras impressas em pro-





### ASPECTOS DA PRODUÇÃO GRÁFICA

A REPRODUÇÃO GRÁFICA HISTÓRICO SISTEMAS DE IMPRESSÃO  
 CARACTERÍSTICAS AS CORES O USO DAS RETÍCULAS

cesso serigráfico (seladas com uma adesiva para fixação posterior dos caracteres). As letras são transferidas, uma a uma, através de pressão ou fricção sobre o suporte estabelecido.

Existem sistemas auto adesivos que exigem recortes, normalmente executados com estilete.

Estes sistemas decalcáveis são indicados normalmente para a composição de títulos e textos pequenos, devido ao aspecto quase artesanal de deposição das letras sobre o suporte desejado.

Podem ser encontrados em catálogos próprios, além das famílias de tipos, fios, vinhetas, símbolos, ornamentos e retículas mecânicas com vários efeitos.

As marcas que se encontram no mercado brasileiro são: Letraset (origem norte-americana), Mecanorma (origem holandesa), Alfac (belga) e Decadry (francesa).

Nota: Destacar a importância do conhecimento dos sistemas de composição tipográfica pelo planejador gráfico, possibilitando um melhor aproveitamento dos equipamentos a um custo compatível com o que se deseja imprimir.

Neste tópico é necessário a manipulação de exemplos de composições realizadas nos diversos sistemas citados e as utilizações mais freqüentes. É importante que sejam realizadas visitas a fornecedores, visando um melhor entendimento dos diversos sistemas e de suas aplicações.

### **1.3 Reprodução Gráfica**

O produtor gráfico deve ter um conhecimento aprofundado dos processos de reprodução gráfica utilizados atualmente, pa-

ra poder estabelecer qual o mais indicado na realização do projeto gráfico proposto.

Esse conhecimento proporciona o necessário subsídio quanto às vantagens e limitações específicas de cada processo, permitindo uma avaliação segura do melhor sistema a ser utilizado sem prejuízo da qualidade e com melhor adequação em termos de economia.

Quanto às características de impressão, ela pode ser direta ou indireta. É direta quando o clichê ou os tipos imprimem diretamente no papel, e indireta quando a forma imprime sobre outra superfície e desta no papel.

Atualmente a maior parte dos trabalhos de impressão são feitos através de três processos: Tipografia, Offset e Rotogravura.

Há ainda um outro processo, a Serigrafia (Silk, Screen), que imprime através da trama de um tecido de nylon, inclusive sobre superfícies irregulares.

### **1.3.1 Histórico**

Na idade média geralmente eram os monges copistas, reclusos nos mosteiros e abadias, os encarregados da reprodução manual de textos.

Estes trabalhos revestiam-se de uma sofisticação artesanal admirável.

O cuidado com as ilustrações e a caligrafia rebuscada atraía a atenção da nobreza da época.

Com o final do feudalismo há um processo de urbanização crescente na Europa, e isso vai reorganizar a sociedade, a

partir inclusive de questões religiosas como a cisão da igreja católica.

Estes acontecimentos geraram uma demanda maior por textos, que então começam a ser reproduzidos por leigos. Este facto vem deprimir vertiginosamente a qualidade dos manuscritos, visto a produção estar pressionada pela aceleração do consumo.

A produção de livros em grande quantidade é uma necessidade e um desafio, visando atender a um mercado cada vez maior. A questão comercial impulsiona a busca de novos métodos para a reprodução dos originais, já que a atividade se torna bastante lucrativa.

Na busca de alternativas chegou-se à xilogravura, sistema utilizado pelos chineses desde antes da era cristã, que consistia em esculpir-se o texto em alto relevo sobre pranchas de madeira para posterior impressão ao entintar-se a superfície gravada e, na seqüência, pressioná-la sobre as folhas de papel.

Foram produzidas muitas obras neste sistema, geralmente livros com poucas folhas e impressas numa só face.

No final do século XIV, já se buscava sucedâneos para o processo em xilogravura. A idéia dos tipos móveis começa a vingar na Europa, visando o reaproveitamento dos tipos e não mais a confecção de blocos de texto. Este processo já era usado pelos chineses desde o século XI, atribuindo-se a Pi-cheng a utilização de tipos móveis moldados em porcelana no ano de 1041.

Na Holanda, em 1430, é impresso o primeiro livro com o uso de tipos móveis de madeira, pelo gravador Lourenço Roster.

Porém os caracteres de madeira não resistiam a muitas tiragens, deformando-se rapidamente sob pressão.

Na busca de um material mais resistente encontrava-se Johann Guttenberg, e ele vai mudar os rumos da humanidade com seu invento.

Os tipos móveis metálicos surgem em meio a uma tumultuada associação com dois outros impressores Fust e Schoffer. Os três trabalham durante um certo tempo para cunhagem dos tipos em metal e para a melhoria do processo de impressão. Guttenberg propõe soluções que acabarão por criar o sistema conhecido hoje como Tipografia.

No entanto, a sociedade é desfeita por questões financeiras e após uma disputa judicial, Guttenberg é condenado a reembolsar Fust, dividindo com ele seu material de impressão.

Fust e Schoeffer fundam outra casa, concorrendo com Guttenberg, e por possuírem maiores recursos, conseguem produzir mais rapidamente e cada vez melhor.

Guttenberg falece em 1468, 14 anos após realizar a primeira impressão com tipos móveis metálicos, sem saber a dimensão que seu invento teria na história da civilização ocidental.

### **1.3.2 Impressão Tipográfica**

Este processo é também conhecido como "impressão em relevo", porque as partes que imprimem estão em alto relevo.

É o método mais antigo de impressão. Nele os tipos ou figuras em relevo são entintados e posteriormente impressos diretamente sobre a lâmina de papel.

## **Características da Impressão Tipográfica**

- As chapas tipográficas podem ser gravadas por processo fotoquímico, e aí são designadas **Clichês**.
- Os clichês são utilizados quando é necessária a reprodução de ilustrações ou fotos.
- O processo tipográfico é o mais econômico quando se pretende reproduzir apenas tipos.
- Os detalhes das ilustrações apresentam uma maior nitidez quando comparados com as tiragens em rotogravura.
- O processo tipográfico oferece uniformidade na qualidade do impresso, desde o início até o final da impressão.
- As chapas de impressão (Clichês) são mais caras que as de offset e bem mais baratas que as de rotogravura.
- A impressão pode ser feita a partir de composição manual ou mecânica.
- O processo permite a impressão sobre qualquer qualidade e espessura de papel.
- Os meios-tons exigem papel de maior calandragem ou os papéis gessados (couchê).
- Os custos para alteração de partes do trabalho são menores do que em outros processos, pois os tipos de metal ou clichês podem ser reorganizados.
- A impressão tipográfica é atualmente usada para pequenas tiragens pelo seu custo mais baixo em relação a outros processos.
- O processo é indicado para impressos que exigem numeração (notas fiscais, bilhetes, documentos).
- As provas neste sistema são mais fáceis de serem ti-

radas e o custo é menor.

- Para altas tiragens ou trabalhos complexos podem ser utilizadas chapas tipográficas, normalmente bastante caras, mas que têm seu custo diluído pelo número de cópias.

- O sistema exige maior tempo para acerto da máquina que vai imprimir e isso se deve aos diferentes suportes do material para impressão (paquês com tipos metálicos, clichês, etc.)

### 1.3.3 Impressoras Tipográficas

São usadas três tipos de prensas:

1. Platina
2. Plano-cilíndrica
3. Rotativa

As Platinas são máquinas nas quais duas superfícies planas se juntam para a impressão.

Em uma superfície está a chapa impressora e na outra a platina que proporciona a pressão necessária para realizar a impressão sobre o papel.

Nota 1: Usar material ilustrativo destacando as características da máquina. Há dois tipos de máquinas de Platina: As de cofre plano (inventada por Guttenberg) e a vertical (chamada Minerva) ainda bastante usada em tipografias comerciais para trabalhos de pequena tiragem.

Nota 2: Devem ser mostrados esquemas de funcionamento das máquinas citadas e materiais impressos por elas.

As Plano-Cilíndricas são máquinas que possuem um cofre plano que sustenta a chapa impressora ou a composição de tipos, e um cilindro que pressiona o papel, realizando a impressão.

As Plano-Cilíndricas são mais rápidas que as Platinas e são utilizadas para impressão de livros, catálogos, etc.

Nota: Utilizar material ilustrativo com esquema de funcionamento da máquina e mostrar exemplos de impressos realizados nela.

As Rotativas Tipográficas utilizam-se de chapas de impressão curvas ou cilíndricas, o que permite alta velocidade na tiragem.

Esse tipo de máquina pode imprimir a partir de folhas individuais ou por um rolo contínuo (alimentação por bobinas).

Algumas máquinas Rotativas Tipográficas podem imprimir frente e verso ao mesmo tempo, são utilizadas em grandes tiragens, principalmente em jornais.

Nota: Utilizar material ilustrativa com esquema de funcionamento das máquinas rotativas tipográficas, destacando suas características.

Ao final deste tópico deve ser realizada uma visita às tipografias que possuam as máquinas descritas, visando uma melhor apreensão dos processos.

#### **1.3.4 Impressão em Rotogravura**

A impressão em rotogravura preve a gravação de imagem em um cilindro de cobre para impressão rotativa.

É o segundo processo em antiguidade de uso (século XV), nele a imagem a ser impressa deve ser cortada ou gravada na superfície da chapa, que posteriormente será entintada, restando a tinta apenas nas cavidades gravadas. Essa tinta é então depositada sobre a lâmina de papel, finalizando o processo de



impressão.

### 1.3.5 Características de Impressão em Rotogravura

- É um processo indicado para altas tiragens, onde as ilustrações abrangem mais de um terço da superfície.

- Proporciona alta qualidade e uniformidade em toda a tiragem, tanto em preto e branco, quanto em cores.

- Os cilindros impressores utilizados nesse processo podem resistir até um milhão de impressões, muito mais do que se consegue em tipografia e offset.

- As chapas ou cilindros apesar de durarem mais, têm um custo mais alto do que os tipográficos ou offset.

- A duplicação das chapas ou cilindros é bastante dispendiosa.

- Em Rotogravura os detalhes finos se perdem, mas os meios-tons são reproduzidos com maior detalhamento, pois a trama de ilustrações gravadas não é tão aparente como em outros processos

- O processo prevê que toda área a ser impressa deve ser reticulada, inclusive o texto, desta forma, os tipos mais finos ou seriados ficam alterados, deixando transparecer a trama de retícula empregada em Rotogravura.

- As chapas ou cilindros empregados em Rotogravura não permitem correções, sendo necessário substituição em caso de alterações.

- As provas são bem mais caras do que as de tipografia ou offset e normalmente são tiradas no sistema Cromalin (Dupont).

- Em Rotogravura o efeito simulado do tom contínuo (fo-

to) é melhor do que em qualquer outro sistema.

- Pode-se imprimir sobre diversos tipos de papel; no entanto consegue-se uma qualidade mais alta com papéis lisos e mais macios, pelo emprego de tintas mais líquidas no processo.

- As máquinas impressoras de Rotogravura realizam as tiragens em alta velocidade e algumas podem reproduzir em quatro ou cinco cores, em ambas as faces da lâmina de papel ao mesmo tempo.

Nota: Utilizar material ilustrativo mostrando o funcionamento as máquinas de Rotogravura, destacando suas características, vantagens e desvantagens. Usar exemplos de impressos realizados nesse sistema.

### **1.3.6 Impressão em Offset**

Este processo é derivado da litografia (1799 - Alys Senefelder) e foi descoberto pelo impressor norte-americano Rubel no início do século XX.

O termo OFFSET tem origem no método de transferência da imagem da chapa para o papel, que passa antes por um transporte de borracha e este, na seqüência, transfere a imagem retirada para a lâmina de papel. Daí a palavra OFFSET ser traduzida para o português como REPINTE ou TRANSPORTE.

### **1.3.7 Características de Impressão em Offset**

- As máquinas de Offset esquematicamente se dividem em: rolos entintadores, rolos molhadores, cilindro porta chapa, cilindro porta borracha (blanqueta) e cilindro de pressão.

- Os rolos entintadores depositam tinta sobre o cilindro porta chapa - que guarda a imagem a ser reproduzida. Os rolos molhadores retiram com água o excesso de tinta, deixando-a apenas nas partes que imprimem. Na seqüência o cilindro de borracha (blanqueta) recebe a imagem do rolo porta-chapa e imprime na lâmina de papel.

- O princípio básico da impressão offset e a repulsão tinta-água.

- Neste sistema é possível imprimir-se trabalhos de vários formatos, em branco e preto ou em cores, a custos relativamente baixos.

- Os impressores encontram dificuldades para conservar uma densidade uniforme de tinta ao longo da tiragem e isso pode significar, caso não sejam tomados os cuidados necessários, uma variação na qualidade de impressão.

- O sistema Offset imprime sobre qualquer classe de papel, absorvente ou não. No entanto, obtém melhores resultados sobre papéis lisos ou gessados.

- Em offset podem ser realizados projetos gráficos bastante sofisticados, pois o sistema pode imprimir facilmente meio-tons, pontilhados, vinhetas delicadas e filetes.

- O preparo de chapas para impressão é rápido em comparação com os outros sistemas. No entanto, para correções é necessário a gravação de uma nova chapa.

- Existem máquinas offset em grande variedade de formatos, desde um pequeno duplicador até enormes rotativas que podem imprimir jornais ou revistas em quatro cores ou mais, a partir de folhas ou bobinas de papel.

- A gravação das chapas Offset são feitas a partir de

filmes chamados **fotolitos**, que podem ser positivos ou negativos, dependendo do tipo de trabalho a ser realizado.

- As chapas utilizadas nesse sistema podem ser de alumínio, aço inoxidável ou de papel especialmente processado.

- O processo de gravação da imagem é fotográfico, utilizando emulsões sensíveis à luz, que após serem submetidas à exposição, sofrem uma revelação química, retendo a imagem que se quer reproduzir.

Nota: Utilizar material ilustrativo para destacar as características da impressão em Offset e mostrar impressos realizados no sistema.

É importante que ao final desse tópico seja realizada uma visita a gráficas que possuam o sistema Offset completo, onde os alunos poderão observar todas as fases do processo, desde a preparação dos fotolitos, passando pela gravação das chapas, e finalmente pela montagem, acerto das máquinas e a impressão propriamente dita.

### **1.3.8 Outros processos de impressão**

Existem outros processos de impressão além dos já abordados, e é necessário que o produtor gráfico os conheça. Desta maneira, para efeito de informação, foram selecionados alguns mais utilizados.

#### **1.3.8.1 Serigrafia**

É uma técnica milenar, segundo alguns historiadores, utilizada pelos chineses e egípcios desde a antiguidade.

O termo significa em latim - SERICUM - seda e GRAPHEIN - escrever, ou seja, imprimir por meio de uma tela de seda.

Nota: Mostrar alguns trabalhos artísticos realizados no processo serigráfico.

Atualmente não são mais utilizadas telas de seda e sim telas de nylon ou de malha metálica fina, no entanto permaneceu o nome serigrafia ou o termo em inglês *SILK-SCREEN*.

### **1.3.8.2 Características de impressão em serigrafia**

O princípio de impressão é simples, constituindo-se num caixilho ou bastidor onde a tela é esticada e serve de estêncil. Sobre a tela é feita a impermeabilização dos contornos do desenho, através de uma emulsão sensível à luz (colódio), deixando as partes que se deseja imprimir abertas, ou seja, com a trama desobstruída.

Na seqüência, já no processo de impressão, espalha-se a tinta pastosa sobre a tela com o auxílio de uma espátula ou rodo de borracha. As partes não impermeabilizadas da tela deixarão passar a tinta, depositando-a no suporte sobre o qual se imprime.

- O processo Serigráfico permite a impressão em superfícies lisas ou ásperas como: metal, vidro, madeira, cerâmica, plástico, tecido e papel.

- Nele é possível imprimir-se tintas claras sobre superfícies escuras, devido ao uso de tintas opacas.

- Outra característica que diferencia o processo de impressão serigráfica dos outros, é a possibilidade de se imprimir sobre superfícies curvas e irregulares.

- Os caixilhos ou bastidores que suportam as telas são

confeccionados em madeira ou metal, esses últimos são mais confiáveis pois retesam as telas uniformemente, permitindo um melhor padrão de impressão.

- A serigrafia é ainda hoje um processo artesanal, apesar de existirem máquinas industriais, normalmente empregadas na área têxtil para a estampagem de tecidos.

- O sistema é bastante usado pelo custo mais baixo na confecção das matrizes para impressão.

- As matrizes podem ser preparadas através dos seguintes processos.

#### Recorte manual:

Onde, com o auxílio de um estilete, recorta-se o desenho que se quer reproduzir, diretamente sobre o original.

#### Sistema fotográfico direto:

Onde uma emulsão sensível à luz é aplicada sobre a tela. O desenho a reproduzir, feito sobre uma superfície translúcida (papel vegetal, acetato, etc.), é colocado sobre a tela emulsionada e exposto à luz intensa. Na seqüência a tela é lavada com água sob pressão, retirando a emulsão não endurecida pela presença da luz, deixando abertas as malhas por onde passará a tinta.

#### Sistema fotográfico indireto:

Onde é utilizada uma película sensibilizada que, exposta à luz, adere na tela. Neste sistema são usadas dois tipos de película: uma sensibilizada pelo operador e outra pré-sensibilizada pelo fabricante.

Nota: Devem ser utilizados materiais ilustrativos que demonstrem todo o processo de impressão serigráfica, as diversas matrizes utilizadas, materiais impressos em silk screen ,

os ajustes necessários para reprodução colorida, etc.

É interessante que os alunos visitem uma oficina serigráfica, verificando o processo sendo realizado na prática.

### **1.3.8.3 Flexografia**

A Flexografia é um processo direto de impressão, onde a matriz é uma chapa em relevo de borracha ou plástico macio, gravada a partir de uma forma tipográfica.

### **1.3.8.4 Características de impressão de Flexografia**

A Flexografia utiliza tinta bastante fluída e de secagem rápida, normalmente de anilina dissolvida em álcool.

- O processo de impressão é similar ao das rotativas tipográficas, nele a chapa de borracha é montada sobre um cilindro de impressão e este, após entintamento, imprime diretamente sobre o papel.

- As máquinas de Flexografia são rotativas, ou seja, a alimentação de papel é feita através de bobinas.

- As correções podem ser realizadas diretamente na chapa de impressão, bastando para isso que se corte a parte a ser corrigida, substituindo-a por outra que é fixa por colagem na borracha.

- Este processo permite a impressão em policromia sobre bobinas de até 2,5 metros de largura, que podem ser de papel, celofane, plástico (filme PVC ou polietileno) e folhas metalizadas.

- As limitações deste processo estão na fluidez de suas

tintas, que tendem a espalhar-se não permitindo artes com traços muito finos e retículas de linhagem alta e ainda corpos de letras muito pequenos.

Nota: Neste tópico devem ser usados exemplos de impressos realizados pelo processo de Flexografia, que ilustrem suas características, vantagens e desvantagens.

A Flexografia é muito usada para impressão de sacos de papel, papéis de embrulho, embalagens transparentes, papéis de parede, rótulos e etiquetas.

#### 1.3.8.5 Letterset

Este processo é também chamado de **offset seco** ou **tipografia indireta**.

Nele a imagem a ser impressa é feita em alto-relevo, e após entintagem é transferida para um rolo de borracha, que por sua vez imprime na lâmina de papel.

#### 1.3.8.6 Características de impressão em Letterset

- A máquina usada é a mesma offset, sem os rolos molhadores.
- A tinta utilizada é pura, não se usando água, como no offset convencional.
- A principal vantagem do processo Letterset é a de transportar maior quantidade de tinta que o offset, o que permite uma tiragem totalmente uniforme.
- O Letterset imprime traços, chapados e retículas.
- Os chapados neste processo são mais intensos, devido



ao uso da tinta pura.

- O Letterset é largamente utilizado na indústria de embalagens e também na impressão de fundos de segurança, principalmente de cheques e títulos.

Nota: Usar material ilustrativo, destacando as características e a utilização desse processo de impressão.

## **1.4 Retícula**

O produtor gráfico precisa conhecer os diversos tipos de retícula, que proporcionam aos impressos o efeito das tonalidades intermediárias.

As retículas são na verdade pontos compactos de vários tamanhos, nos quais as imagens são decompostas para que, ao serem impressas, apresentem os diversos calores de intensidade de luz presentes no original.

Desta forma o observador tem a ilusão de tom contínuo do conjunto, quando na realidade este é fruto de um conjunto de pontos de diferentes tamanhos.

### **1.4.1 Usos da Retícula**

- Originais de tom contínuo (fotografias, pinturas, desenhos a lápis ou a carvão) são aqueles que apresentam toda a gama de tons entre o preto absoluto e o branco absoluto. Para reprodução gráfica é preciso convertê-los, através do uso da retícula, em pontos que irão simular os diversos valores de luz.

- A retícula de contato de meio-tom é composta por uma

trama de pontos sobre uma base de filme (acetato), e tem esse nome por que é colocada em contato direto com o original quando este é fotografado.

- A retícula de vidro ou cristal é composta de duas lâminas de vidro de cristal de lapidação plana perfeita, sobre as quais são gravadas linhas paralelas finíssimas, tingidas posteriormente com nanquim. As duas lâminas são coladas uma contra a outra de forma que as linhas se posicionem em ângulo reto, formando uma trama de quadrículas.

- A retícula de vidro não entra em contato com o original, sendo colocada a pequena distância dele.

- Os efeitos diversos, do claro ao escuro, são determinados pela concentração variável do pontilhado reticular. Onde há muita luz os pontos são esparsos, nas sombras há uma maior concentração de pontos.

- As retículas de vidro são indicadas para reprodução a cores, pois permitem a movimentação em diversas inclinações, registrando cada cor a ser reproduzida. Desta forma os pontos codificados para cada cor não são justapostos quando impressos.

- Para reprodução a quatro cores são utilizadas as seguintes inclinações de retícula: 0° para o amarelo, 15° para o vermelho (magenta), 45° para o preto e 75° graus para o azul (cian).

- O uso inadequado das retículas dá origem a um fenômeno conhecido como "Moirée", que acontece ao serem superpostas duas retículas de inclinações diferentes ou quando um original já reticulado é novamente processado. Este efeito é negativo pois acaba interferindo na qualidade da reprodução, fazendo aparecer elementos geométricos que prejudicam a aparência final do

impresso.

- Existem várias retículas de efeitos especiais: Linear, de linhas cruzadas, linhas onduladas, círculos concêntricos, lino, trama, jato de areia, pontos redondos, pontos quadrados, pontos elípticos, etc.

- A grau de retícula é determinado pelo número de linhas paralelas numa polegada ou em um centímetro.

- Quanto mais liso o papel, tanto mais fina pode ser a retícula e menos ela será aparente.

- Quando mais áspero for o papel e menos uniforme a sua superfície, tanto mais grossa deve ser a retícula utilizada.

- Retículas de 18 até 54 linhas podem ser utilizadas em jornais.

- Retículas de 60 linhas, são consideradas finas e utilizadas normalmente em livros, revistas e catálogos.

- Retículas de 70 linhas ou mais proporcionam uma maior riqueza de detalhes, normalmente são utilizadas em trabalhos gráficos sofisticados, como livros de arte.

- As retículas utilizadas no processo de rotogravura apresentam um traçado transparente e a rede de quadrículas em preto, inversamente ao processo de fotolitografia.

- Existem três espécies de originais: de traço, meio-tom e tom contínuo.

- Os originais a traço são aqueles em que o desenho se apresenta contrastado entre o preto e o branco, normalmente são feitos com tinta nanquim traçada ou aplicada com pincel sobre papel branco.

- Os originais de tom contínuo são reproduções fotográficas, onde aparecem todas as tonalidades entre o preto e o bran-

co.

- Os originais de meio-tom são aqueles onde aparecem todas as variações entre o preto e o branco. São os desenhos sombreados, aquarelas, aerografias, pastéis, etc.

- Todos os originais devem ser tratados com cuidado, sejam eles fotografias, cromos, reproduções ou desenhos, pois qualquer lesão causada será registrada e posteriormente reproduzida na tiragem.

- Para marcação dos originais, atendendo à necessidade de se indicar os tamanhos e a localização dos mesmos na arte-final, devem ser tomadas precauções que evitem possível danos:

- Escrever no verso com lápis macio (dermatográfico) sem pressionar excessivamente.

- Evitar traçar linhas sobre a imagem.

- Não dobrar ou enrolar os originais.

- Não cortar e sim demarcar a área desejada com máscaras de recorte.

- Não utilizar cliques para segurar fotografias ou outros originais.

- Existe um outro tipo de retícula, chamada de **retícula plana, ponto duro** ou **ponto recortado** (também denominadas de bendays, em homenagem ao seu criador Benjamin Day, que a desenvolveu no final do século passado). São produzidas em filme (acetato) de 5 a 95 linhas e utilizadas na feitura de fundos uniformes, na simulação de tonalidades de desenhos, etc.

Nota: Durante a explanação desse tópico devem ser utilizados materiais ilustrativos que mostrem os diversos tipos de retícula, suas utilizações e os resultados obtidos nos impressos.

Encerrado o tópico, os alunos deverão visitar fornecido-

res desse tipo de material, observando na prática os procedimentos e os equipamentos utilizados na confecção dos originais reticulados.

### 1.5 Cor aplicada e policromia

A cor aplicada é também conhecida como **cor especial** e é usada para a reprodução colorida de qualquer original ( tom contínuo, meio-tom, etc.)

- Para cada cor aplicada há necessidade de uma chapa de impressão, portanto quanto mais cores tiver o trabalho, mais caro ele será.

- Pode-se obter uma grande variedade de efeitos utilizando-se apenas uma cor, bastando utilizar os recursos das retículas de diferentes linhagens e dos chapados.

- Para reprodução de originais coloridos em cores naturais são necessários teoricamente três cores básicas: O amarelo, o magenta (vermelho) e o azul (cian). Da mistura harmônica destas três cores resultam todas as tonalidades imagináveis. No entanto, na reprodução gráfica em policromia é utilizada uma quarta cor, o preto, que imprime as tonalidades cinzentas neutras, acentua as sombras, intensifica os contrastes e as áreas negras nas quais a sobreposição das três cores primárias não é suficiente.

- O efeito colorido (policromia) em produção gráfica está calcado em uma ilusão de ótica, onde a presença das retículas impressas a quatro cores, obedecendo às inclinações angulares convencionadas para cor, oferecem à vista humana a sensação visual da imagem colorida.

### 1.5.1 Seleção de Cores

- Para reprodução de originais de tom contínuo a cores é preciso separar as quatro cores de seleção: amarelo, azul (cian), magenta e preto.

- A separação das cores se dá de duas maneiras: Fotográfica ou eletronicamente.

- A seleção fotográfica pode ser realizada por câmara fotográfica de seleção, ampliador ou por prensa de contato.

- Para realizar a separação de cores é necessário fotografar o original quatro vezes, com filtros especiais.

- Os filtros são folhas de gelatina colorida ou lâminas de vidro colorido que são colocadas dentro da objetiva.

- Somente as cores do original que sejam iguais a do filtro conseguem atravessá-lo.

- A seleção do **cian** (azul) é obtida com o filtro **vermelho**.

- A seleção do **magenta** (vermelho) é obtida com o filtro **verde**.

- A seleção do **amarelo** é obtida com o filtro **violeta**.

- A seleção do **preto** é obtida com o filtro **amarelo**.

- A seleção eletrônica é realizada por aparelhos chamados *SCANNERS* que selecionam as cores no original e produzem negativos ou positivos das quatro cores, através do uso de raio laser.

- As seleções realizadas em *SCANNER* têm maior brilho e nitidez, sendo superiores em qualidade às obtidas no processo fotográfico.

- As seleções de cores em *SCANNER* podem ser feitas em

originais de formato até 110 x 130 cm, nas máquinas maiores, o que permite realizar todo o tipo de trabalho.

- No entanto, estas máquinas têm uma limitação: só podem fazer separação de cores em originais flexíveis, que são fixados em torno do cilindro de reprodução.

- As artes montadas em bases rígidas não podem ser processadas neste equipamento.

## 1.6 Tintas de impressão

- As características das tintas empregadas estão relacionadas diretamente com os processos de impressão, o sistema de secagem e a superfície a ser impressa.

- Existem tintas líquidas e pastosas, que são compostas por **pigmento e veículo**.

- Os pigmentos são partículas sólidas que dão cor à tinta e podem ser de original mineral, vegetal ou animal.

- Os veículos são ingredientes líquidos nos quais os pigmentos são diluídos. Eles têm a função de conduzir os pigmentos e de aglutiná-los sobre a superfície impressa.

- Os veículos das tintas de melhor qualidade são preparados com óleo de linhaça.

- As tintas de menor qualidade recebem como veículos o óleo de terebentina, óleos resinosos e álcool.

- As tintas secam por oxidação, por absorção do papel, por evaporação e por polimerização.

- As tintas usadas no sistema ROTOGRAVURA são bastante fluídas e de secagem rápida, normalmente por evaporação, mas também por absorção e oxidação.

- As tintas utilizadas em TIPOGRAFIA são viscosas para se fixarem na superfície da chapa até a transferência definitiva para o papel. Estas tintas secam por absorção, evaporação, oxidação e polimerização.

- As tintas utilizadas no processo OFFSET são pastosas e suas cores são mais fortes para suprimirem a menor deposição ocorrida nesse tipo de impressão. Estas tintas secam por evaporação, por oxidação, polimerização ou penetração.

- As tintas de SERIGRAFIA são pastosas, próprias para transpassarem as malhas do nylon usadas no processo. O aglutinador da tinta varia de acordo com a superfície a ser impressa (papel, cartão, metal, cerâmica, vidro, etc.), visando uma melhor adesão.

- As tintas usadas em flexografia podem ser brilhantes ou opacas, bastante fluídas e de secagem rápida. A base normal destas tintas é o álcool, portanto, secam por evaporação.

- As principais características a serem avaliadas no uso das tintas são: a **finura**, obtida pela moagem adequada do pigmento, a **pureza**, o **brilho**, e a **intensidade da cor**, dadas pelo pigmento e pela qualidade do veículo (óleo, álcool, água, etc.) utilizado. Ainda, a secatividade, aderência e viscosidade são outros fatores relevantes quando da escolha da tinta de impressão.

- As cores utilizadas nos trabalhos gráficos impressos em policromia são: magenta, amarelo, cian e o preto (padrões estabelecidos pela escala DIN ou pela escala Europa, de uso internacional).

- Existem ainda diversos tipos de tintas especiais como: as fluorescentes, as magnéticas (que permitem acionar dis-



positivos eletrônicos), as metálicas, as tintas de segurança (empregadas na impressão de cédulas de dinheiro e na emissão de títulos) e outras.

- Para uso em artes gráficas foi desenvolvido um catálogo de cores, impressas em Offset sobre papel couchê. Este guia, chamado PANTONE, possui 510 cores numeradas, obtidas a partir de 8 cores básicas.

- O guia PANTONE é valioso para o programador visual, pois possibilita a escolha da cor com precisão, evitando o desperdício com mistura de tintas, pois as proporções já estão estabelecidas no próprio catálogo.

Nota: Mostrar exemplos de tintas utilizadas nos diversos sistemas de impressão, destacando suas características principais.

## 1.7 Sobre cor e luz

Há necessidade de que os futuros produtores gráficos possuam conhecimentos básicos sobre luz e cor, para que possam projetar ou realizar trabalhos impressos que explorem adequadamente os variados recursos que a conjugação de cores podem proporcionar.

- O ser humano é capaz de distinguir mais de 10.000 tonalidades de cor e cerca de 100 tons de cinza entre o preto e o branco.

- A matéria não tem cor, a sensação cromática é fisiológica e acontece a partir do estímulo à células especializada que se encontram no olho. Estas células transmitem a sensação ao cérebro e é este que codifica o efeito que denominamos cor.

- A luz é constituída de ondas eletromagnéticas distin-

tas. A composição simultânea dessas ondas de diferentes longitudes dá origem à luz branca.

- Desta forma a luz branca contém todo o espectro de cores, que são percebidas seletivamente pelo olho como cores distintas.

- No ano de 1666, Isaac Newton demonstrou que um raio de luz branca (solar), após atravessar um prisma, decompõem-se nas cores que são vistas pelo olho humano: o vermelho, o laranja, o amarelo, o verde, o cian, o indigo e o violeta.

- Pode-se recompor a luz branca misturando-se as luzes do espectro solar (descrever a experiência de Newton).

- Embora o espectro solar contenha todas as cores possíveis, ele pode ser dividido em três regiões de cores - vermelha, verde e azul -, ao serem combinadas produzem a luz branca. Essas cores são chamadas cores primárias aditivas.

- No entanto, ao serem superpostas duas a duas dão origem às chamadas cores primárias subtrativas. O vermelho e o verde dão origem ao **amarelo**. O vermelho e o azul dão origem ao **magenta**. O verde e o azul produzem o **cian**.

- A cor que enxergamos é parte da luz. Um objeto vermelho é vermelho porque absorve todas as cores do espectro, refletindo apenas a cor vermelha. Um corpo que absorva toda a luz branca será visto preto. Os objetos à noite, sem uma iluminação conveniente, nos parecerão pretos dada a impossibilidade de refletirem sua longitude de onda característica.

- A cor luz e a cor pigmento são diferentes. Na cor luz as primárias são o vermelho, o verde e o azul. Ao serem misturadas produzirão a luz branca.

- Nas cores pigmentos as primárias são o vermelho, o

amarelo e o azul. Essas cores ao serem misturadas produzirão o preto.

- São consideradas cores quentes aquelas associadas à idéia do sol e do fogo. E as frias aquelas associadas à água (verde, azul).

- São quentes as cores: amarelo, amarelo-alaranjado, vermelho-alaranjado, vermelho e o vermelho-violeta.

- São frias as cores: amarelo-esverdeado, o verde, o verde azulado e o azul-violeta.

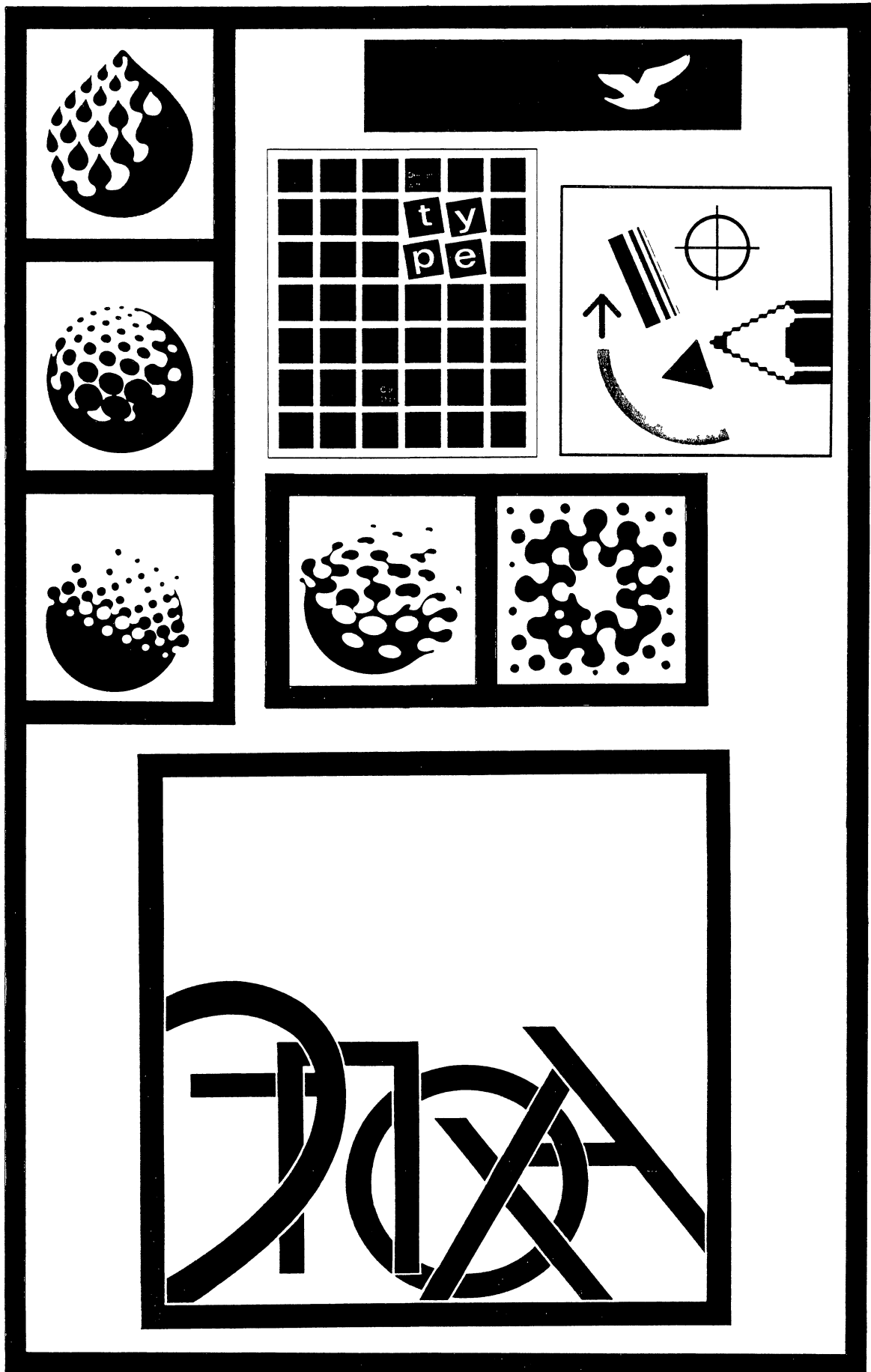
- O verde e o púrpura são consideradas por alguns autores como cores neutras, nem frias, nem quentes.

- A cor pode ser identificada por três constantes (cromática): A Tonalidade (azul, verde, vermelho, etc.), a Saturação (que varia em relação à quantidade de branco acrescentado ao tom) e a luminosidade (que varia em relação à quantidade de preto ou gris acrescentando ao tom).

- As cores mais visíveis à distância são a amarela e o cian. Os elementos depositos sobre fundo claro são mais legíveis do que os claros sobre fundos escuros.

- Na rosácea cromática as cores (pigmento) primárias são: o cian, o magenta e o amarelo. As cores secundárias são: O vermelho-alaranjado, verde e o violeta. As cores intermediárias são: O verde azulado, amarelo esverdeado, azul violeta, vermelho violeta, vermelho alaranjado, o verde e o violeta. As cores intermediárias são: o verde azulado, amarelo esverdeado, azul violeta, vermelho violeta, vermelho laranja, amarelo alaranjado.

- As combinações harmônicas se dão quando são usadas cores análogas (de um mesmo tom).



## ASPECTOS DA PRODUÇÃO GRÁFICA

A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO BIDIMENSIONAL O PONTO - A LINHA - AS MASSAS  
 A COMPOSIÇÃO E SEU CARÁTER EXPRESSIVO  
 SIMETRIA E ASSIMETRIA

- O contraste simultâneo é estabelecido pelo princípio de que nenhuma cor tem valor por si mesma, e pode ser acentuada, atenuada ou modificada pela influência das cores justapostas.

Nota: Durante esse tópico sobre Luz e Cor devem ser utilizados materiais ilustrativos que reforcem os conceitos expostos (Luz e Pigmento; Círculo ou Rosácea Cromática; Cores Primárias, Secundárias e intermediárias; Harmonia e Contraste).

## **2. GRUPO DE COMPONENTES ESTÉTICOS**

### **2.1 Ponto, Linha e Massas**

O ponto é considerado o elemento gerador do processo de estruturação de um espaço bidimensional.

A presença de um ponto em uma superfície vazia orientará o olhar sobre ele.

A profusão de pontos, alinhados ou não, distribuídos simétrica ou assimetricamente, causa efeitos visuais variados que podem ser utilizados no projeto gráfico.

A reprodução gráfica nos processos principais, como já visto anteriormente, prevê a decomposição dos elementos visuais em pequenos pontos (retículas) que em seu conjunto proporcionam a ilusão da imagem e da cor.

A reprodução contínua do ponto da origem à linha.

As linhas em suas diversas conformações (retas, curvas, quebradas) estruturam o plano e permitem infinitas composições, inclusive a simulação de elementos tridimensionais através do uso da perspectiva.

As linhas quando analisadas separadamente possuem ex-

pressão. A vertical força o olhar para a parte superior do traçado. A horizontal sugere uma base, um apoio. A curva é dinâmica, parece estar em movimento, é instável, alegre.

Quando fina, a linha passa a sensação de delicadeza.

Quando grossa, produz a sensação de energia, solidez.

Quando mais encorpada ainda, a linha é um elemento que causa impressão de determinação, de violência.

A massa é a reunião de pontos ou linhas, que pode ser mais ou menos densa a partir da maior ou menor concentração dos elementos formadores.

Os componentes gráficos são considerados pela sua forma e seu tom.

A forma é definida pelo contorno do elemento ou pela sua silhueta.

O tom é a intensidade ou a força do elemento gráfico.

As formas podem ser regulares (simétricas) ou irregulares (assimétricas).

Com o uso das linhas constroem-se as formas geométricas elementares.

A partir da circunferência, do quadrado e do triângulo podem ser construídas todas as formas mais complexas.

A organização das linhas na composição gráfica (letreros sucessivos) dará ao impresso uma identidade visual. Daí a importância do estudo das diferentes formas desses agrupamentos, visando sempre um resultado que seja esteticamente atraente e em última análise adequada ao que se pretende comunicar.

A orientação dos agrupamentos de caracteres e das ilustrações (no caso de uma obra gráfica escrita ocidental, será sempre disposta no sentido horizontal, da esquerda para a di-

reita), é normalmente estabelecida pelo conteúdo e pelo projeto gráfico (diagramação) estabelecido.

Espaço é, genericamente, uma extensão aberta, sem contornos, com capacidade ilimitada de conter corpos.

Graficamente ao limitar-se um espaço, cria-se um formato ou tamanho.

O diagramador terá que optar por um formato ao iniciar um projeto. Esta escolha estará ligada a diversos fatores: Economia, praticidade, estética e expressividade, etc.

As diferentes peças gráficas (cartão, cartaz, livro, etc) devem ser projetadas levando-se em consideração suas necessidades expressivas, sejam convencionais ou não.

Nota: Fazer uso de material ilustrativo que reforce o conceito de expressividade em peças gráficas.

Em artes gráficas, apesar de alguns trabalhos apresentarem-se em formatos especiais (triangulares, elípticos, quadrados, etc), o formato retangular é o que tem uso mais frequente.

É necessário destacar que a divisão da área da imagem adquire importância fundamental, principalmente a partir do Século XV, mais precisamente na Renascença italiana, onde vários mestres utilizaram sistemas geométricos para estabelecer divisões harmoniosas em suas obras, determinando proporções até hoje utilizadas.

A Secção Áurea, um **Ratio** utilizado pelos gregos e posteriormente pelos renascentistas, é hoje um canone de proporções largamente utilizado, por produzir um certo número de áreas integralmente relacionadas e portanto harmônicas.

O retângulo áureo é considerado a mais agradável e harmoniosa figura gráfica, numa proporção dos lados de 3 para 5

ou de 2 para 3.

Além da secção áurea existem outras maneiras de se chegar a formatos utilizáveis no planejamento gráfico.

Nota: Demonstrar através de material ilustrativo e exercícios a série de Fibonacci, a construção de retângulos áureos, dinâmicos e estáticos, e ainda relações de proporção diversas.

Dividindo-se um formato com a utilização de uma rede de malhas quadradas, estabelece-se a mais simples e elementar estruturação modulada. O espaço limitado é dividido em partes iguais (quadrículas), fornecendo possibilidades ilimitadas de ocupação a partir do apoio que oferece para distribuição das formas nas linhas de modulação.

A estruturação modulada possibilita o estabelecimento de relações precisas entre os elementos que deverão sofrer arranjo, permitindo maior segurança na ação do planejador gráfico.

Nota: Utilizar material ilustrativo que demonstre o valor da estruturação modulada como auxiliar na distribuição dos elementos gráficos.

## 2. 2 Composição

A Composição é o arranjo ordenado dos diversos elementos que tomam um espaço. É a parte de conjugar os elementos componentes de um projeto gráfico de maneira a propor uma mensagem, que no caso da publicidade tem um fim específico de comunicação.

A grosso modo, a Composição pode ser dividida em dois esquemas: O esquema formal e o esquema pictórico.

- O esquema formal estabelece a estrutura, orienta a



distribuição e o equilíbrio das massas a partir do traço.

Nota: Utilizar exemplos de formas geométricas simples para ilustrar a organização das forças e suas ênfases no plano bidimensional.

- Um recurso bastante utilizado para estabelecimento de um projeto gráfico harmônico - onde há equilíbrio entre a ilustração e texto - baseia-se na utilização de estruturas largamente testadas a partir do Renascimento italiano. Estas estruturas servem-se de elementos construtivos geométricos, tais como o retângulo dinâmico, o retângulo áureo e seção áurea. Desta forma, o projetista gráfico tem melhores condições para definir as divisões dos espaços que caberão aos textos e às ilustrações.

Nota: Devem ser propostos exercícios que possibilitem aos alunos um treinamento inicial na utilização dos recursos que estas estruturas geométricas oferecem. Um reforço do aprendizado deve prever não somente experimentos com os traçados que orientam as estruturas, mas também como proposta (esboços) de projetos gráficos estabelecidos a partir dessas divisões orientados pelas malhas geométricas traçadas.

- É preciso ter em mente que o principal meio de expressão do pensamento, em termos visuais, é o desenho. E que esta síntese gráfica é fruto das interações existentes entre níveis espaciais das formas, imaginadas ou vistas, e a maneira como elas podem ser representadas.

- A idéia de simetria na composição está ligada à idéia do equilíbrio físico, da coerência formal e da harmonia. Isto porque muitas coisas que nos circundam, e em nós mesmos, vamos encontrar um alto grau de simetria. A natureza apresenta

comumente a simetria bilateral, estabelecida por um plano que corta matematicamente a estrutura em duas metades correspondentes (no corpo humano a coluna vertebral orienta bilateralmente a maioria dos órgãos e membros).

- O uso de elementos simétricos proporciona um sentido de disciplina, uma relação formal mais regular e de maior rigor construtivo.

- O uso da composição formal ou simétrica, onde os elementos, a partir de uma linha divisória, se apresentam análogos em ambos os lados, proporciona uma imagem de ordem e dependência centralizadora e um efeito visual estático.

- A composição informal ou assimétrica proporciona soluções gráficas dinâmicas e variadas e por essa razão é mais empregada na publicidade.

- Os fatores que determinam uma boa composição são: unidade, harmonia, simplicidade, atmosfera, proporção equilíbrio, movimento, destaque, contraste e ritmo.

A unidade na composição se apresenta pela não discordância dos elementos e a subordinação desses a um motivo ou tema principal.

A harmonia, estabelecida pela linha, pela forma, tamanho, idéia e cor, se manifesta pelo não rompimento da unidade.

- A simplicidade é observada quando se busca a redução do número de elementos visuais da composição ao mínimo necessário para apreensão do conteúdo proposto.

- A atmosfera resulta da relação harmônica dos elementos componentes com o espaço suporte.

- A proporção se dá quando os elementos da composição se

combinam com um sentido de ordem e unidade, de maneira que cada um seja parte integrante do todo.

Nota: Devem ser aprofundados alguns princípios de proporção, através de exercícios que demonstrem visualmente as relações entre as formas na composição.

- O equilíbrio é conseguido com a anulação de forças opostas, e pode ser simétrico ou assimétrico. Ele ordena as unidades da composição e pode servir para destacar o elemento dominante.

- Para se obter o equilíbrio simétrico, as massas devem estar distribuídas a partir de um eixo localizado no centro da composição. Este tipo de composição carece de dinamismo porque os objetos têm a mesma configuração e estão distribuídos igualmente em ambos os lados de uma linha imaginária.

Nota: Mostrar exemplos de composições simétricas, destacando suas formas de organização e sensações visuais provocadas.

- Para se obter o equilíbrio assimétrico na composição, são utilizados princípios de equivalência não formal, com a organização de elementos diferentes entre si. Este tipo de arranjo é dinâmico, ativo, por isso é bastante utilizado em peças publicitárias, permitindo soluções mais movimentadas e atraentes.

- O peso e o movimento fundamentam o equilíbrio, mas este varia na expressão, a partir do uso do princípio da **Balança Romana** (ou Balança de Fulcro), que determina que um peso pequeno (elemento menor) colocado mais afastado do centro da composição pode equilibrar-se com um peso maior, mais afastado deste mesmo centro.

Nota: Mostrar exemplos de composições assimétricas, destacar

do as formas de organização do arranjo, a partir do uso de elementos desiguais.

- O movimento na composição orienta o olhar a partir do ponto focal para as demais partes da mesma. Normalmente são utilizadas figuras geométricas para orientarem o arranjo visual.

- O uso da diagonal dirige a atenção de um lado para o outro, oposto.

- A geometria do triângulo, quando dominante, organiza a composição simetricamente, proporcionando a unidade estabilidade e equilíbrio.

Nota: Mostrar exemplos dos diversos tipos de movimentos compositivos empregados na ordenação da "leitura" dos anúncios.

- O destaque na composição é necessário para realçar o elemento principal, determinando o maior valor que este deverá ter dentro do conjunto.

- O destaque pode ser obtido pelo peso, tamanho ou proporção de um elemento em relação aos outros, e ainda pelo espaço entre eles ou pelas cores empregadas.

- O contraste dá força expressiva dentro da composição e deve ser dosado para não ofender a harmonia do conjunto.

- O ritmo resulta da combinação de linhas, massas, valores e cores.

E são definidos como retos, curvos ou mistos e ainda, como paralelos, oblíquos ou radiais. E ainda podem ser dados pelo tom, cor e letra. Os mais simples são designados pela ordenação em blocos das linhas e espaços dos textos compostos em tipos de diferentes desenhos ou de tamanhos diversos.

- No uso publicitário o ritmo também é determinado por

fatores psicológicos ocasionados pela descrição emotiva, através do texto, dos elementos da composição e ainda, pela apresentação ou repetição variada das imagens.

- Na Composição o ritmo organiza os elementos, induzindo a atenção do observador para o ponto de interesse do arranjo gráfico.

Nota: Apresentar exemplos de composição onde aparecem soluções diversas quanto à concepção de ritmo. Realizar exercícios onde os alunos possam experienciar as diversas formas de estabelecimento do ritmo em uma Composição.

Ao final deste tópico devem ser realizados exercícios que possibilitem experimentos com os diversos fatores que orientam a elaboração de um bom arranjo gráfico.

### **3. GRUPO DO PROJETO GRÁFICO**

#### **3.1 Arte-final**

A arte-final é o suporte que contém todos os elementos do projeto gráfico que serão fotografados para posterior reprodução.

- O cuidado na elaboração da arte-final refletirá no trabalho impresso. Portanto é necessário que os elementos componentes (textos, traços, ilustrações, fotografias, etc.) estejam corretamente dispostos, de acordo com o projeto proposto, para que a qualidade da chapa de impressão não seja afetada.

- A arte-final é normalmente realizada sobre papel ou cartão branco (opaline, duplex, triplex, etc.), ou ainda, em

pranchas milimetradas com tons claros de verde ou azul que não são registrados pela máquina fotográfica, quando do serviço de fotoltagem (a grade milimétrica facilita o trabalho de alinhamento dos textos e ilustrações).

Os instrumentos utilizados no preparo da arte-final são:

- O lápis ou lapiseira munidos de grafite macio (HB) , que proporciona traços visíveis, sem ofender o papel.

- A tinta mais utilizada é o nanquim líquido de boa qualidade, para não formar resíduos após a secagem. Pode-se ainda utilizar-se a aguada de nanquim, a têmpera (gouache) e a aquarela, dependendo do tipo de arte que se está preparando.

- As canetas técnicas de nanquim (Rotring, Castell, Staedler, etc.) são hoje os equipamentos mais empregados nos traçados feitos na arte-final. Recomenda-se o uso de um jogo de canetas com vários diâmetros de pena (de 0,2 a 1,2 mm) que permitem realizar desde traços mais finos, até os mais largos.

- Os pincéis também são utilizados nos retoques ou preenchimento de áreas maiores definidas na arte. Os de maior qualidade são feitos de pelo animal, podendo apresentarem-se ponteagudos ou achatados.

- As réguas "T" ou paralelas permitem um traçado correto de linhas.

- O jogo de esquadros (30º/60º e 45º) são utilizados para traçado de linhas oblíquas, sempre apoiados sobre a régua paralela ou "T". Os esquadros normalmente são feitos em acrílico transparente, não possuindo nenhuma graduação em sua superfície.

- As réguas graduadas em milímetros são usadas na medi-

ção dos espaços a serem ocupados pelos elementos na arte. Indica-se o uso de régua acrílica, com graduação bem marcada e dimensão de 50 cm.

- Outros materiais utilizados na montagem da arte-final são as curvas francesas (para traçados de curvas irregulares), transferidores (para medição de ângulos), compassos, gabaritos (circulares, elípticos, ovais, etc.), fita adesiva ou crepe (para fixação do papel na superfície de trabalho), cola para papel sólida (em bastão), benzina (para remoção de resíduos ou para retirada de elementos colados na arte), tesoura e estilete.

Nota: Devem ser mostrados exemplos de arte-final de trabalhos gráficos simples e complexos e explicados os procedimentos para se chegar à soluções apresentadas. Ao final do tópico devem aplicados exercícios práticos que possibilitem ao aluno compreender como se processa a montagem de uma arte-final.

Observações sobre a confecção da arte-final:

- Após a fixação do papel ou suporte da arte na prancheta devem ser traçados (primeiramente à lápis e posteriormente à narquim) os limites da peça gráfica (linhas de corte ou refil, linhas de dobra e linhas de picote, que servirão de orientação quando da finalização do trabalho impresso).

- Na seqüência são traçadas as linhas auxiliares (lápis) para determinação da posição do texto e das ilustrações, que serão coladas sobre a arte.

- As composições de texto são coladas diretamente sobre a arte, e esse é também o procedimento para os originais a traço (desenhos).

- Os originais de meio-tom (fotografias), que demandam da aplicação de retículas para a sua reprodução, não podem ser

colados diretamente na arte-final. Sua posição e escala para ampliação ou redução deverão ser marcados com contornos a traço para posterior aplicação, quando da feitura dos fotolitos.

- Os elementos componentes da arte-final (fotos, ilustrações, desenhos, etc.) seguidamente são fornecidos fora das dimensões que ocuparão no arranjo, por isso é necessária a aplicação de escalas de ampliação ou redução nos originais e a posterior marcação dessas novas medidas na arte-final.

- O método prático para determinação das medidas, ampliadas ou reduzidas a partir do original que será reproduzido, é o da **linha diagonal**.

- O método da **linha diagonal** consiste em marcar um contorno (quadrado ou retangular) nos limites do original que se pretende ampliar ou reduzir. Na seqüência, traça-se a diagonal da figura obtida e estende-se ou reduz-se a linha de base da mesma figura até a nova medida (largura) desejada. Nesse ponto traça-se uma linha em ângulo reto para cima até a interceptação da diagonal, que determinará a nova altura da arte.

OBS: A explicação teórica do método deve ser acompanhada de material ilustrativo que demonstre visualmente os procedimentos para ampliação ou redução dos originais. Devem ser realizados exercícios práticos para uma melhor assimilação do método.

- Ao terminar a montagem da arte-final são verificados todos os elementos componentes, todas as numerações e também os traçados aparentes (a nanquim). As linhas auxiliares (a grafite) devem ser apagadas, usando-se para isso borracha macia (plástica) afim de não danificar o papel.

- Para proteção da arte-final aplica-se uma lâmina de papel translúcido (vegetal ou sulfurizê) que é fixada na parte



superior da prancha. Essa lâmina chamada "overlay", aplicada sobre a arte, permite que sejam escritas instruções mais detalhadas que orientarão a confecção do fotolito (cores, aplicação de retículas, numeração das fotos ou ilustrações, etc.).

- Outros cuidados devem ser tomados no manuseio da arte final e seus anexos (fotos, cromos, desenhos, etc):

- A arte e seus anexos não podem ser dobrados ou enrolados, sob pena que os danos causados por esta prática inviabilizem a reprodução gráfica perfeita.

- Nada deve ser escrito diretamente sobre as fotos ou ilustrações. As anotações (números para aplicação na arte, graus de retícula, escalas de redução ou ampliação, etc.) devem ser feitas no verso dos originais, e sempre com lápis macio (dermatográfico).

- O uso de cliques para segurar os anexos é desaconselhável porque pode ofender os originais. O melhor procedimento é se fazer uma pasta ou envelope de cartão para depósito das pranchas e outros elementos.

- As fotos e demais ilustrações não devem ser cortadas nos limites de sua aplicação, porque esta prática impede usos posteriores. A delimitação do espaço a ser reproduzido deve ser feita através do uso de tiras de papel que isolarão as partes que não interessam ou, com o uso de máscaras recortadas em cartão.

Nota: Devem ser demonstrados os procedimentos para preparação do "overlay" e das anotações usuais feitas para orientação do montador (fotolitógrafo). Da mesma forma o uso de máscaras ou tiras de papel para demarcação das áreas do original a ser ampliado ou reduzido para posterior aplicação.



**ASPECTOS DA PRODUÇÃO GRÁFICA**

A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO BIDIMENSIONAL O PONTO - A LINHA - AS MASSAS  
 A COMPOSIÇÃO E SEU CARÁTER EXPRESSIVO  
 SIMETRIA E ASSIMETRIA

### 3.2 Identidade visual

- A sociedade industrial trouxe a competição entre vários produtos em uma mesma faixa de consumo, isso obrigou as empresas a investirem em estratégias que coloquem seus artigos em maior evidência junto ao consumidor.

- O desenho da marca, a cor ou cores adotadas, a embalagem dos produtos, a papelaria, as frotas de veículos, os uniformes, as campanhas publicitárias ou institucionais, identificam a empresa junto ao seu público. Por isso a importância cada vez maior de um planejamento visual coerente, que promova a identificação imediata, demonstre a filosofia e alavanque o desempenho mercadológico.

- A imagem da empresa deve então estar afinada com o seu campo de atuação, com o seu comportamento no mercado e com a sua estrutura administrativa.

- O planejador gráfico precisa dispor de informações completas sobre a empresa para qual proporá uma identidade visual.

- A pesquisa é um instrumento importante nesse processo de compreensão e decodificação do perfil da empresa, a ser expressa na identidade visual.

- A proposta de imagem da empresa deverá ser uma síntese representativa das suas qualidades (seriedade, eficiência, modernidade, dinamismo, tecnologia, etc.) a serem destacadas.

- A identidade visual deve ser criada a partir de fundamentos da percepção e significação visual dos elementos gráficos. No entanto, a originalidade da criação deve ser respeitada resguardando-se a realidade, a história, a cultura e a abordagem mercadológica particular a cada empresa.

Nota: deverão ser mostrados exemplos de identidades visuais desenvolvidas para empresas e destacadas as idéias geradoras das soluções, e também a normatização de usos e aplicações (papeleria, anúncios, uniformes, frotas, fachadas, etc.).

### 3.2.1 A marca, o logotipo, a logomarca

Como já foi dito, a sociedade industrial, pelo enorme volume de informação que processa, trouxe a necessidade de que as idéias sejam expressas de maneira simples e objetivas.

- A forma mais rápida e melhor de percepção é a **imagem**.

- A identificação e as formas de utilização dos inúmeros produtos à disposição no mercado hoje são orientadas pela programação visual. Os símbolos gráficos, o desenho esquemático das funções, as cores, os alfabetos mais legíveis, afinal uma série de elementos são utilizados para condensar a comunicação, proporcionando maior conforto, segurança, economia de tempo e de recursos para os usuários.

- A identidade da empresa e de seu produto atestam a qualidade, a idoneidade do fabricante e são fundamentais no processo mercadológico para a conquista de novos consumidores.

- Hoje os sinais gráficos suportam de maneira sintética as informações. Essas representações gráficas (pictogramas) são reduções simbólicas de significados que ajudam a transcender barreiras lingüísticas e mesmo culturais, proporcionando dessa maneira uma comunicação mais rápida e portanto mais adequada ao homem moderno.

## A MARCA

Tecnicamente é um símbolo gráfico e a tradução de uma idéia através de um desenho estilizado, construído geometricamente.

A marca deve ser facilmente identificável e passível de reprodução por diversos meios, sem que isso altere suas características básicas de legibilidade, tanto na ampliação quanto na redução (tendo em vista que a mesma pode estar aplicada em um cartão de visita ou em um enorme painel de estrada).

Nota: Deverão ser apresentados alguns exemplos de desenvolvimento de marcas de empresas consagradas. Como exercício para maior compreensão do processo de criação de uma marca, deverá ser solicitado aos alunos que os mesmos desenvolvam uma marca para uma empresa hipotética com **briefing** proposto pelo professor (nome da empresa, histórico, ramo de atuação, tipos de produtos ou serviços prestados, posicionamento de mercado, etc.).

## O LOGOTIPO

È a "assinatura" personalizada da empresa, criada a partir de tipologia exclusiva (fantasia) ou com a modificação de alfabetos já existentes.

NOTA: Deverão ser apresentados exemplos de logotipos consagrados e comentada a adequação dos conceitos projetuais de cada solução. Para melhor compreensão do processo de criação de um logotipo, deve ser proposto um exercício de desenvolvimento de uma proposta para empresa hipotética, com referencial de informações proposto pelo professor.

## **A LOGOMARCA**

É uma peça gráfica que reúne as características da marca e do logotipo. Nela estão presentes o símbolo gráfico (marca) e a composição do nome da empresa ou do produto em tipografia específica, formando um arranjo gráfico-visual original.

NOTA: Neste tópico deverão ser mostrados alguns exemplos de logomarcas conhecidas, e comentadas as suas soluções projetuais. Como exercício, os alunos deverão desenvolver uma logomarca para uma instituição hipotética, a partir de informações apresentadas pelo professor.

### **3.2.2 Outras peças gráficas**

Neste tópico são abordadas algumas peças gráficas de solicitação mais freqüente na atividade publicitária. Aos alunos é exigido que apliquem os conhecimentos adquiridos durante a disciplina através de diversos exercícios que visam desenvolver a capacidade de manipulação dos vários elementos componentes da produção gráfica (instrumentos, papéis, formatos, famílias de letras, composição gráfica, diagramação, projeto gráfico, uso de cores, sistemas de reprodução gráfica mais adequados, arte-final, etc.)

## **ANÚNCIOS PARA JORNAL**

Geralmente uma peça publicitária em preto e branco, podendo em alguns casos se apresentar colorida, a criação do anúncio para o veículo jornal deve levar em consideração a for-

ma de comercialização de seu espaço (cm/coluna). A partir da área e do formato, vertical ou horizontal, procede-se a diagramação dos elementos componentes (fios, texto e ilustrações). Muitas vezes em jornal os elementos componentes ficam restritos ao texto e ao título (configurando o anúncio ALLTYPE), no entanto é interessante, sempre que possível, enriquecer graficamente o anúncio com fotos, ilustrações, fios e vinhetas.

NOTA: Deverão ser realizados exercícios onde são solicitadas criações de anúncios para jornal, a partir de especificações prévias. A avaliação se dará sobre a solução criativa e especificações técnicas do trabalho (tipo de fotolito, texto, prismagem de fotos e/ou ilustrações, layout e arte-final).

#### **ANÚNCIOS PARA REVISTAS**

Os anúncios para revistas são normalmente mais elaborados geralmente em policromia, tendo em vista a maior sofisticação na produção gráfica (papel de melhor qualidade e sistema de impressão em offset ou rotogravura).

A partir do formato da revista (dimensões da página) planeja-se o anúncio, que pode ser, dependendo da forma de comercialização do veículo, de página inteira, meia página, 1/3 de página vertical ou horizontal, 1/6 de página, etc.

NOTA: Deverão ser realizados exercícios que possibilitem a experimentação dos diversos tipos de arranjo gráfico.

O uso de exemplos de anúncios impressos em revistas de grande tiragem (nacionais e internacionais) é válido no processo de entendimento dos vários tipos de diagramação em cada formato.

A avaliação dos exercícios propostos é realizada sobre

a solução criativa adequada e as especificações técnicas para produção gráfica.

### **OUT-DOOR**

"OUT-DOOR" é todo o tipo anúncio fixado ao ar livre. No Brasil usa-se com mais frequência o termo para cartazes de rua com 32 folhas de papel, coladas sobre uma base rígida de folhas de flandres ou fibra de vidro, tendo como dimensões finais, 3 metros de altura por 9 metros de comprimento (27m<sup>2</sup> de área).

NOTA: Os exercícios a serem propostos aos alunos deverão compreender este tipo de peça publicitária, desde a confecção da arte final em escala, passando pelo detalhamento técnico do encaixe das folhas, aplicação de letreiros, cores e ilustrações, sistemas de reprodução gráfica (offset, serigrafia ou processos manuais) e o projeto gráfico (criação/diagramação) pertinente ao formato do cartaz.

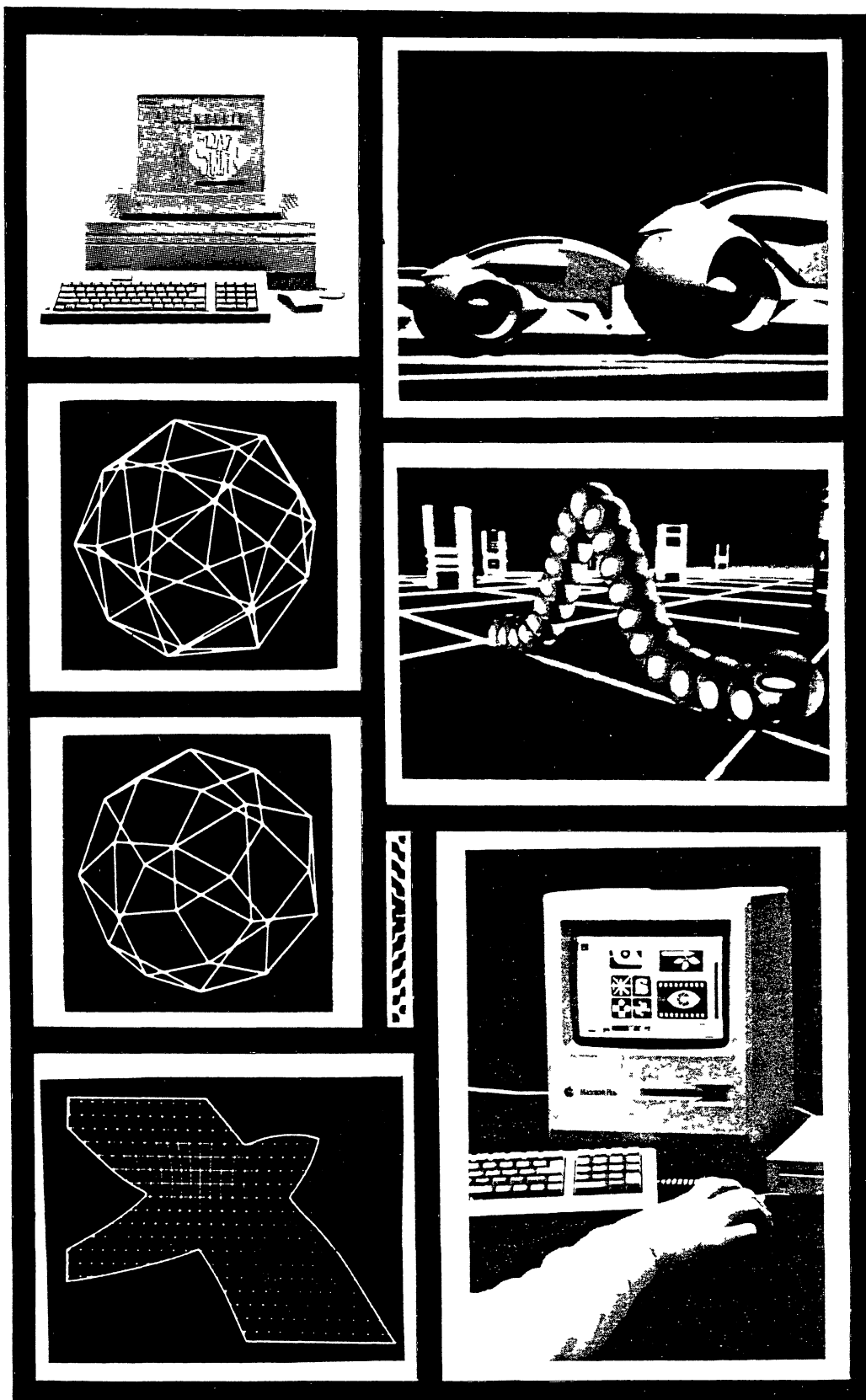
A avaliação desses exercícios é feita sobre as soluções criativas adequadas ao veículo, bem como sobre as especificações técnicas para a produção gráfica.

### **CARTAZ, CATÁLOGO, FOLHETO, MALA-DIRETA, ETC.**

Dentro da disponibilidade de tempo da disciplina, e a critério do professor, poderão ser realizados exercícios que envolvam a elaboração de peças publicitárias, tais como: cartazes, folhetos, calendários, papelerias comerciais, capas de disco, convites, etc.



NOTA: Todos os exercícios propostos deverão ser precedidos de explicações sobre aspectos técnicos inerentes a cada uma das peças publicitárias e suas características principais. A apresentação de exemplos impressos é sempre desejável, visando subsidiar o aprendizado do aluno.



## ASPECTOS DA PRODUÇÃO GRÁFICA

AS NOVAS TECNOLOGIAS - A COMPUTAÇÃO GRÁFICA  
A IMAGINAÇÃO SEM LIMITES?

## 4. O COMPUTADOR NA PRODUÇÃO GRÁFICA

### 4.1 Uma introdução

No início dos anos 80, os computadores de pequeno porte - Personal Computers ou microcomputadores - começam a revolucionar o uso da informática em todo o mundo.

No espaço de uma década, estes equipamentos evoluem rapidamente, acabando por conquistar uma parcela considerável do mercado. A explicar este fato está o custo relativamente baixo, o tamanho reduzido e um desempenho comparável ao das máquinas antes restritas ao uso empresarial.

Os computadores pessoais receberam e continuam a receber um aporte tecnológico notável e por serem, em sua maioria, de operação simples, isto é, não exigem do usuário o domínio de linguagens de operação complexa comuns aos computadores de grande porte, tornaram-se de uso corrente em praticamente todas as atividades humanas.

Hoje o microcomputador pode ser encontrado em intenso uso nas residências, nos escritórios, nas indústrias, nos bancos, nos hospitais, nas instituições de ensino, nos consultórios, enfim, praticamente em todos os ramos da atividade humana.

Inicialmente concebidos para processamento de dados e operações numéricas complexas em alta velocidade, tornaram-se ao longo do tempo uma ferramenta de trabalho ao mesmo tempo sofisticada e acessível. Os computadores agilizam o funcionamento das

mais diversas estruturas, processando, armazenando e fornecendo informações.

Nos países desenvolvidos o uso da informática abrange praticamente toda a sociedade. Em contrapartida, nos países periféricos, a utilização desses recursos ainda sofre restrições, que vão das limitações econômicas que dificultam a implantação dos sistemas, passando por políticas industriais que impedem a aquisição de tecnologias mais avançadas do setor à disposição no mercado internacional.

O Brasil, a partir de leis de reserva de mercado, que restringem a importação de computadores, estabeleceu sua indústria de informática. Infelizmente, essa proteção à empresa nacional tem feito com que o País continue produzindo máquinas obsoletas e com um custo final alto para os usuários.

Para o futuro próximo, com a mudança da legislação que cerceia a importação de equipamentos e programas mais avançados e, ainda com a associação de indústrias locais à outras internacionais, detentores de tecnologia mais avançada na área, espera-se que o Brasil possa recuperar o atraso experimentado nos últimos anos.

#### **4.2 Computadores Gráficos**

A introdução apresentada no tópico anterior é necessária para explicar o baixo índice de utilização de computadores nas agências de propaganda brasileira, principalmente na área de arte e editoração eletrônica.

Para a disciplina de Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda interessa apresentar equipamentos disponíveis no

mercado nacional e outros encontrados nos países mais desenvolvidos.

A apresentação destes recursos aos alunos deve enfatizar o uso prioritário dos equipamentos, os recursos que oferecem e as melhores configurações para utilização em programação visual e produção gráfica.

Devido às limitações de ordem econômica a que normalmente estão submetidas as escolas de Comunicação, principalmente aquelas ligadas ao sistema público de ensino, a maioria delas ainda não possui sistemas de computação gráfica. No entanto, é preciso incluir no programa de ensino as informações básicas sobre essas novas ferramentas tecnológicas, que estão substituindo algumas práticas tradicionais usadas na área de criação e produção gráfica.

#### **4.2.1 Sobre o funcionamento dos computadores**

Como já foi abordado, o computador processa informações de forma rápida e precisa, a partir de instruções (dados) fornecidas, que orientam a execução de uma tarefa.

Os computadores gráficos, apesar de processarem informações gráficas, não diferem do funcionamento dos demais computadores.

Os computadores de qualquer espécie são compostos por duas partes operacionais. Uma é a parte das máquinas, os elementos físicos (estrutura, circuitos e outros componentes) designados na literatura específica como *hardware*.

A outra parte, designada como *software*, são os programas que permitem a operação dos computadores dentro de parâmetros determinados. Os programas podem ou não fazer parte dos circuitos

eletrônicos, no entanto para serem operados através dos *hardware*, é preciso que estas máquinas possuam compatibilidade e recursos capazes de processá-los.

Nos computadores gráficos é necessário o uso de placas gráficas - circuitos eletrônicos denominados de *videographics board* que permitem o processamento dos programas (*softwares*) gráficos.

Para controlar o processamento, retirar informações da memória, decodificá-las e executar as instruções, os microcomputadores possuem uma Unidade Central de Processamento - CPU. A característica da CPU é que vai determinar a possibilidade ou não da operação de um determinado programa (*software*) pelo computador.

Outra parte essencial dos computadores é a sua memória, que permite o armazenamento de informações e instruções que serão recuperadas em fases diversas do processamento. A capacidade de memória dos computadores é medida em *bytes* - pulsos ou unidades de informação.

A operação de programas gráficos pode variar de 126 Kbytes, para os *softwares* básicos, até 200 Mbytes, para os mais sofisticados.

No entanto, para operações em editoração eletrônica - tratadas mais adiante - computadores com capacidade de 500 Kbytes já oferecem bons resultados.

Para introduzir e/ou recuperar informações em um computador são necessários equipamentos específicos. Esses dispositivos "traduzem" as operações, compatibilizando-as com a linguagem de processamento do computador.

#### 4.2.2 Dispositivos de entrada

Os periféricos de entrada mais utilizados em computadores gráficos são:

##### **TECLADO**

É o mais tradicional periférico de entrada, composto de um teclado alfa-numérico similar ao das máquinas de escrever, permite a inserção de informações no computador de maneira fácil e rápida.

##### **CANETA ÓTICA**

Em forma de caneta, estes periféricos possuem um dispositivo fotosensível que reconhece os padrões de luz emitidos pelo monitor de vídeo do computador, permitindo desta maneira que se desenhe diretamente sobre a tela.

Alguns programas (softwares) amigáveis, isto é, que mostram na tela os comandos das funções gráficas, podem ser acessados através do toque da caneta ótica sobre a tela.

Este tipo de periférico também é utilizado para se "desenhar" sobre mesas digitalizadoras (pranchetas sensibilizadas eletronicamente), que transferem as informações digitalizadas para a tela do computador.

##### **MOUSE**

O "Mouse" (ratinho) é um dispositivo de entrada de dados bastante utilizado em computação gráfica. Sua operação se dá pe-

- denominado *flatbed scanner* de maior porte, oferece qualidade maior de resolução de "leitura" das imagens, sendo utilizado em trabalhos mais complexos.

### **CÂMERAS DE VÍDEO**

Em alguns computadores gráficos pode-se utilizar câmeras de vídeo na "captura" das imagens. Obviamente, deverá haver compatibilidade entre este equipamento, o computador e os programas utilizados. Tal recurso assemelha-se nos resultados ao *scanner*, no entanto oferece a vantagem de se poder obter imagens em movimento ou ainda, seqüências de imagens que podem ser processadas pelo computador.

Atualmente a utilização das câmeras de vídeo em computação gráfica se dá, de maneira mais intensa, na área de produção eletrônica (animação e 3D).

#### **4.2.3 Dispositivos de saída**

Os periféricos de saída mais utilizados em computadores gráficos são:

### **PLOTTER**

Os *Plotters* são traçadores gráficos que operam com canetas (nanquim, grafite, hidrocor, etc.) comandadas a partir do computador. Alguns equipamentos funcionam com 12 canetas de cores diferentes que podem mover-se em todas as direções sobre uma superfície plana (normalmente lâminas de papel ou acetato).



Os *plotters* são mais utilizados na realização de desenhos técnicos, no entanto têm aplicação também na área de produção gráfica, nos traçados de arte-final e mesmo alguns tipos de ilustração a traço.

## IMPRESSORAS

Hoje existem no mercado algumas composer eletrônicas - já abordadas neste trabalho na parte que trata de Composição Tipográfica - operadas a partir de programas editores e processadores de textos. Estes sistemas produzem textos diagramados na própria tela do computador, a partir de comandos que definem as medidas das linhas e a altura do texto (em paucas), tamanho de letras (corpo), tipos de letras (famílias ou fontes), disposição de texto (alinhamentos).

No entanto, este tipo de impressora tem limitações, tendo em vista que os discos de caracteres (margaridas) possibilitam composição de textos apenas até o corpo 14 e não permitem a reprodução de imagens.

Mais recentemente surgiram as impressoras a laser que oferecem melhor resolução em relação às impressoras matriciais e possibilitam, dependendo do programa operado, a impressão de imagens.

Esses equipamentos representam um avanço em relação às impressoras convencionais utilizadas em computadores.

Em computação gráfica, as impressoras térmicas, a jato de tinta ou de cera, são mais utilizadas. Elas oferecem alta resolução de imagem em policromia e permitem que se obtenha originais gráficos prontos para o processo de seleção de cores,

fotolitagem e posterior impressão.

Já estão em uso impressoras que geram filmes ou fotolitos prontos para gravação em chapas de impressão. Esses equipamentos, operados através de microcomputador, ainda não oferecem alta resolução.

Para trabalhos mais complexos os dados digitalizados (textos, imagens e arranjos gráficos) podem ser gravados em discos ou fitas e depois processados em equipamentos de maior porte (sistemas Scitex, Hell e Crosfield).

#### 4.2.4 Outros dispositivos

##### INTERFACE DE ENTRADA E SAÍDA

São dispositivos que, ao serem conectados entre o computador e os periféricos, permitem que haja comunicação entre essas máquinas, isto é, compatibilizam a linguagem processada entre os equipamentos. Por exemplo, para a "captura" de imagens através de um *scanner*, é necessário um interface que transmita os dados digitalizados para o computador. Da mesma forma, a imagem na tela do computador para ser transmitida a uma impressora, necessita de um interface que processe esta transferência.

##### DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO DE DADOS

São dispositivos que ampliam a capacidade de memória do computador, oferecendo um arquivo de dados pré-processados necessários para o melhor desempenho da máquina, quando esta estiver operando um determinado programa (software).

Normalmente, as informações são armazenadas em disquetes e, mais recentemente, em discos rígidos - *hard discs*, que possuem maior capacidade de armazenamento.

## 5. SISTEMAS DE IMAGEM

É importante destacar que, na área de computação gráfica, os avanços na última década têm sido extremamente rápidos. O espaço de seis meses tem significado, muitas vezes, o tempo para tornar obsoletos computadores e programas.

Aí então reside a dificuldade em se acompanhar a evolução dos equipamentos e as possibilidades de aplicação que estes oferecem, principalmente no que se refere à produção gráfica.

Para melhor atendimento da disciplina tratada neste trabalho, recomenda-se uma atualização das informações dadas a cada período letivo, sob pena que estas sejam vencidas pelo avanço da tecnologia.

Neste início dos anos 90, os sistemas de imagem experimentam uma evolução impensável há cinco anos atrás. As estações de trabalho - *Workstations* - montadas a partir de microcomputadores, portanto de custo mais acessível e de operação mais fácil, evoluíram tão rapidamente que já possuem recursos antes restritos a equipamentos de maior porte e bem mais caros.

A estação Macintosh II, fabricada pela empresa norte-americana Apple Macintosh Inc., é hoje considerada um novo capítulo na história da produção gráfica e destacada como uma importante ferramenta na área da criação e execução de trabalhos gráficos.

O Macintosh II é um sistema de imagem e editoração com-

pleto, pois suas diversas configurações permitem que se trabalhe desde a "captura" das imagens, passando pelo processamento dos elementos visuais, de sua recriação ou reposicionamento espacial, até a impressão de provas coloridas em alta resolução.

Nele o produtor gráfico pode inserir esboços, fotos, cromos ou qualquer outro tipo de ilustração, diretamente na tela do computador.

Posteriormente, pode modificá-las, aperfeiçoá-las ou recriá-las totalmente, dentro das necessidades do trabalho desenvolvido.

O sistema permite também que se aplique luz e sombra nos elementos trabalhados, que se detalhe os tons de cinza ou se altere as cores originais (O Mac II possui uma paleta de 16 milhões de matizes).

O sistema, quando operado com programas de editoração eletrônica - DTP - *Desktop Publishing* -, diagrama peças gráficas (folhetos, manuais, páginas de revistas, catálogos, etc) na própria tela do computador, permitindo que sejam compostos e inseridos textos, vinhetas e logotipos.

Na etapa final do processamento, pode-se optar pela obtenção de provas gráficas em impressoras a laser ou térmicas, de alta resolução ou ainda, por jogos de fotolitos já processados com a separação de cores.

Todo o trabalho realizado pode ser gravado em disquetes ou discos rígidos, para fins de arquivo ou posterior processamento.

Por tudo isso, o Macintosh II é um sistema que oferece soluções rápidas e de alta qualidade, a custos razoáveis dentro da atividade de criação e produção gráfica empreendido pe-

las agências de propaganda. E, já é possível prever, que equipamentos com estas características estarão brevemente substituindo os métodos tradicionais de elaboração das peças gráficas (esboço - *rough* -, simulação de anúncios - *layout* -, e arte-final) ainda em uso no Brasil.

Outros sistemas também oferecem possibilidades de processamento gráfico.

Atualmente pode-se montar estações gráficas a partir de microcomputadores do tipo PCXT ou AT, com memória de 500 Kbytes, e dois acionadores de disco (drives). A este tipo de equipamento agrega-se placas gráficas - *Videographics board* - que permitem ao computador a operação de programas gráficos. Juntando-se a eles periféricos de entrada (teclado/mouse/caneta ótica/mesa digitalizadora/scanner/câmera de vídeo/etc.) e periféricos de saída (impressoras laser ou térmicas), obtém-se uma estação gráfica - sistema de imagem.

Dependendo da configuração final do equipamento (em hardware e software), o usuário poderá produzir rapidamente qualquer tipo de peça gráfica, a partir da tela do computador diretamente para o produto final, prescindindo de outros métodos (layout e arte-final).

Em tempo reduzido, uma estação gráfica permite que se "capture" ou se criem imagens, com a possibilidade de movê-las, alterá-las, introduzir-se outros elementos, multiplicá-los, ampliá-los, reduzi-los e diagramá-los de diversas maneiras, E ainda, sobrepor gráficos e textos, aplicar cores, corrigir distorções, enfim uma quantidade de efeitos disponíveis à aplicação gráfica, onde os limites estão na criatividade do usuário do sistema.

As estações gráficas ou sistemas de imagem podem ser montadas a um custo inicial em torno de 5.000 dólares para as configurações mais simples, até cerca de 55.000 dólares para as mais sofisticadas.

O tipo de trabalho que se pretende realizar (layout, arte final, ilustrações, processamento de imagens, etc.) é que vai definir a configuração final em termos de equipamentos, programas e agregados.

Obviamente, quanto maiores forem as exigências de trabalho, maiores os custos dos equipamentos e programas utilizados.

É importante destacar que, no âmbito do trabalho de produção gráfica, estas máquinas vieram acelerar, numa rapidez antes impensável, a execução de tarefas trabalhosas e muitas vezes ainda processadas artesanalmente, viabilizando os mais diversos trabalhos gráficos.

NOTA: Para melhor fixação das informações sobre computação gráfica é necessário que os alunos tomem contato com produtos gráficos gerados nesses sistemas e, se possível, operem ou vejam em operação estações gráficas.

Como já foi abordado na introdução desta parte do programa da disciplina, as escolas de Comunicação, em sua maioria, ainda não possuem sistemas desse tipo em operação. No entanto, é importante proporcionar aos alunos, seja através de convênios ou mesmo de visitas às empresas, o contato com essas novas tecnologias, sob pena de se estar sonhando informações importantes para um melhor desempenho profissional futuro.

#### IV - BIBLIOGRAFIA COMENTADA

Esta parte do trabalho tem por objetivo orientar os interessados que buscam um maior aprofundamento nos diversos conteúdos tratados na disciplina Produção Gráfica em Publicidade e Propaganda.

Destaca-se o fato de boa parte da literatura citada ser de autores estrangeiros, explicado em parte pelo pouco interesse dos editores na publicação de livros técnicos. De resto, uma atitude comum, no Brasil em praticamente todas as áreas do conhecimento.

De outra maneira, apesar de o País já dispor de um grande parque industrial gráfico, inclusive utilizando tecnologia avançada, é comum ainda o posicionamento de alguns setores empresariais, no sentido de relevar o "aprendizado prático" em detrimento do conhecimento técnico sistematizado.

No entanto, é importante frisar que, mais recentemente, têm sido publicados alguns bons títulos que tratam da produção gráfica, de autores brasileiros e estrangeiros traduzidos.

Isto talvez demonstre que a barreira começa a ceder e que proximamente será possível dispor de uma bibliografia mais densa, a atender as demandas da área.

Sobre papel é possível encontrar informações gerais no livro, já clássico, de James Craig, Produção Gráfica, São Paulo

Mosaico, 1980: 121-146, e de Milton Ribeiro, Planejamento Visual Gráfico, Brasília, Linha Gráfica Editora, 1987: 15-35. Ambos apresentam dados históricos sobre o papel, processos de fabricação (artesanal e industrial), características, tipos e utilizações correntes. Na mesma linha, também com informações objetivas e precisas, o livro de Mário Carramillo Neto, Contato imediato com Produção Gráfica, São Paulo, Global, 1987:103-126, trata dos aspectos físicos do papel, composição, qualidade e variedades.

Estes livros trazem informações sobre os formatos internacionais e formatos utilizados no Brasil, regulamentados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT -, e tratam também das variações de cortes e melhor aproveitamento das bobinas e resmas. Os livros de Roberto Silveira, Introdução às Artes Gráficas, Porto Alegre, Sulina, 1985 e Germano Zebellato, Curso de Artes Gráficas, Canoas, La Salle, 1985, também abordam o assunto de maneira mais abrangente. José Maria Parramón, Artes Gráficas para Dibujantes y Técnicos Publicitarios, Barcelona, Instituto Parramón, 1982 e Richard M. Schelemmer, Manual de Arte Gráfico y Publicitario, Buenos Aires, Apidós, 1969, fazem referência à fabricação de papel, classes, variedades e critérios de seleção para usos diversos. Outro título a ser consultado com proveito é Small Scalle Paper Making, Genebra, Labour Office, 1985. É uma publicação dirigida aos países em desenvolvimento, com o intuito de mostrar formas de fabricação de papel em pequena escala. Nele são tratados aspectos de maquinaria, insumos, processos (químico e mecânico) e tipos de papel. Recomenda-se, ainda, a leitura de publicações das próprias indústrias e distribuidoras de papel, que trazem informa-



ções atualizadas sobre os papéis fabricados, suas características, gramaturas, utilizações, etc. As Indústrias de Papel Sirmão e a distribuidora KSR possuem excelentes catálogos, bastante utilizados pelos profissionais gráficos e também pelas agências de propaganda.

Sobre letras e tipos o livro de Mário Carramillo, *Contato Imediato com Produção Gráfica*, São Paulo, Global, 1987: 12-20, traz uma condensação sobre a origem e a evolução da escrita bastante esclarecedora. Aborda também as medidas gráficas, máquinas de fotocomposição, classificação dos caracteres, formas para calcular a composição de textos. Milton Ribeiro, *Planejamento Visual Gráfico*, Brasília, Linha Gráfica Editora, 1987:37-86, já citado, apresenta um histórico mais extenso sobre letras, alfabetos e trata de assuntos de grande interesse, como tipografia, escolha de tipos para composição gráfica, classificação dos caracteres, origens, vinhetas, medidas tipográficas. Esse livro oferece uma visão ampla sobre tipologia e seus usos. O livro de James Craig, *Produção Gráfica*, São Paulo, 1980, é mais abrangente quanto às máquinas de composição mecânica e fotocomposição, inclusive sobre a utilização dos equipamentos. Porém, por ter sido publicado no Brasil na década passada, já está superado em alguns aspectos. Mesmo os livros de Milton Ribeiro e de Mário Carramillo, ambos de 1987, apresentam alguma defasagem em relação à equipamentos mais modernos, principalmente por não trazerem informações sobre os novos microcomputadores utilizados para processamento de fotocomposição, a partir do final da década de 80. O livro de Rafael Souza e Silva, *Diagramação - O*

Planejamento Visual Gráfico na Comunicação Impressa, São Paulo, Summus, 1985:71-89, também aborda sistemas mais tradicionais e, de passagem, faz referência sobre novas tecnologias informatizadas em comunicação impressa. Richard M. Schlemmer, em Manual de Arte Gráfico Y Publicitário, Buenos Aires, Paidós, 1969 e Simon B. Irving, The Story of Printing from WoodBlocks to Electronics, New York, HarveyHouse, 1965, trazem uma boa síntese sobre composição de textos, desenho de tipos, medidas tipográficas. Da mesma forma, por terem sido publicados na década de 60, já se encontram bastante defasados em relação às tecnologias mais recentes.

Para a atualização, quanto aos novos sistemas de composição de textos, recomenda-se a consulta de publicações dos fabricantes de sistemas (composição via microcomputador) e dos catálogos de fornecedores que já operam esses equipamentos (em Curitiba: Digital, Letter's, Fonte e Typograph). Tais catálogos são auto-explicativos e expõem de forma objetiva os recursos das máquinas. Ainda sobre a utilização dos tipos e suas implicações estéticas, indica-se o livro de Elizabeth Resnick, Graphic Design - A Problem - Solving approach to Visual Communication, Englewood Cliffs, Prentice Hall, Inc. 1984. Outra referência é o respeitado jornal U&lc - The International Journal of Typography, New York, especializado em tipos gráficos.

Os anuários do Type Directors Club, New York, Watson - Guptill Publications, são também uma ótima fonte, pois trazem sempre uma seleção de trabalhos realizados durante o ano da edição. Ainda, sobre a história da caligrafia, estilos, referências visuais e desenhos de letras, indica-se os livros de Wendell C. Crow, Communications Graphics, New York, Prentice

Hall, 1986, e o de Miriam Stribley, *The Calligraphy Source Book*, Philadelphia, Running Press, 1987.

No Brasil, é publicada há 7 anos, a revista *Gráfica*, Curitiba, Casa de Idéias e Gráficos Burti, cujo editor é Oswaldo Miranda - Miran -, conhecido criador gráfico e calígrafo. Durante o ano de 90, a revista publicou uma série de artigos orientando sobre o uso de tipos gráficos em peças publicitárias. A *Gráfica* é muito respeitada nos meios publicitários e apresenta sempre matérias que tratam de tipologia e suas aplicações.

Os sistemas de reprodução gráfica podem ser vistos de maneira didática no livro de Sam Epstein e Beryl Epstein, *The First Book of Printing*, New York, Franklin Watts, 1955. Nele constam o histórico dos sistemas de impressão, uso de retículas, impressão em rotogravura e offset. Mário Carramillo, Milton Ribeiro e James Craig, em seus respectivos livros, já citados, desenvolvem o assunto a partir do histórico dos sistemas, passando por suas características principais, problemas operacionais de cada meio, sistemas secundários, preparo e marcação de originais, utilização e tipos de tinta de impressão. E ainda, tipos de retícula, quadricomia, seleção de cores, cor aplicada.

Mário Carramillo na parte final do seu livro, faz observações sobre a utilização de *Scanners* a laser na seleção eletrônica de cores e sobre a escala de cores (benday).

O livro de Richard Schelemmer, já citado, trata dos sistemas principais de impressão, retoques das chapas, provas de cor e reprodução das cores. Da mesma forma, Germano Zebellato, *Curso de Artes Gráficas*, Canoas, La Salle, 1985, aborda os prin-

cipais sistemas de impressão, preparação de originais e fotolitos.

Outro livro recomendado é o de S.B. Müller, *Sistemas de Retículas - Un Manual para Diseñadores Gráficos*, Barcelona, Gustavo Gilli, 1982.

Sobre luz e cor, o livro de Milton Ribeiro, *Planejamento Visual Gráfico*, Brasília, Linha Gráfica, 1987: 182-193, já citado, traz informações gerais sobre síntese aditiva e subtrativa das cores, pigmentos, contrastes, rosácea cromática, tons, saturação, harmonia de cores, cores quentes e frias.

O livro de Mário Carramillo Neto, *Contato Imediato com Produção Gráfica*, São Paulo, Global, 1987: 37-56, trata da física da cor, luz e pigmento, cores primárias, secundárias e intermediárias, dos significados das cores e sobre tintas de impressão. Ambos os títulos podem ser consultados com proveito, pois trazem informações pertinentes ao fenômeno tratado.

James Craig, *Produção Gráfica*, Mosaico, 1980: 101-112, trata da cor e suas aplicações na reprodução gráfica, explanando brevemente sobre a natureza da luz e da cor. Outros títulos que podem ser consultados sobre cor: Harald Küpper, *Color - Origem, Metodologia, Sistematización, Aplicación*, Caracas, Editorial Lectura, 1973, que trata da cor no meio ambiente, da linguagem da cor, aspectos físicos da cor e da classificação e leis da harmonia. O livro de Simão Goldman, *Psico-dinâmica das Cores*, Porto Alegre, La Salle, 1964, aborda a dimensão, temperatura e peso das cores, a cor nas atividades humanas, aspectos físicos e psicológicos da cor, a linguagem das cores e sobre o equilíbrio cromático. Na mesma linha, com ênfase nas aplicações

em comunicação, está o livro de Modesto Farina, *Psicodinâmica das Cores em Comunicação*, São Paulo, Edgard Blücher, 1982.

O livro de Josef Cohen, *Sensación y Percepción Visuales*, México, Trillas, 1973, aborda os estímulos visuais, psicofísica da cor, sensibilidade visual, fusão de cores e ilusões de ótica.

O livro de René-Lucien Rousseau, *Linguagem das Cores*, São Paulo, Ed. Pensamento, 1980, trata das propriedades das cores, os impulsos primordiais e as cores, o mundo psíquico e as cores.

O livro de A. Déribère, *La Couleur dans la Publicité et la Vente*, Paris, Ed. Dunod, 1969, aborda as preferências pelas cores, harmonias e aplicações em publicidade. O livro de Joseph Llobera e Maxime Brambilla, *La Photographie Publicitaire*, Barcelona, Afha Internacional, 1968: 165-175, aborda a teoria da cor e suas implicações na composição das imagens.

Sobre os elementos estéticos aplicados à composição nos trabalhos gráficos recomenda-se a leitura dos livros de Bruno Munari, *Diseño e Comunicación Visual*, Barcelona, Gustavo Gilli, 1978; E, *Fantasia, Invenção, Criatividade e Imaginação*, Lisboa, Ed. Presença, 1980. E o livro de Donis Dondis, *La Sintaxi de Imagem*, Barcelona, Gustavo Gilli, 1976, um clássico, bem como o de James Gibson, *La Percepción del Mundo Visual*, Buenos Aires, Ediciones Infinito, 1978.

Outro título bastante respeitado, de Vasili Kandinski, *Punto y Línea sobre el Plano*, Barcelona, Borsille, S.D., que traz um estudo aprofundado sobre ponto, linhas e massas aplicadas no espaço bidimensional. O livro de Josef Cohen, *Sensación y Percepción Visuales*, México, Trillas, 1973, já citado, aborda também espaço na percepção visual e campos visuais. Indica-se a

consulta do livro de Milton Ribeiro, Planejamento Visual Gráfico, Brasília, Linha Gráfica Editora, 1987:143-181, já citado, que apresenta uma ampla visão sobre arranjos gráficos e princípios de composição aplicados às peças gráficas.

Sobre o projeto gráfico e seu desenvolvimento, indica-se o livro de Richard Schelemmer, Manual de Arte Gráfico y Publicitário, Buenos Aires, 1969, já citado, que trata do material gráfico produzido pelo diretor de arte. O livro de Germano Zebellato, Curso de Artes Gráficas, Canoas, Ed. La Salle, 1985, aborda também a diagramação e paginação das peças gráficas.

O livro de Rafael Souza e Silva, Planejamento Visual Gráfico na Comunicação Impressa, São Paulo, Summus, 1985, faz referências às técnicas de produção e planejamento visual gráfico aplicados em jornais.

Outro título interessante, de Adrian Wilson, The Design of Books, New York, Reinhold Publishing Corporation 1987, traz diretrizes para elaboração do layout de livros. Ainda sobre layout, o livro de Allen Hulburt, Layout: O Design da Página Impressa, São Paulo, Mosaico, 1980, merece ser consultado por trazer dados interessantes sobre a organização gráfica dos formatos. Outros livros recomendados são: de Terence Dailey, Guia Completa de Ilustración y Diseño - Técnicas e Materiales, Barcelona, H. Blume Ediciones, 1981 de Raymond Ballinger, Layout and Graphic Design, New York, Vannostrand Reinhold, 1970.

O livro de James Craig, Produção Gráfica, São Paulo, Mosaico, 1980: 157-173, já citado, é bastante didático quanto aos procedimentos para preparação da arte final. Também o livro de

Milton Ribeiro, *Planejamento Visual Gráfico*, Brasília, Linha Gráfica Editora, 1987:197-293, aborda o projeto gráfico com bastante profundidade, a partir dos materiais e instrumentos utilizados na confecção da arte final convencional, passando pelo desenho de letras e algarismos, diagramação dos elementos gráficos, escalas de ampliação e redução, tratamento gráfico de diversas peças (cartaz, cartão-de-visita, etc.), indo até o estudo da marca, do logotipo, da identidade visual e dos sistemas de informação visual. Outros textos sobre comunicação visual gráfica podem ser vistos no caderno da Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo, encartado na revista *Marketing* nº 186, São Paulo, Referência, 1986, que traz cinco bons artigos abordando grafismo e contragrafismo, esquemas interligados no projeto de paginação de impressos, questões sobre legibilidade de impressos, programação visual e identidade visual de empresas.

Como leitura suplementar, recomenda-se os livros: de Bud Donahue, *The Language of Layout*, Englewood Cliffs, Prentice - Hall, Inc. 1978; de Ken Kato, *Design for Business*, Singapura, Graphic-Sha Publishing Ltda, 1987; de Yasaburo Kuwayama, *Trade Marks & Symbols*, New York, Vannostrand Reinhold, 1973; de Abraham Moles, *O Cartaz*, São Paulo, Perspectivas, 1974.

Para acompanhamento constante do desenvolvimento das artes gráficas, principalmente no que se refere às tendências internacionais, merecem atenção as revistas *Novum Gebrauchs Graphik* (Alemanha), *Graphis* (Suíça), *Idea* (Japão), *Art Director* (EUA) e *Gráfica* (Brasil), esta última já citada anteriormente. Tais publicações apresentam uma síntese do que melhor acontece na área gráfica, no mundo. Desde novas idéias, passando pe-

lo uso de novas tecnologias, aspectos da composição e diagramação, até logotípias, marcas, anúncios variados, cartazes e portfolios (trabalhos realizados) de criadores gráficos consagrados.

Sobre computação gráfica, tendo em vista o caráter introdutório dessa parte do programa, recomenda-se a leitura das seguintes publicações: Fábria Batista e Ana Verdasca, Computer Graphics, Uma Abordagem Brasileira -, trabalho de graduação apresentado ao Curso de Comunicação Visual do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1985; Desktop Publishing by Design, New York, Ventura Publisher Edition, 1989; Turbo Pascal 6 - The Complete Reference, New York, Mc Graw Hill, 1990

Dado, ainda, aos avanços dos programas (softwares) de computação gráfica recomenda-se a leitura de publicações das empresas fabricantes, que trazem informações mais atualizadas sobre as aplicações gráficas de seus produtos. Segue-se lista de publicações para consulta: AT&T Graphics Softwares, Indianópolis, 1990; ATVISTA - Videographics Adapters, Truevision Inc., Indianópolis, 1990; Rio - Design and Layout Software, AT&T Graphics Software Labs, Indianópolis, 1989; Scanmasters Color - Scanner Series, Howtek Inc., New Hampshire, 1988; Targa - Videographics Adapters, Truevision, Indianópolis, 1989; Topas - 3D Modelling and Animation Software, AT&T Graphics Software Labs, Indianópolis, 1989; Truevision - Add a New Dimension To Personal Computer Graphics, AT&T Electronic and Imaging Center, Indianópolis, 1989; Wizz - Everything Else is Just a Mouse, Calcomp Inc., Anaheim, 1990.



Para um contato direto com produtos gerados em computadores gráficos, indica-se as revistas: de Mike Saenz, Homem de Ferro - Crash -, Graphic Novel nº 6, São Paulo, Ed. Abril, 1988 e, de Pepe Moreno, Batman Digital Justice, Graphic Albúm nº 2, São Paulo, Ed. Abril, 1991.

## V - BIBLIOGRAFIA

- \_\_\_\_\_. A Publicidade. Rio de Janeiro, Salvat, 1979.
- AJZENBERG, Elza (org.). Diagnóstico do ensino na ECA. São Paulo, ECA/USP, 1990
- ARNHEM, Rudolf. Arte y Percepción Visual, Buenos Aires, Ed. Universitária, 1976.
- BATISTA, Fábila & VERDASCA, Ana. Computer Graphics - Uma Abordagem Brasileira. Trabalho de graduação apresentado ao Curso de Comunicação Visual do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1985.
- BALLINGER, Raymond. Layout and Graphic Design. New York, Vannostrand Reinhold, 1970.
- BRASIL, Presidência da República. Decreto-Lei 5480. 13 de maio de 1948.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer 631, Documenta, 1969, 167-170.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação (CFE). Resolução 11, 6 de agosto de 1969.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer 1203/77, Currículo de Comunicação Social, Brasília, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação (CFE). Parecer 480, 6 de outubro de 1983.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação (CFE). Resolução 002, 24 de janeiro de 1984.

- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Avaliação do Ensino de Comunicação Social. Brasília, Secretaria da Educação Superior, 1987.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Diagnóstico das Escolas de Comunicação Social. Brasília, Secretaria de Educação Superior, 1987.
- BUROW, Axel & Scherp, Karlheinz. Gestaltpedagogia - Um Caminho para a Escola. São Paulo, Summus, 1985.
- CARRAMILLO Neto, Mário. Contato Imediato com Produção Gráfica. São Paulo, Global, 1987.
- COHEN, Josef. Sensación y Percepción Visuales. México, Trillas, 1983.
- CRAIG, James. Produção Gráfica: para planejador gráfico, editor, diretor de arte, produtor, estudante. São Paulo, Mosaico, 1980.
- CROW, Wendell C. Communications Graphics. New York, Prentice Hall, 1986.
- DAILEY, Terence. Guia Completa de Ilustración y Diseño - Técnicas e Materiales. Barcelona, H. Blume Ediciones, 1981.
- DÉRIBÈRE, A. La Couleur dans La Publicité et la Vente. Paris, Dunod, 1969.
- \_\_\_\_\_. Desktop Publishing by Design. New York, Ventura Publisher Edition, 1989.
- DOMINGUES, J.L. Interesses Humanos e Paradigmas Curriculares. In RBPE, 1986, vol.67, (156):351-366.
- DONAHUE, Bud. The Language of Layout. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc., 1978.
- DONDIS, Donis. La Sintaxi de Imagem. Barcelona, Gustavo Gilli, 1976.
- GIBSON, James. La Percepción del Mundo Visual. Buenos Aires, Infinito, 1978.

EPSTEIN, Sam & EPSTEIN, Beryl. The First Book of Printing. New York, Franklin Watts, 1955.

FARINA, Modesto. Psicodinâmica das Cores em Comunicação. São Paulo, Edgar Blücher, 1982.

GOLDMAN, Simão. Psicodinâmica das Cores. Porto Alegre, La Salle, 1964.

GUZMAN, Mariluz Restrepo. El Diseño Curricular en Las Facultades de Comunicación Social. Revista DIA-LOGOS de la Comunicación, 1990, 23, 73-78.

HULBURT, Allen. Layout: O Design da Página Impressa. São Paulo, Mosaico, 1980.

KANDINSKI, Vasili. Punto y Línea sobre el Plano. Barcelona, Borsille, S.D.

KATO, Ken. Design for Business. Singapura, Graphic-Sha Publishing Co. Ltd., 1987.

KÜPPER, Harald. Color - Orígem, Metodología, Sistematización, Aplicación. Caracas, Editorial Lectura, 1973.

KUWAYAMA, Yasaburo. Trade Marks & Simbols. New York, Vannostand Reinhold, 1973.

LLOBERA, Joseph & BRAMBILLA, Maxime. La Photographie Publicitaire., Barcelona, Afha Internacional, 1968.

MOREIRA, Antonio Flávio B. Currículos e Programas no Brasil. Campinas, 1990.

MÜLLER, S.B. Sistemas de Retículas - Un Manual para Diseñadores Gráficos. Barcelona, Gustavo Gilli, 1982.

MUNARI, Bruno. Diseño e Comunicação Visual. Barcelona, Gustavo Gilli, 1976.

MUNARI, Bruno. Fantasia, invenção, criatividade e imaginação, Lisboa, Presença, 1980.

- NUZZI, Erasmo de Freitas. Situação e desempenho dos Cursos de Comunicação Social. Revista de Estudos FEEVALE, 1989, 2, 40-46.
- PARRAMÓN, José Maria. Artes Gráficas para Dibujantes y Técnicos Publicitarios. Barcelona, Instituto Parramón, 1982.
- RESNICK, Elizabeth. Graphic Design - A Problem - Solving approach to Visual Communication. Englewood Cliffs, Prentice Hall, Inc., 1984.
- RIBEIRO, Milton. Planejamento Visual Gráfico. Brasília, Linha Gráfica, 1987.
- ROUSSEAU René-Lucien. Linguagem das Cores, São Paulo, Pensamento, 1980.
- RUDER, Emil. Manual de Diseño Tipográfico. Barcelona, Gustavo Gilli, 1983.
- SANT'ANNA, Armando. Teoria, Técnica e Prática da Propaganda. São Paulo, Pioneira, 1973.
- SCHLEMMER, Richard M. Manual de Arte Gráfico y Publicitario. Buenos Aires, Paidós, 1969.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, Cortez, 1986.
- SILVA, Rafael Souza. Diagramação: O Planejamento Visual Gráfico na Comunicação Impressa. São Paulo, Summus, 1985.
- SILVEIRA, Roberto. Introdução às Artes Gráficas. Porto Alegre, Sulina, 1985.
- SIMON, B. Irving. The Story of Printing from Woodblocks to Electronics. New York, Harvey House, 1965.
- \_\_\_\_\_. Small Scale Paper Making. Genebra, Labour Office, 1985.
- STRIBLEY, Miriam. The Calligraphy Source Book. Philadelphia, Running Press, 1987.

TRIVINOS, A.N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo, Atlas, 1987.

\_\_\_\_\_. Turbo Pascal 6 - The Complete Reference. New York, Mc Graw Hill, 1990.

ZEBELLATO, Germano. Curso de Artes Gráficas. Canoas, La Salle, 1985.

WILSON, Adrian. The Design of Books. New York, Reinhold Publishing Corporation, 1987.

**ANEXOS**

## VI - ANEXOS

Cópias de alguns documentos pesquisados e utilizados neste trabalho:

- Decreto-Lei nº 5.480, de 13 de maio de 1948.
- Resolução nº 11/69, do Conselho Federal de Educação (CFE).
- Parecer nº 1.203/77, do Conselho Federal de Educação (CFE).  
que substituiu o Parecer nº 631/69 (CFE).
- Parecer nº 480/83, do Conselho Federal de Educação (CFE).
- Parecer nº 002/84, do Conselho Federal de Educação (CFE).
- Currículo do Curso de Comunicação Visual da Universidade Federal do Paraná (em vigência no ano de 1991).



## DECRETO-LEI Nº 5.480 – DE 13 DE MAIO DE 1948

*Institui o Curso de Jornalismo no sistema de ensino superior do País, e dá outras providências. (1)*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º – Fica instituído, no sistema de ensino superior do País, o Curso de Jornalismo.

Art. 2º – O Curso de Jornalismo tem por finalidade ministrar conhecimentos que habilitem de um modo geral para a profissão de Jornalista.

Art. 3º – O Curso de Jornalismo será ministrado pela Faculdade Nacional de Filosofia com a cooperação da Associação Brasileira de Imprensa e dos sindicatos representativos das categorias de empregados e empregadores das empresas jornalísticas.

Art. 4º – Para a organização e funcionamento do Curso de Jornalismo nos estabelecimentos de ensino não-federais, observar-se-á o disposto no Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938. (2)

Art. 5º – A estrutura do Curso de Jornalismo e bem assim as condições de matrícula e o regime escolar regular-se-ão por decreto.

Art. 6º – O Ministro da Educação baixará instruções, inclusive sobre as matérias referidas no artigo anterior, e dará outras providências, que possibilitem desde logo o início do Curso de Jornalismo na Faculdade Nacional de Filosofia.

Art. 7º – Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

## RESOLUÇÃO Nº 11 – DE 6 DE AGOSTO DE 1969

*Fixa os mínimos de conteúdo e duração do Curso de Comunicação Social.*

O Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o art. 26 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e tendo em vista as condições do Parecer nº 631/69, que a esta se incorpora, homologado pelo Sr. Ministro da Educação e Cultura, resolve: (1) (3)

Art. 1º – A formação de profissionais para as atividades de Jornalismo escrito, radiofônico, televisado e cinematográfico, de Relações Públicas, de Publicidade e Propaganda, de Editoração, de Documentação e Divulgação Oficial e de Pesquisa da Comunicação serão feita no curso de graduação em Comunicação Social, do que resultará o grau de bacharel, de habilitação polivalente, ou com menção apenas das habilitações específicas.

Art. 2º – O currículo mínimo do curso de Comunicação Social compreenderá uma parte comum a todas as modalidades de habilitação e outra diversificada em função da habilitação específica.

Art. 3º – A parte comum, constituída de matérias básicas,

(1) Ver Parecer CFE nº 1.203/77.

(2) A organização e o funcionamento do ensino superior são agora disciplinados pela Lei nº 5.540, de 28-11-68.

(3) O Parecer nº 631/69 foi substituído pelo Parecer nº 1.203/77.

abrangerá as seguintes, além de Sociologia, integrante dos currículos do grupo de formação social:

- 1 – Fundamentos Científicos da Comunicação;
- 2 – Ética e Legislação dos Meios de Comunicação;
- 3 – Pesquisa de Opinião e Mercadologia;
- 4 – Introdução às Técnicas de Comunicação, compreendendo prática de:
  - a) Jornalismo Impresso, Radiofônico, Televisado e Cinematográfico;
  - b) Telerádiodifusão, Cinema e Teatro;
  - c) Relações Públicas;
  - d) Publicidade e Propaganda;
  - e) Editoração;
- 5 – Jornalismo Comparado;
- 6 – História da Cultura (especialmente dos meios de comunicação);
- 7 – Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos;
- 8 – Cultura Brasileira.

§ 1º – Complementarão o currículo pelo menos duas disciplinas de livre escolha, dentre as seguintes:

- |                                     |                                  |
|-------------------------------------|----------------------------------|
| 1 – Biblioteconomia e Bibliografia; | 8 – Filosofia, incluindo Lógica; |
| 2 – Cibernética;                    | 9 – Paginação e Revisão;         |
| 3 – Direito Usual;                  | 10 – Política e Administração;   |
| 4 – Documentação (Introdução);      | 11 – Produção e Emissão;         |
| 5 – Economia;                       | 12 – Psicologia Social;          |
| 6 – Estatística;                    | 13 – Redação e Edição.           |
| 7 – Idiomas Estrangeiros;           |                                  |

§ 2º – Os diplomados em curso de nível superior poderão ser dispensados das disciplinas de complementação (art. 3º, § 2º).

Art. 4º – A formação profissional, constituída de áreas diversificadas, compreenderá:

a) para habilitação polivalente, o aprofundamento das Técnicas de Comunicação, cujo ensino tem seu começo na introdução (art. 3º, item 4), e mais duas disciplinas dentre as enumeradas no art. 3º, § 1º, não estudadas anteriormente;

b) para habilitação específica em Jornalismo (impresso, radiofônico, televisado e cinematográfico), o aprofundamento das técnicas das letras "a" e "b" do item 4 do art. 3º e mais quatro disciplinas dentre as mencionadas no § 1º do art. 3º, não estudadas anteriormente;

c) para habilitação específica em Relações Públicas, o aprofundamento nas técnicas da letra "c" do item 4 do art. 3º e mais quatro disciplinas dentre as mencionadas no § 1º do art. 3º, não estudadas anteriormente;

d) para habilitação específica em Publicidade e Propaganda, o aprofundamento nas técnicas da letra "d" do item 4 do art. 3º e mais quatro disciplinas dentre as mencionadas no § 1º do art. 3º não estudadas anteriormente;

e) para habilitação específica em Editoração, o aprofundamento na técnica da letra "e" do item 4 do art. 3º e mais quatro disciplinas dentre as mencionadas no § 1º do art. 3º.

Art. 5º – No ensino de Técnicas de Comunicação serão obrigatórias e exercitadas a redação verbal (na língua nacional e numa estrangeira) e a expressão plástica (organização, fotografia e ilustração), com base na comunicação visual, oral e escrita.

§ 1º – A essas disciplinas corresponderão aulas práticas e atividades profissionais, devendo o curso, para esse fim, dispor de:

- 1 – Jornal-laboratório;
- 2 – Estúdio-laboratório (para rádio, TV e cinema);
- 3 – Ateliê de Publicidade;
- 4 – Escritório de pesquisa de opinião e de mercado.

§ 2º – Não dispondo dos órgãos acima, em qualquer área universitária, o curso manterá convênios com entidades públicas e privadas que possibilitem a prática de técnicas curriculares.

Art. 6º – A organização do currículo pleno atribuirá as áreas didáticas de cada disciplina, admitindo o desdobramento das matérias do currículo mínimo, bem como o acréscimo de disciplinas complementares que a escola julgar necessárias.

Art. 7º – A parte comum do curso deverá ser ministrada na metade da duração mínima prevista no art. 8º desta Resolução.

Parágrafo único. A parte diversificada, a que se reserva a outra metade da duração mínima do curso, é destinada à modalidade "a" ou a qualquer outra das previstas no mesmo art. 4º.

Art. 8º – O curso de Comunicação Social terá a duração mínima de 2.200 horas-aula no mínimo de 3 e no máximo de 6 anos letivos.

**PARECER CFE Nº 1.203/77**  
Aprovado em 5 de maio de 1977

*Currículo mínimo do curso de Comunicação Social*

**I – RELATÓRIO**

**1. Antecedentes**

Regulamentação – O ensino de Comunicação Social em nível superior, no Brasil, decorreu do Decreto-lei nº 5.480, de 13-5-43. Esse decreto, que implantou o ensino de Comunicação Social apenas em Jornalismo Impresso, atendeu a uma velha aspiração dos jornalistas, reivindicada desde o início do século.

Os primeiros cursos tiveram vários currículos mas, após a instalação do Conselho Federal de Educação, coube a este fixar a duração e o currículo mínimo dos novos cursos, o que ocorreu através dos Pareceres nºs 323/62, 984/65 e 631/69, que geraram a Resolução nº 11/69, atualmente em vigor.

Crescimento – Nos primeiros 25 anos, o crescimento dos cursos foi pequeno, tendo sido instaladas poucas escolas.

Na década de 60, principalmente a partir de 1968, o crescimento se acelerou. Até 1968, o número de cursos em funcionamento no País era de 20. Em 1972, esse número elevou-se para 46. Os cursos encontram-se concentrados nas regiões de São Paulo, Estado do Rio e Minas Gerais. Com exceção de sete estados, todos os outros possuem cursos de Comunicação Social, oferecendo, na sua maioria, duas ou mais habilitações.

Segundo levantamento recente feito pela ABEPEC, existem no País 56 cursos.

Evolução – Tendo em vista as características predominantes em diferentes momentos de sua evolução, distinguem-se três fases do ensino de Comunicação Social:

a) Clássico-humanística: Vai do início dos cursos até a segunda metade da década de 60. Caracteriza-se pela predominância de uma orientação européia, clássica. Restringindo-se quase exclusivamente ao ensino do jornalismo gráfico, as escolas analisam essa atividade sob os aspectos literário, ético-jurídico e histórico. Não dispondo de equipamento e de laboratórios, os cursos dão pouca ênfase ao treinamento técnico, indispensável ao manejo dos meios de comunicação. Tendem a desaparecer os vestígios dessa fase no ensino de Comunicação Social.

b) Científico-técnica: Inicia-se na primeira metade da década de 60 e consolida-se no final da mesma década, legitimada pelo Parecer nº 631/69, que implantou o currículo em vigor. Caracteriza-se pela introdução nos cursos, de uma orientação calcada no modelo norte-americano de ensino de Comunicação Social. A ênfase recai no tratamento técnico-científico do fenômeno da comunicação. A nível de currículo, são introduzidas matérias que visam a ensinar os fundamentos psicológicos, sociológicos e antropológicos da Comunicação Social além das técnicas de pesquisa, (entre as quais as de análise e conteúdo) de base quantitativa.

O modelo utilizado para descrever o processo da Comunicação Social é a proposta original, porém, formalista, de *Quem diz o que, através de que canal a quem e com que efeitos*, de Harold D. Lasswell.

Introduz-se no currículo um maior número de disciplinas técnicas. Esse fato, aliado a outro – o recrutamento de professores no mercado de profissionais de Comunicação Social, produz nos cursos um movimento pela aquisição e implantação de laboratórios e equipamentos que permitem melhor treinamento técnico. O ensino assume, então, uma conotação pragmática.

Nesta fase, alarga-se o campo de ensino da Comunicação Social. O currículo implantado em 1969, sensível às demandas impostas pelo crescimento das atividades econômico-industriais, criou habilitações em Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, e em Editoração. Conservou, no entanto, uma orientação gutemberguiana, conferindo excessivo peso às matérias destinadas à preparação de profissionais para veículos impressos.

c) Crítico-reflexiva: Depois do acelerado crescimento da década anterior e do começo da atual, o sistema de ensino de Comunicação Social entra num ritmo de crescimento moderado. Embora ainda sofram as conseqüências da expansão explosiva do período anterior, como falta de professores qualificados, desorganização administrativa, baixo nível de ensino e deficiências de equipamentos e laboratórios, as escolas começam a adquirir as condições de tranquilidade necessárias ao desenvolvimento da reflexão. Ao lado da preocupação com a eficiência ainda não atingida do treinamento profissional, desenvolve-se com efeito, o nível da reflexão teórica. Tendo a Comunicação Social perdido o caráter de novidade, ou de moda, pode-se, agora, graças à experiência adquirida pelas escolas e pelo surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação em nível de mestrado, avaliar o seu correto significado e importância dentro da sociedade. É forçoso reconhecer tratar-se de tendência que irá acentuar nos próximos anos. Mas, a rigor, não se pode falar ainda em preocupação teórica para grande parte do sistema de ensino, que continua a consumir suas melhores energias no esforço de aquisição de condições mínimas de funcionamento.

Justificativa – A Comunicação Social estabelece o relacionamento entre o homem e homem, família e família, cidade e cidade, estado e estado, Nação e Nação; mantém a paz e constrói o Mundo, ou excita os povos, levando-os à guerra e à destruição.

Dá a eminência do ensino da Comunicação Social e o cuidado que se deve ter ao propor-se um currículo base, no preparo do homem que será o instrumento gerador da paz ou da guerra, através de seus veículos próprios de comunicação.

Depois de alcançarmos mais de cinco dezenas de cursos de Comunicação Social e de assistir a uma evolução gigante dos meios de comunicação e sua metodologia própria, não poderia o Conselho Federal de Educação colocar-se à margem de todo esse processo. Decidiu-se então pela reformulação do currículo mínimo do curso, pelo estudo das respectivas habilitações e pela indicação, em grau mínimo, de um instrumental próprio do aprendizado.

Decidida pelo Conselho Federal de Educação a reformulação do currículo mínimo, designado o relator, este passou à pesquisa e à reformulação.

Correspondência foi endereçada às universidades brasileiras e outros solicitando colaboração. Resposta veio das seguintes universidades: Fundação Universidade do Maranhão, Universidade Federal da Bahia, Universidade de São Paulo, Faculdade de Comunicação Hélio Alonso, Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade de Mogi das Cruzes, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e Instituto Metodista do Ensino Superior. A eminente professora Lena Castello Branco Ferrreira Costa ofereceu valiosa contribuição.

Dirigiu-se o relator à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação – ABEPEC, de quem recebeu valiosa colaboração. Realizou a ABEPEC o Seminário Nacional sobre Estrutura do Ensino de Comunicação Social de 26 a 30 de outubro de 1975, em Águas de São Pedro, Estado de São Paulo, durante o qual o relator colocou diante dos profissionais de Comunicação, o problema da reformulação do currículo mínimo. Para tanto, com o apoio do professor Edson Machado de Sousa, diretor do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura, a ABEPEC reuniu, no período de 27 a 31 de maio de 1976, em Brasília, um grupo de especialistas selecionados, conforme os seguintes critérios: representação das regiões onde o ensino de Comunicação Social adquiriu maior importância, e representação das diversas áreas de estudos.

O grupo ficou, assim constituído: prof. José Salomão David Amorim, presidente da ABEPEC; prof. Eduardo Daitay Bezerra de Menezes, Universidade Federal do Ceará; prof. Francisco Henrique Diana de Araújo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul; prof. José Tavares de Barros, Universidade Federal de Minas Gerais; profa. Nely de Camargo, Universidade de São Paulo; prof. Othon Fernando Jambeiro Barbosa, Universidade Federal da Bahia; prof. Roberto do Amaral Vieira, Universidade Federal do Rio de Janeiro; prof. Sérgio Dayrell Porto, Universidade de Brasília; estudante Luís José Magalhães Joca, Representação Estudantil do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Ceará.

A este grupo de eminentes educadores, mais o representante estudantil pela contribuição que ofereceu, quanto à situação do problema e à indicação de algumas linhas-mestres para sua reformulação, o relator endereça seu apreço e seus melhores agradecimentos.

Após a divulgação restrita da proposta da ABEPEC, recebeu o relator direta e indiretamente, a crítica construtiva de educadores e técnicos do setor, bem como de organizações e escolas envolvidas em Comunicação Social.

E todo o material proveniente da ABEPEC e da crítica que ele recebeu de vários pontos do País e que alcançou o relator, foi colocado perante outro grupo de trabalho, agora, escolhido por ele próprio na cidade de São Paulo: Jaci Correia Maraschin, Editoração, Presidente; Eli Eser Barreto Cesar, Filosofia; Reinaldo Brose, Rádio e TV; José Marques de Melo, Fundamentos Científicos da Comunicação; Antônio Carlos Ruótulo, Jornalismo; Marisete de Oliveira, Relações Públicas; José A. Daniello e Francisco Morel, Propaganda e Publicidade.

Este grupo realizou várias reuniões e depois de extensa pesquisa, apresentou ao relator um ante-projeto de currículo mínimo e as emendas das matérias. Trabalha, atualmente, na indicação dos laboratórios e instrumental próprio para as habilitações que foram sugeridas e aceitas pelo relator.

A esse grupo, muito deve o relator pelos ingentes esforços realizados.

## 2. Diretrizes

A proposta do currículo mínimo do curso de graduação em Comunicação Social teve a presidi-la a necessidade da formação profissional que, além de habilitado ao desempenho eficiente de suas funções, pudesse intervir no processo social como agente de transformações. O comprometimento com a realidade e a cultura brasileira deverá assegurar, sobretudo, a preocupação permanente, em todo o curso, de aliar a formação teórica ao aspecto prático do ensino e ao fornecimento ao aluno, do instrumental teórico e técnico de intervenção.

Pretende-se a formação de profissional habilitado a utilizar e modificar as técnicas de Comunicação Social e, com elas, a partir de uma visão histórico-crítica, não apenas atuar, mas atuar como agente de transformação e desenvolvimento da sociedade em que está inserido, sem perda de uma visão humanística e universal, sem o que a universidade carece de sentido.

Pretende-se o rompimento com a tendência à formação de profissionais que, embora capacitados à manipulação tecnológica, têm-se revelado despreparados para intervir no quadro de realidade política e cultural de seu País. Em uma via de rigorosa coerência, entende-se a Comunicação Social em uma sociedade em desenvolvimento como uma das formas mais eficazes de intervenção social para o desenvolvimento, sem prejuízo do papel que o comunicador social desempenha nas relações de Estado. A UNESCO, aliás, projeta idêntica perspectiva ( \*) *in verbis*:

*"A comunicação é indispensável para esforço do Homem no sentido de melhorar a qualidade de vida. Afeta a sua produtividade, a sua expressão pessoal e as suas necessidades de vínculos sociais."*

Nos países menos industrializados, a principal tarefa está em aumentar a participação da população nos assuntos econômicos e nacionais, melhorar seus conhecimentos teóricos e práticos, fundi-los num sentimento nacional e permitir-lhes encontrar sua identidade cultural e pessoal no esforço dirigido para o desenvolvimento nacional. Sem a comunicação, sem o pleno emprego dos modernos meios de comunicação, ao lado das formas mais tradicionais de comunicação social, há poucas esperanças de se alcançar objetivos urgentes em curto tempo, especialmente, quando nesse esforço participam milhões de pessoas.

( \*) *Informe da UNESCO sobre Política e Planejamento da Comunidade - Paris, julho de 1972.*

Na atualidade, os encargos da política e os cidadãos desses países não de prestar a mais alta atenção ao papel que a comunicação desempenha hoje na sociedade, e estudar como pode ela oferecer melhor contribuição, em todos os aspectos do desenvolvimento nacional.

Instrumento de educação permanente, a Comunicação Social tem as funções de:

- 1 — transmitir conhecimentos e veicular valores, de modo a assegurar ao homem da cidade e do campo o direito que tem, de acesso à informação;
- 2 — refletir as manifestações culturais, nacionais e regionais;
- 3 — difundir as nossas tradições culturais, asseguradoras da identidade nacional, veiculando, também, outras formas de expressão que fazem parte do patrimônio cultural da Humanidade;
- 4 — contribuir para a elevação dos padrões de bem-estar econômico e social de todo o povo;
- 5 — ampliar e difundir formas coletivas e individuais de lazer e entretenimento;
- 6 — reforçar e preservar nosso patrimônio artístico, favorecendo seu crescimento, mediante o estímulo à inovação e à criatividade;
- 7 — apresentar e discutir amplamente os problemas da sociedade;
- 8 — promover a participação, na sociedade nacional, das populações marginalizadas, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Cultura, especialmente, no item 6 do capítulo "Diretrizes".

Para oferecer viabilidade a essas funções, deverão desenvolver conhecimentos específicos necessários à identificação e à superação dos problemas de comunicação da sociedade brasileira contemporânea, habilitando o Comunicador Social, de posse de um conjunto de profissões, estruturalmente interligadas, mas funcionalmente diversificadas, ao desempenho do papel que lhe cabe. Esse objetivo poderá ser alcançado mediante:

- a) assimilação do instrumental indispensável à avaliação histórico-crítica da sociedade brasileira, mediante o estudo de formação econômica, política, social e cultural do País;
- b) desenvolvimento do conhecimento científico necessário à compreensão dos fenômenos da comunicação;
- c) estudo e desenvolvimento dos processos de produção e dos usos coletivos dos meios de comunicação;
- d) pesquisa, desenvolvimento e controle das tecnologias próprias da comunicação;
- e) proposição de problemáticas e desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada, adequadas às necessidades de condições do País e da escola;
- f) estímulo ao desenvolvimento de práticas baseadas na criatividade;
- g) desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades relativos à Comunicação Social em sua dimensão artística ou estética.

No ensino da Comunicação Social, a universidade brasileira deverá, portanto, considerar "o respeito às diferenciações da Cultura Brasileira, oriundas da formação histórica e social do País, procurando relacioná-las no seu próprio contexto", na forma, aliás, do Plano Nacional de Cultura.

Assim, entende-se Comunicação Social como o processo ou ação de pôr em comum informações, conhecimentos, atitudes e valores, através da produção e uso coletivo de sistemas semióticos, e do desenvolvimento de tecnologias que levam à cooperação ou conflito, dominação ou diálogo.

O estudo e a prática desse processo têm implicações necessariamente com os diferentes níveis científicos de sua análise, com a dimensão artística e técnica da produção e circulação das mensagens, e com a visão dialética das trocas de informação, que decorre de sua natureza multilateral: a Comunicação é uma via de duas mãos.

## 3. Estrutura sugerida para o currículo mínimo

A proposta de currículo mínimo do curso de graduação em Comunicação Social em termos de anteprojeto de resolução anexa a este parecer, foi organizada face às sugestões apresentadas pelo grupo de trabalho liderado pelo Professor Jaci Correia Maraschin, que examinou todas as contribuições recebidas pelo relator.

A sugestão de alteração do currículo mínimo vigente, mencionada na Resolução nº 11/69-CFE, é a seguinte:

- a) Matérias de Fundamentação Geral Humanística
- 1 — Problemas Sócio-culturais e Econômicos Contemporâneos;
- 2 — Sociologia;
- 3 — Psicologia;

- 4 – Antropologia Cultural;
- 5 – Cultura Brasileira;
- 6 – Língua Portuguesa.

b) **Matérias de Fundamentação Específica**

- 1 – Teoria da Comunicação;
- 2 – Comunicação Comparada;
- 3 – Sistemas de Comunicação Social no Brasil;
- 4 – Estética e Comunicação de Massa.

c) **Matérias de Natureza Profissional**

- 1 – Técnicas de Codificação;
- 2 – Técnicas de Produção e Difusão;
- 3 – Deontologia dos Meios de Comunicação;
- 4 – Legislação dos Meios de Comunicação;
- 5 – Técnicas de Administração;
- 6 – Técnicas de Mercadologia.

As disciplinas constantes das áreas "a" e "b" formam o tronco comum do curso, enquanto as disciplinas componentes da área "c" devem necessária e especificamente ser aplicadas ao respectivo campo profissional.

A distribuição da carga horária no currículo pleno de cada habilitação deverá obedecer, a juízo das respectivas escolas, à seguinte proporcionalidade entre as diferentes áreas de formação: a) Matérias de Fundamentação Geral Humanística – 30%; b) Matérias de Fundamentação Específica – 30%; c) Matérias de Natureza Profissional.

## II – CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Currículos de Área de Ciências Humanas, aprova o parecer do relator relativo ao novo currículo do curso de Comunicação Social, com habilitações em Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio e Televisão, e Cinematografia.

Sala das Sessões, em 8 de fevereiro de 1977 – Esther de Figueiredo Ferraz – Presidente *ad hoc*, B.P. Bittencourt – Relator, Maria Antônia Mac Dowell, Antônio Martins Filho, Eurides Brito da Silva.

## III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE REVISÃO DOS CURRÍCULOS

A Comissão Central de Revisão de Currículos, tendo examinado o projeto anexo, de currículo mínimo do curso de graduação em Comunicação Social apresentado pela comissão especial correspondente, e relatado pelo conselheiro B.P. Bittencourt, é de parecer que o projeto atende às exigências para regular a matéria, recomendando sua aprovação pelo plenário, com as emendas aprovadas pela própria comissão central.

Sala das Sessões, em 8 de fevereiro de 1977 – Newton Sucupira; J.C. Milano; Tarcísio Meirelles Padilha; Edson Machado de Sousa.

### PROJETO DE RESOLUÇÃO

*Fixa o currículo mínimo para o curso de Comunicação Social.*

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de atribuição legal e nos termos do Parecer nº 1.203/77, resolve:

Art. 1º – A formação de profissionais para as atividades de Comunicação Social se fará, em nível de graduação, através de curso regular, de que resultará o grau de bacharel em Comunicação Social, com as seguintes habilitações: a) Jornalismo; b) Publicidade e Propaganda; c) Relações Públicas; d) Rádio e Teledifusão; e) Cinematografia.

Art. 2º – Integram o currículo mínimo para o curso de Comunicação Social as seguintes matérias:

- a) **Matérias de Fundamentação Geral Humanística:**
  - 1 – Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos;
  - 2 – Sociologia;
  - 3 – Psicologia;
  - 4 – Antropologia Cultural;
  - 5 – Cultura Brasileira;
  - 6 – Língua Portuguesa.

b) **Matérias de Fundamentação Específica:**

- 1 – Teoria da Comunicação;
- 2 – Comunicação Comparada;
- 3 – Sistemas de Comunicação no Brasil;
- 4 – Estética e Comunicação de Massa.

c) **Matérias de Natureza Profissional:**

- 1 – Técnicas de Codificação;
- 2 – Técnicas de Produção e Difusão;
- 3 – Deontologia dos Meios de Comunicação;
- 4 – Legislação dos Meios de Comunicação;
- 5 – Técnicas de Administração;
- 6 – Técnicas de Mercadologia.

§ 1º – As matérias mencionadas nas alíneas "a" e "b" são comuns a todas as habilitações, e as constantes da alínea "c" devem ser, especificamente, aplicadas ao respectivo campo profissional, conforme o elenco discriminado no art. 1º, constantes nas ementas do anexo I.

§ 2º – Para a organização do programa de cada disciplina, deverão ser observados os conteúdos mínimos fixados nas ementas do anexo I, que integram esta resolução, e os desdobramentos que porventura venham a ser efetuados deverão tomar como ponto de referência os conteúdos mínimos fixados nas ementas respectivas.

§ 3º – A distribuição seqüencial das disciplinas no currículo pleno deverá observar o critério de maior concentração das Matérias de Fundamentação Geral Humanística e das Matérias de Fundamentação Específica na primeira metade da duração do curso, e das Matérias de Natureza Profissional na segunda metade.

Art. 3º – Na elaboração do currículo pleno do curso, poderão os estabelecimentos de ensino desdobrar as matérias do currículo mínimo, bem como acrescentar outras que julguem indispensáveis, atendendo sempre às características sócio-culturais e ocupacionais da região, as possibilidades da escola e o interesse dos alunos.

Art. 4º – O último semestre do curso será reservado, exclusivamente, a atividades profissionais supervisionadas, sob a forma de projetos experimentais na própria instituição e de treinamento nas empresas ou órgãos públicos, este sob a forma de estágios supervisionados.

§ 1º – A estruturação dos projetos experimentais deve corresponder à natureza específica de cada habilitação discriminada no art. 1º, sendo recomendável uma adaptação, às condições do mercado de trabalho local e regional.

§ 2º – O estágio supervisionado, desenvolvido pelos alunos sob a orientação dos professores e monitores, deve estar voltado para a realização de uma prática profissional intensiva, sendo indispensável, também, a avaliação crítica dos trabalhos realizados como ponto de apoio para gerar uma tecnologia nacional de Comunicação Social.

§ 3º – A carga horária, destinada às atividades profissionais supervisionadas, nunca será superior a 10% da carga horária total do currículo pleno e constituirá um período adicional de treinamento, não se incluindo, portanto, na distribuição proporcional das áreas de formação, tal como prevê o parágrafo único do art. 5º.

Art. 5º – Os cursos de Comunicação Social, ministrados num período mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos com um termo médio de 4 (quatro) anos, deverão ter uma carga horária mínima de 2.200 horas/aula, que inclui as atividades de estágio supervisionado e excluído o tempo reservado a EPB e Educação Física.

Art. 6º – As universidades que mantenham curso reconhecido de Comunicação Social com habilitação em Editoração, podem continuar a mantê-lo, ou adaptá-lo aos termos desta resolução.

Art. 7º – O presente currículo mínimo entra em vigor no ano letivo de 1979.

§ 1º – As instituições de ensino de Comunicação Social poderão fazer adaptações curriculares, a seu critério, mantidas as exigências dos currículos mínimos anteriores, para os alunos admitidos à matrícula inicial, antes de 1979.

§ 2º – No decorrer de 1978, as instituições de ensino encaminharão à apreciação do CFE os anexos de seus regimentos devidamente adaptados a esta resolução.

Art. 8º – Revogam-se as disposições em contrário.

## ANEXO I

### EMENTAS

#### MATÉRIAS DE FUNDAMENTAÇÃO GERAL HUMANÍSTICA

1. Problemas Sócio-Culturais e Econômicos Contemporâneos: Focalização científica dos principais problemas sócio-culturais e econômicos, enfrentados por diferentes países, principalmente pelos que integram a comunidade latino-americana.

2. Sociologia: Conceitos básicos de Sociologia. Noções de sistemas sociais, estratificação social e interação social.

3. Psicologia: Temas relacionados com a motivação e aprendizagem do comportamento, acentuando os fenômenos psico-sociais da comunicação humana.

4. Antropologia Cultural: A cultura humana nas sociedades, mostrando os processos que levaram à modificação do meio cultural numa perspectiva histórica. Semelhanças e diferenças de comportamento para sublinhar as características das manifestações culturais e dos processos de estabilidade, mudança e desenvolvimento que aí se verificam.

5. Cultura Brasileira: Tendência da cultura brasileira, em relação com suas origens e desenvolvimento histórico. Produção de bens culturais, a cultura de massa e a indústria cultural.

6. Língua Portuguesa: Revisão da gramática e aprimoramento da redação, bem como da linguagem moral com a finalidade de desenvolver a linguagem escrita e falada como instrumento de Comunicação Social.

#### MATÉRIAS DE FUNDAMENTAÇÃO ESPECÍFICA

1. Teoria da Comunicação: Estudo científico da comunicação, incluindo seus processos e efeitos; exames do papel que aí ocupa a Semiologia.

2. Comunicação Comparada: A Comunicação Social no mundo contemporâneo. Sistema de controle dos meios de Comunicação Social e papel que hoje assumem no processo de desenvolvimento dos povos.

3. Sistemas de Comunicação Social no Brasil: Formação e desenvolvimento dos sistemas brasileiros de comunicação na área da cultura, do espaço, e da utilidade, e sua comparação com os padrões internacionais de cada sistema.

4. Estética e Comunicação de Massa: Fenômenos estéticos relacionados, principalmente, com a cultura de massa, a produção e o seu consumo. Caracterização da mensagem estética presente nos diversos produtos levados ao público pelos meios de comunicação de massa.

#### MATÉRIAS DE NATUREZA PROFISSIONAL

##### – JORNALISMO

1. Técnicas de Codificação em Jornalismo: Linguagem jornalística: técnicas de captação, redação e edição dos fatos noticiáveis, além do treinamento para a análise comparativa dos padrões de Jornalismo Brasileiro.

2. Técnicas de Produção e Difusão em Jornalismo: Técnicas de produção no Jornalismo gráfico e no Jornalismo audiovisual. Técnicas de difusão extensiva e intensiva aplicadas ao Jornalismo nacional.

3. Deontologia dos Meios de Comunicação: Análise do comportamento social do Comunicador Social e suas responsabilidades éticas no exercício da profissão.

4. Legislação dos Meios de Comunicação: Legislação dos meios de comunicação do País. Análise comparativa com a legislação de outros países.

5. Técnicas de Administração em Jornalismo: A estrutura administrativa da empresa jornalística, sua caracterização econômica e estratégias.

6. Técnicas de Mercadologia em Jornalismo: Análise do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão de empresas jornalísticas.

##### – PUBLICIDADE E PROPAGANDA

1. Técnicas de Codificação em Publicidade e Propaganda: Técnicas de criação de mensagem publicitária e de informação, argumentação e motivação na estratégia publicitária, com atenção especial à linguagem da propaganda política, econômica e institucional.

2. Técnicas de Produção e Difusão em Publicidade e Propaganda: Técnicas de composição e impressão, de produção do anúncio e do planejamento de campanhas. Veiculação, atendimento e avaliação do retorno possível.

3. Deontologia dos Meios de Comunicação: Análise dos códigos de ética publicitária no Brasil e no Exterior.

4. Legislação dos Meios de Comunicação: Legislação nacional sobre publicidade e propaganda, incluindo a Lei nº 4.680/65 e seus instrumentos complementares. Comparação com a legislação internacional na matéria.

5. Técnicas de Administração em Publicidade e Propaganda: Técnicas administrativas aplicadas à publicidade e administração de agências e departamentos de publicidade.

6. Técnicas de Mercadologia em Publicidade e Propaganda: Análise do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão das agências de publicidade.

##### – RELAÇÕES PÚBLICAS

1. Técnicas de Codificação em Relações Públicas: Retórica e persuasão nas mensagens de relações públicas, com ênfase em técnicas de redação, de "pressrelease", publicações internas e outras.

2. Técnicas de Produção e Difusão em Relações Públicas: Técnicas de produção gráfica e de utilização de recursos audiovisuais de cerimonial e protocolo, de planejamento e execução de atividades de Relações Públicas, tais como campanhas, reuniões e eventos.

3. Deontologia dos Meios de Comunicação: Análise do comportamento social do Comunicador Social e suas responsabilidades éticas no exercício da profissão.

4. Legislação dos Meios de Comunicação: Legislação brasileira dos meios de comunicação. Análise comparativa com a legislação de outros países.

5. Técnicas de Administração em Relações Públicas: Técnicas administrativas aplicadas a Relações Públicas.

6. Técnicas de Mercadologia em Relações Públicas: Análise do mercado para posicionar os elementos de Relações Públicas na sociedade de consumo.

##### – RÁDIO E TELEDIFUSÃO

1. Técnicas de Codificação em Rádio e Televisão: Caracterização dos veículos rádio e televisão para estudar a linguagem do som e imagem, e o planejamento das mensagens de entretenimento, educacionais e de divulgação científica.

2. Técnicas de Produção e Difusão em Rádio e Televisão: Elementos humanos e técnicas de produção e difusão, incluindo som, montagem da fita sonora, material gráfico visual, movimentos, cenários, iluminação, etc., e as diferentes modalidades de difusão.

3. Deontologia dos Meios de Comunicação: Análise do comportamento social do Comunicador Social e suas responsabilidades éticas no exercício da profissão.

4. Legislação dos Meios de Comunicação: Estudo da legislação brasileira dos meios de comunicação. Análise comparativa com a legislação de outros países.

5. Técnicas de Administração em Rádio e Televisão: Técnicas administrativas aplicadas às empresas de rádio e televisão.

6. Técnicas de Mercadologia em Rádio e Televisão: Análise do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão das empresas de rádio e televisão.

## – CINEMATOGRAFIA

1. Técnicas de Codificação em Cinema: Iniciação à linguagem como estudo específico do movimento, montagem, profundidade de campo, diálogo, espaço e tempo (linguagem cinematográfica).

2. Técnicas de Produção e Difusão em Cinema: Técnicas de leitura crítica – processo técnico e gráfico – e da realização de filmes, merecendo particular atenção o do campo documentário de curta metragem e o da pesquisa em cinema. Distribuição do produto fílmico e análise da produção cinematográfica brasileira.

3. Deontologia dos Meios de Comunicação: Análise do comportamento social do Comunicador Social e suas responsabilidades sócio-culturais no exercício da profissão.

4. Legislação dos Meios de Comunicação: Legislação brasileira dos meios de comunicação. Análise comparativa com a legislação de outros países.

5. Técnicas de Administração em Cinema: Técnicas administrativas aplicadas às empresas cinematográficas.

6. Técnicas de Mercadologia em Cinema: Análise do mercado como elemento capaz de permitir o equilíbrio ou a expansão das empresas cinematográficas.

## ANEXO II

Exigências de instalações e equipamentos para as disciplinas profissionais do curso de Comunicação Social – aditamento ao currículo mínimo aprovado pelo Parecer nº 1.203/77.

Pelo Parecer nº 1.203/77, este Conselho aprovou o currículo mínimo do curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão e Cinematografia.

Acompanharam o parecer mencionado as ementas das matérias que o compõem.

É necessário, no entanto, que se façam exigências quanto a laboratórios, estúdios e aparelhamento, de modo a permitir que a parte prática do curso se desenvolva sem maiores dificuldades, dando ao formando os elementos indispensáveis ao bom exercício da profissão.

É o que este parecer visa a propor. Consultados especialistas nas várias áreas cobertas pelas respectivas habilitações, chegaram, relator e comissão de currículo, à conclusão de que as indicações seguintes representam o mínimo indispensável à formação do profissional da Comunicação Social.

Certamente, as dimensões dos laboratórios, qualidade e quantidade do aparelhamento que cada unidade necessita, corre por conta da abundância de recursos que possua. Há, no entanto, um mínimo a se exigir que as respectivas comissões verificadoras, compostas de especialistas, terão o bom-senso de indicar a este conselho.

As entidades que vierem a pleitear novas habilitações, deverão de possuir os laboratórios, salas e estúdios indicados e, neles, o aparelhamento que permita a prática tranqüila dos alunos que se matriculam em função das vagas autorizadas.

Os cursos, já em funcionamento, terão o máximo de dois anos para colocar-se em termos das exigências deste parecer, exigências que, cumpridas, devem ser comunicadas a este conselho e, ao DAU, este para verificar sua suficiência.

Para a realização dos trabalhos laboratoriais requeridos pelas disciplinas profissionais, bem como para a manutenção dos projetos experimentais previstos na respectiva resolução, cada estabelecimento mantenedor do curso de Comunicação Social deve possuir os equipamentos mínimos a seguir discriminados:

a) Para a habilitação em Jornalismo: Redação Modelo, Oficina Gráfica, Sala de Diagramação, Laboratório Fotográfico, Laboratório de Rádio, Tele e Cinejornalismo, Hemeroteca.

b) Para a habilitação em Publicidade e Propaganda: Redação Modelo, Laboratório de Planejamento Gráfico, Laboratório de Comunicação Audiovisual, Oficina Gráfica, Laboratório de Pesquisas Mercadológicas, Laboratório Fotográfico.

c) Para a habilitação em Relações Públicas: Redação Modelo, Laboratório de Planejamento Gráfico, Laboratório de Comunicação Audiovisual, Laboratório de Pesquisa de Opinião Pública, Laboratório Fotográfico.

d) Para a habilitação em Rádio e Televisão: Redação Modelo, Laboratório Fotográfico, Laboratório de Comunicação Visual, Estúdio de Rádio, Estúdio de Televisão, Discoteca e Arquivo de Tapes e Fitas gravadas.

e) Para a habilitação em Cinematografia: Laboratório de Filmagem, Laboratório de Montagem e Sonorização, Laboratório Fotográfico, Laboratório de Comunicação Visual, Laboratório de Animação Cinematográfica, Fimoteca, Sala de Exibição Cinematográfica.

A adaptação dos atuais laboratórios dos cursos de Comunicação Social deverá ser feita, nos termos do presente parecer, até o início do ano letivo de 1979, devendo comunicá-la ao CFE para efeito de fiscalização pelo DAU.

## III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Currículo da Área de Ciências Humanas aprova o parecer do relator relativo ao instrumental mínimo para a prática das disciplinas profissionais do curso de Comunicação Social com habilitações em: a) Jornalismo; b) Publicidade e Propaganda; c) Relações Públicas; d) Rádio e Televisão; e) Cinematografia.

Sala das Sessões, em 7 de março de 1977 – Esther de Figueiredo Ferraz – Presidente *ad hoc*; B.P. Bittencourt – Relator; Maria Antônia Mac Dowell; Antônio Martins Filho; Eurides Brito da Silva.

## IV – DECISÃO DO PLENÁRIO

O plenário do Conselho Federal de Educação, acolhendo o Processo nº 11.005/74, originário da Comissão Central de Revisão de Currículos, deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer e o projeto de resolução, que fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Comunicação Social.

## LEGISLAÇÃO CITADA

(I) LEI Nº 5.540 – DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968

*Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.*

Art. 26 – O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e outros necessários ao desenvolvimento nacional.

## MEC / CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

Aprovação do Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social.  
CCC – Par. nº 480/83, aprovado em 6-10-83 (Proc. nº 1.623/80)

### I – RELATÓRIO

#### 1. Preliminares

1.1. Por despacho do Senhor Presidente da Comissão Central de currículos, foi-nos distribuído, em 2 de dezembro último, para relatar, o processo em epígrafe, que contém projeto de novo currículo para o curso de Comunicação Social, decorrente da Indicação nº 6/80-CFE, de iniciativa do Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza.

1.2. A indicação foi objeto de exame preliminar no Parecer nº 1.056/80-CFE da lavra do Conselheiro Dom Luciano José Cabral Duarte, cuja conclusão foi aprovada pelo Plenário nos seguintes termos, verbis:

*“IV – Decisão do Plenário*

*O Conselho Federal de Educação, reunido em sessão plena, nesta data, acolhendo o Processo nº 1.623/80, originário da Câmara de Ensino Superior, 2º Grupo, deliberou, por maioria, aprovar a conclusão da Câmara, no sentido de aprovar a Indicação nº 6/80, do ilustre Conselheiro Paulo Nathanael Pereira de Souza, a fim de que o Conselho Federal de Educação constitua um grupo de trabalho, incluindo profissionais da área de Comunicação Social, para uma revisão em profundidade do assunto em foco, dentro do prazo de 12 (doze) meses” (Cf. Documento nº 239, pp. 111/115).*

1.3. Em cumprimento à decisão plenária, o Presidente do Conselho baixou a Portaria nº 179/80, nomeando comissão constituída dos Conselheiros Maria Antônia Amazonas Mac Dowell, Júlio Gregório Garcia Morejón, Paulo Nathanael Pereira de Souza, e dos Professores Florivaldo Matos, José Salomão David de Amorim e Nicola Boar, para, sob a presidência do que fosse por eles eleito, procederem ao estudo do currículo do curso de Comunicação Social e demais recomendações do Parecer nº 1.056/80-CFE.

1.4. A Comissão Especial, sob a presidência do Conselheiro Júlio Gregório Garcia Morejón, desincumbiu-se de forma primorosa da tarefa que lhe foi confiada, apresentando, na conclusão de suas atividades, documento-síntese, nascido do consenso de seus integrantes, contendo itens e sugestões demorada e democraticamente debatidos e votados em suas reuniões.

O documento apresentado traduz, assim, a opinião predominante das categorias profissionais, das escolas, professores e alunos, bem como das empresas do setor da Comunicação Social, conforme se verifica pela leitura da copiosa documentação acostada aos autos.

#### 2. Do Mérito

##### 2.1. Antecedentes

Em 35 anos de existência, o ensino de Comunicação Social no Brasil passou por várias fases. A primeira, de seu início em 1946 até a década de 60, de caráter humanístico por ter como parâmetro o estilo de formação humanística clássica, de inspiração européia, que dava ênfase aos estudos dos aspectos filosóficos, históricos e literários do jornalismo e às matérias de cultura geral. A segunda fase, predominante na década de 60, baseada na tradição de ensino norte-americana, caracterizava-se pela ênfase ao estudo da Comunicação

mediante o enfoque funcionalista e empírico. Nesta fase, respondendo à demanda de novos profissionais, resultante do fortalecimento do processo de industrialização, incorpora-se ao ensino do jornalismo impresso, o da publicidade e o de relações públicas. É dada também ênfase ao ensino técnico e instrumentalizante.

Acompanhando a tendência geral do ensino superior, sensível às pressões por vagas na universidade, amplia-se consideravelmente o número de cursos de Comunicação. Uma terceira fase se inaugura nos primeiros anos da década de 70, marcada pela preocupação com os aspectos teóricos da Comunicação e com a superação e crítica dos modelos teóricos importados nas etapas anteriores, considerados insuficientes para explicar a realidade da comunicação em países em desenvolvimento. O esforço neste sentido possibilitou considerável avanço das reflexões, traduzidas em teses, livros, artigos e em acentuada melhoria do ensino teórico.

É necessário frisar que a divisão acima tem valor relativo, uma vez que a tendência para um modelo ou sua predominância numa fase não impedem a vigência do modelo anterior. Diferentes modelos coexistem nos diversos momentos. Assim, a fase atual, sem excluir a presença de elementos das anteriores, é marcada pelas seguintes características:

2.1.1. Desde o final da década de 70, acentuaram-se as críticas de setores empresariais, secundadas por setores oficiais, ao ensino de Comunicação. Alguns defendiam a extinção pura e simples dos cursos de Comunicação, por não considerarem necessária a formação de profissionais em cursos específicos de Comunicação. Esse ponto-de-vista chegou a sensibilizar certas áreas, preocupadas com o fechamento do mercado de trabalho em geral para profissionais de formação superior, devido às dificuldades econômicas do País. Argumentava-se que o requisito essencial para o desempenho da profissão de comunicador era o bom conhecimento da realidade social em seus múltiplos aspectos: político, cultural, econômico, científico etc.

O conhecimento dessa realidade permitiria representá-la adequadamente mediante o uso de um referencial simbólico — as técnicas e linguagens próprias dos vários meios e atividades de Comunicação com que operava. Quanto a estas técnicas e linguagens, poderiam ser perfeitamente dominadas através da prática profissional, nos próprios meios e atividades de Comunicação, dispensando-se, portanto, a escola para sua aprendizagem. Contra esta tese se mobilizaram os setores acadêmicos e profissionais, os quais apontavam o caráter incompleto destes argumentos e defendiam, ao mesmo tempo, os cursos da Comunicação. Concordavam que o profissional da Comunicação precisa conhecer a realidade social em que vai intervir e também as técnicas e linguagens de sua profissão, mas — e era a primeira observação — este conhecimento não se deve limitar às técnicas consagradas pelo uso. Deve contemplar a possibilidade de se transcender as práticas usuais, pela pesquisa e criação de novos recursos expressivos, sendo os cursos de Comunicação o ambiente adequado para isto. É também dentro dos cursos de Comunicação que se poderá dedicar um esforço substantivo a um terceiro aspecto necessário à formação do comunicador, negligenciado pelos críticos dos cursos: trata-se de aprofundar o conhecimento sistemático dos meios de comunicação social (rádio, televisão, jornais, revistas) e as atividades de comunicação (publicidade e relações públicas), que assumiram importância fundamental na sociedade, tornando-se em decorrência indispensável conhecer e investigar a maneira como se organizam, funcionam, se articulam com as demais instituições e influem nos comportamentos individuais e coletivos. O comunicador necessita compreender o significado de seu trabalho e o significado do trabalho das instituições de comunicação dentro da sociedade.

2.1.2. Outras críticas, estas coincidindo com as que há anos vinham sendo feitas por professores, estudantes e profissionais, diziam respeito à qualidade do ensino ministrado nos cursos de Comunicação. Dirigiam-se aos seguintes aspectos: precariedade de instalações das escolas, falta de equipamentos, desatualização das bibliotecas, condições de trabalho inadequadas e falta de oportunidade de aperfeiçoamento profissional para o corpo docente, falta de autonomia das escolas nas práticas curriculares e em outras questões de organização dos cursos etc.

2.1.3. A essas críticas, somou-se uma terceira ordem de restrições de caráter conceitual, propostas por professores. Reexaminando a fase anterior de precupação com os aspectos teóricos da Comunicação, considerou-se que ela permitiu lançar os fundamentos para a elaboração de uma teoria da Comunicação adequada à realidade brasileira e latino-americana, mas levou a um distanciamento indesejável na prática que, em certa medida, passou a ser considerada "atividade menor". Por outro lado, a preocupação, sem a necessária fundamentação na prática, impediu e retardou o encontro pela Comunicação de seu objeto. Daí a Comunicação não ter encontrado ainda seu objeto específico, o que só será possível através da prática. Seria, portanto, uma crise de identidade. O caminho para a superação da presente situação estaria na reabilitação da prática, com uma diferença das etapas anteriores: agora não mais a prática intuitiva e cega, o aprendizado mimético, mas uma práxis, assim entendida a prática que remete ao questionamento teórico e vice-versa.

## 2.2. Os Trabalhos da Comissão

2.2.1. Ao iniciar seu trabalho, a Comissão Especial dedicou fazer um levantamento da situação dos cursos e ouvir os setores interessados na questão da formação profissional; a comunidade acadêmica (diretores de escolas, corpos docentes e discentes) e as áreas empresarial e profissional. Isto foi feito através de questionário submetido aos setores interessados, através de outros documentos enviados à Comissão Especial e de contatos pessoais mantidos entre as partes.

2.2.2. No decorrer do primeiro semestre de 1981, houve grande mobilização em defesa dos cursos de Comunicação por parte de estudantes, escolas, professores e profissionais das mais diversas áreas, receosos de seu fechamento. Em consequência, na reunião da Comissão Especial sobre Ensino de Comunicação, de 30 de junho de 1981, foi aprovado, à unanimidade, a seguinte preliminar de trabalho, *verbis*:

*"Não constitui nem constituirá objeto de sua agenda de trabalho qualquer proposta ou intuito de extinção dos atuais cursos de Comunicação, mantendo seu objetivo de desenvolver todos os esforços no sentido de aperfeiçoar a qualidade do ensino, pesquisa e atividade de extensão dos cursos de Comunicação em nível superior".*

Na mesma reunião, decidiu-se solicitar ao Presidente do Conselho a ampliação do número de membros da Comissão, convidando para integrá-la representantes dos estudantes de Comunicação, das escolas de Jornalismo, dos publicitários e dos profissionais de Relações Públicas, Rádio, Televisão e Cinema. A partir de então, a composição da Comissão Especial foi sendo ampliada até chegar a 21 membros.

## 2.3. Diretrizes Curriculares

2.3.1. A Comunicação é um recurso econômico, cultural e político fundamental na sociedade moderna, devendo sua utilização ser objeto de planejamento racional, levando em conta os interesses dos diversos setores da sociedade. As evidências dessa importância são demonstradas pela magnitude dos sistemas de comunicação social instalados, que condicionam e determinam os comportamentos individuais e coletivos.

Nesse sentido, observa-se existirem três áreas cognoscitivas, através das quais adquirem as percepções e valores que orientam os comportamentos:

- a) a vivência direta da realidade;
- b) a experiência intermediada pela ação de grupos como a família, a escola e as comunidades;
- c) a experiência proporcionada pelos meios e atividades de comunicação social.

As percepções e valores adotados são o resultado do confronto entre as experiências vividas das três áreas. Neste confronto, os meios e atividades de comunicação social, por sua onipresença, se afirmam cada vez mais como fonte de formação dos valores. Outra evidência desta importância são as novas tecnologias de Comunicação, produtos

de pesquisa espacial, da Informática e dos avanços em outras áreas de conhecimento, que ampliam os usos da Comunicação e, ao mesmo tempo, a capacidade e velocidade de coleta, armazenamento, produção e circulação de dados e informações de toda espécie na sociedade. Tudo isso suscita hoje um intenso debate internacional e internamente nas Nações sobre as condições em que se devem incorporar as novas tecnologias e serviços de Comunicação.

Em documento preparado para a UNESCO, sobre a formação do Comunicador, especialistas latino-americanos afirmam que a Comunicação é um processo de conhecimento e de interrelação humana que, por sua influência sobre indivíduos e grupos, determina e condiciona o comportamento. A direção desta influência dependerá, no entanto, das características de cada sociedade. Assim, a comunicação social poderá desempenhar "um papel de dinamização ou esclerotização do desenvolvimento integral, de promoção ou impedimento da mudança social, de respeito à identidade cultural dos povos ou de alienação, de racionalização ou distorção do progresso científico e técnico, de democratização econômica e política ou de elitização e concentração da riqueza e do poder, do equilíbrio nas relações internacionais ou de hegemonização-satelitização, conforme quem a use, como a use e para que a use".

Essas circunstâncias conferem responsabilidade especial aos profissionais da área de Comunicação, cujas tarefas prioritárias na sociedade brasileira são de contribuir através das atividades que lhes são próprias, para criar e aperfeiçoar os fundamentos democráticos da sociedade; criar e aperfeiçoar relações sociais fundadas nos critérios de justiça social, mediante, entre outras práticas, a distribuição equitativa dos bens materiais e culturais; ampliar as possibilidades de participação de todas as camadas da sociedade nas decisões que lhes digam respeito; fortalecer o desenvolvimento integral do País, visto este não apenas nos aspectos físicos e econômicos, mas também sociais, políticos e culturais; fortalecer a identidade cultural das diversas camadas da sociedade; fortalecer a autonomia e independência nas relações com as demais Nações, relações estas que devem ser fundadas nos princípios de igualdade e liberdade.

No plano específico da Comunicação, são tarefas do profissional da área contribuir para:

Aperfeiçoar práticas democráticas nas relações de produção de mensagens e nas relações entre os produtores de mensagens com as fontes de informação e o público usuário; desenvolver e ampliar a pesquisa e a reflexão sobre a Comunicação e seu impacto sobre a sociedade; explorar e criar novas possibilidades de expressão artística e cultural através das técnicas e linguagens de comunicação; e explorar novos usos para a comunicação na sociedade.

Para exercer estas tarefas, é necessário dominar um conjunto de conhecimentos que podem ser agrupados em três áreas:

- de *Ciências Sociais*, englobando um conjunto de matérias que permitam ao estudante o conhecimento da realidade social em que vai operar e, ao mesmo tempo, lhe forneçam modelos teóricos e metodológicos para analisar o sistema de produção e os processos de mudança social;
- de *Ciências da Comunicação e da Linguagem*, que lhes permitam conhecer os sistemas de comunicação existentes ou necessários à sociedade, os métodos e modelos teóricos para sua interpretação e as técnicas e linguagem para operá-las;
- de *Filosofia e Arte*, reunindo matérias que permitam ao estudante compreender os aspectos existenciais e estéticos dos fenômenos, além de levá-lo a uma reflexão ética sobre os problemas da ação humana diante dos valores sócio-culturais.

Para possibilitar aos estudantes a aquisição destes conhecimentos, o sistema de ensino de Comunicação deve contar com meios materiais e humanos mínimos na forma de equipamentos, instalações, bibliotecas e recursos humanos.

Deve, por outro lado, organizar adequadamente as relações pedagógicas e institucionais internas dos cursos; destes com os demais organismos na hierarquia educacional e com a comunidade. Neste sentido uma série de medidas e recomendações são propostas no corpo do anteprojeto de Resolução sobre o Currículo Mínimo em pauta.

2.3.2. No que diz respeito ao currículo, nortearam a sua elaboração as seguintes diretrizes:

- 2.3.2.1. incorporar as três áreas de conhecimentos necessários à formação: Ciências Sociais, Ciências da Comunicação e da Linguagem e Filosofia e Arte;



- 2.3.2.2. respeitar o princípio de flexibilidade do ensino;
- 2.3.2.3. ampliar, fortalecer e especificar as matérias técnico-laboratoriais, com objetivo de reforçar as atividades de caráter prático, entendendo-se como tal não a prática meramente imitativa, mas a prática acompanhada da reflexão crítica sobre seu significado;
- 2.3.2.4. recomendar aos cursos que organizem as atividades em torno de projetos, a fim de permitir a integração curricular horizontal e vertical e de se evitar a fragmentação do ensino;
- 2.3.2.5. recomendar o rompimento da tendência à divisão rígida entre matérias teóricas e práticas;
- 2.3.2.6. exigir que os cursos se equipem da maneira mais completa possível;
- 2.3.2.7. incorporar ao currículo novas matérias decorrentes do desenvolvimento de novas áreas dentro da Comunicação;
- 2.3.2.8. recomendar a articulação de uma relação orgânica entre ensino, pesquisa e extensão;
- 2.3.2.9. fortalecer o ensino de Redação em Língua Portuguesa.

## 2.4. Habilitação

Decidiu a Comissão Especial que não trataria da extinção de habilitações, nem abordaria, em seu Relatório, a questão da exigência de bacharelado para o exercício profissional, por ser matéria do âmbito das regulamentações profissionais. Manifesta, porém, sua integral confiança na formação em nível de graduação.

A Comissão Especial recomenda que seja incentivada de todas as formas a implantação da habilitação em *Radialismo (Rádio e TV)*, que substitui, na proposta de Resolução, a habilitação anteriormente denominada *Rádio e Televisão*. As disciplinas técnico-profissionais da habilitação foram fixadas tendo em vista a formação de profissionais para as seguintes atividades e funções: Autor Roteirista, Diretor Artístico ou de Produção, Produtor Executivo, Diretor de Programas, Diretor Musical, Diretor de Programação, Diretor de Imagens, Assistente de Produção, Coordenador de Produção, nos termos do Decreto nº 84.134, de 30-10-79.

Quanto à habilitação em *Editoração*, decidiu a Comissão Especial mantê-la no âmbito do curso de Comunicação Social, em face da importância da indústria livreira no País e por ser prática profissional nitidamente aparentada com as demais habilitações. Julga necessário, no entanto, que se faça um esforço para divulgar as possibilidades do mercado de trabalho para editores, não só de livros como de discos, microfimes, videotextos e outros produtos, bem como o destacado papel cultural que desempenham estes profissionais.

*O Relator, voto vencido, se submete à decisão do Plenário que mudou o nome da habilitação Editoração para Produção Editorial com conseqüente mudança em nome de disciplinas.*

## 2.5. Propostas para a Melhoria do Ensino

### 2.5.1. Condições Acadêmicas

2.5.1.1. O Ensino da Língua Portuguesa — As deficiências observadas neste campo, afetando todas as áreas da universidade, são particularmente sensíveis na de Comunicação Social. Trata-se, aqui, de dar ao ensino do idioma sentido produtivo, mobilizando, para a prática, os conhecimentos descritivos a que o aluno teve acesso no 1º e 2º graus.

2.5.1.2. Trata-se de repassar esses conhecimentos sempre com a perspectiva de um produtor de textos, colocando, além disto, o estudante em contato corrente com as normas em uso, quer provenham de leis ortográficas, de critérios consuetudinários, de procedimentos específicos recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou resultem de condições impostas pelas indústrias gráficas e da mídia eletrônica. Recomenda, assim, a Comissão Especial:

- a) que o ensino da Língua Portuguesa seja ministrado como disciplina prática de redação e expressão oral nos três primeiros períodos do curso, ocupando nunca menos de 60 horas semestrais; e, do quarto ao penúltimo semestre, com a mesma carga horária, haja sempre disciplina do rol de habilitação específica que envolva redação e expressão oral;
- b) que o ensino seja ministrado, nos sete primeiros períodos do curso, para as disciplinas previstas no item a, em laboratórios de redação;

- c) que, nos três primeiros períodos, o ensino da Língua Portuguesa — redação e expressão oral — seja ministrado com ênfase na gramática e na estilística geral do idioma, apoiado em textos de Literatura Nacional dos quais se exigirá a leitura obrigatória. Corresponderão esses três períodos à matéria denominada no currículo Língua Portuguesa;
- d) que, nos quatro períodos subseqüentes, nos quais a Língua Portuguesa — redação e expressão oral — será técnica e específica da habilitação pretendida, exija-se do professor a especialização correspondente.

### 2.5.2. Corpo Docente

Reivindica-se, em linhas gerais, a criação de um plano de capacitação docente em Comunicação Social, bem como medidas de fortalecimento dos programas de pós-graduação *stricto e lato sensu*, com base no amplo levantamento estatístico realizado, no qual se evidencia o predomínio absoluto de professores que dispõem apenas de bacharelado.

### 2.5.3. Fiscalização e Acompanhamento

Observa a Comissão Especial que parte dos problemas encontrados quanto às condições acadêmicas resulta de deficiências na fiscalização do cumprimento das resoluções anteriores relacionadas com os cursos de Comunicação Social e pede aos órgãos responsáveis maior vigilância sobre este ponto.

### 2.5.4. Corpo Discente

A Comissão Especial reivindica, como aspiração ampla das entidades profissionais, que se institua no concurso vestibular, em caráter eliminatório, um nível mínimo de desempenho do candidato na prova de Língua Portuguesa.

### 2.5.5. Corpo Administrativo

O corpo administrativo das escolas deverá incluir o pessoal técnico necessário à operação dos equipamentos dos laboratórios, bem como assegurar a adequada manutenção.

### 2.5.6. Vagas para Profissionais

A Comissão insiste que as escolas recebam, nos seus cursos de Comunicação, independentemente de vagas, podendo para isto criar turmas especiais, os profissionais de nível superior da área de Comunicação Social que disponham de registro definitivo, estejam em exercício e possuam diploma de outro curso universitário. Esta matéria, por sua natureza, é da competência específica da Câmara de Ensino Superior, à qual deve ser encaminhada para o devido exame.

### 2.5.7. Biblioteca e Hemeroteca

Tendo em vista a constatação de que as bibliotecas existentes nas escolas são, de modo geral, muito deficientes, recomenda-se:

- a) que, além do acervo mínimo, com o número de volumes, títulos e periódicos adequados ao efetivo do corpo discente, seja exigida das escolas a atualização permanente desse acervo;
- b) que as hemerotecas, além de jornais e periódicos de interesse geral, necessários às disciplinas técnicas, organizem coleções de publicações especializadas, editadas no Brasil e no Exterior.

## 2.6. Instalações e Laboratórios

### 1. Habilitação em Jornalismo

a) Redação — Máquinas de escrever, uma por aluno em aula, com o máximo de 45 máquinas por sala. Material de consumo constituído de papéis padronizados para meios impressos e eletrônicos. Um ramal telefônico por sala. Um teletipo de agência de notícias.

b) Planejamento Gráfico — Uma prancheta ou mesa de diagramação por aluno em aula. Material de consumo constituído de papel de diagramação, tabelas de conversão de medidas gráficas, catálogos de tipos e o mais que seja necessário para a confecção de diagramas. Uma mesa luminosa por sala, para visão de transparências.

c) Laboratório Fotográfico — (1) Uma máquina fotográfica formato 135, monobjetiva, reflex, com lente cambiável e fotômetro embutido, dispoendo de objetiva normal, objetiva grande angular 24 mm ou 28 mm, teleobjetiva 200 mm e flash eletrônico (um conjunto por três alunos em aula); (2) conjunto de ampliador fotográfico dotado

de condensador, comandado por controlador de tempo de exposição, objetiva de diafragma variável, instalada em ambiente fotograficamente isolado, com as respectivas lanternas e banheiras (um conjunto por três alunos em aula); (3) outros equipamentos de uso coletivo; tanque de lavagem, secadeira-estufa para negativos, secadeira-esmaltadeira para papéis, dimensionados adequadamente para o número de alunos em aula. Uma teleobjetiva de 400 mm. Anel de reprodução. Projetor de diapositivos com sincronizador de som e imagem. Arquivo fotográfico.

d) Laboratório de Radiojornalismo – Mesa de som com no mínimo seis canais, isolamento acústico, gravadores, toca-discos, microfones. Gravadores de som individuais e portáteis para uso em reportagem externa. Material de consumo: fitas de gravação, fitas gravadas com efeitos sonoros (ou discos equivalentes). Acervo de fitas gravadas.

e) Laboratório de Telejornalismo – (1) Câmara portátil de pelo menos um tubo, cor, Pal-M; (2) ilha de edição constituída de dois gravadores de no mínimo 3/4 de polegada, cassete ou rolo aberto, e um programador de edição, compatíveis entre si e com o gravador portátil; (3) gravador portátil, cor, Pal-M; (4) pelo menos três *sunguns* de 1 KW cada um, com bateria (a potência necessária poderá ser compativelmente reduzida, caso o laboratório disponha de câmaras de dois ou três tubos); (5) conjunto de iluminação para ligação em corrente alternada, de 1 KW. Baterias para o equipamento portátil. Carregador de bateria. Microfones de diferentes utilidades para gravação externa. Monitores na ilha de edição. *Player* para reprodução das fitas gravadas. Televisor para recepção de programação VHF e UHF (onde ouvir emissora UHF). Material de consumo: fitas de *take* e de programa. Acervo de fitas gravadas. Tripé para câmara.

f) Hemeroteca – Além de periódicos especializados em jornalismo e/ou comunicação, coleção permanentemente atualizada de jornais diários locais e pelo menos um de circulação nacional; de revistas de informação geral e ilustradas. Arquivo de recortes e originais.

g) Jornal-laboratório – A escola deverá editar um jornal-laboratório, pelo menos, por mês de aula, com no mínimo oito páginas cada um, em formato *tablóide* ou *standard*. Tais veículos poderão ser impressos em grática própria ou contratada, cuidando-se, no entanto, que a apresentação (papel, tipografia etc.) corresponda ao produto usual na indústria jornalística regional.

## 2. Habilitação em Publicidade e Propaganda

a) Redação – Máquinas de escrever, uma por aluno em aula, com o máximo de 45 máquinas por sala. Material de consumo constituído de papéis padronizados.

b) Planejamento Gráfico – Uma prancheta ou mesa de diagramação por aluno em aula. Material de consumo constituído de papel de desenho, tabelas de conversão de medidas gráficas e o necessário para a conclusão dos trabalhos até o nível de arte-final. Uma mesa luminosa por sala, para visão de transparências.

c) Laboratório Fotográfico – Discriminação idêntica à da habilitação em Jornalismo.

d) Estúdio Fotográfico – Dotado de fundo infinito, parque de iluminação com capacidade de 6 KW, tripé para câmara, área mínima de 20 m<sup>2</sup>.

e) Laboratório de Rádio – Mesa de som com no mínimo seis canais, isolamento acústico, gravadores, toca-discos. Material de consumo: fitas de gravação, fitas (ou discos) musicais e de efeitos sonoros. Acervo de fitas gravadas (*jingles, spots* etc.).

f) Agência – Funcionando com setores de atendimento; planejamento; criação, mídia, produção gráfica; produção de RTC (rádio, televisão e cinema).

## 3. Habilitação em Radialismo

a) Redação – Máquinas de escrever, uma por aluno em aula, com o máximo de 45 máquinas por sala. Material de consumo constituído de papéis padronizados para meios eletrônicos.

b) Laboratório Fotográfico – Discriminação idêntica à da habilitação em Jornalismo.

c) Estúdio Fotográfico – Discriminação idêntica à da habilitação em Publicidade e Propaganda.

d) Laboratório de Rádio – Mesa de som com no mínimo seis

canais, isolamento acústico, gravadores, toca-discos. Material de consumo: fitas de gravação, discos (ou fitas) musicais e de efeitos sonoros. Acervo de fitas (programas) gravadas.

e) Estúdio de Rádio – Com espaço adequado para o número de alunos em aula, tratamento acústico e microfones de diferentes funções.

f) Laboratório de Televisão – (1) Estúdio com pelo menos três câmaras a cores de no mínimo um tubo, Pal-M, e iluminação completa; (2) *switch* de som com pelo menos duas mesas de *pick-up*; (3) *switch* com mesa de corte e controle de vídeo; (4) sistema de gravação de no mínimo 3/4 de polegada, Pal-M, e ilha de edição (dois gravadores e programador de edição) com monitores; (5) telecine; (6) unidade de externa, constituída de câmara portátil (pode ser uma das do estúdio, desde que com características de camereta), gravador portátil e sistema de iluminação completo; (7) *player* e monitor para exibição; (8) televisor Pal-M para recepção de programas em VHF e UHF, onde houver emissoras operando em UHF.

## 4. Habilitação em Relações Públicas

a) Redação – Máquinas de escrever, uma por aluno em aula, com o máximo de 45 máquinas por sala.

b) Laboratório de Pesquisas de Opinião – Constituído de mesas, cadeiras, máquinas de escrever e calcular, quadro de giz e mural, arquivos, mapas, equipamento para tabulação manual (para tabulação eletrônica, sugere-se a utilização de recursos da universidade, se houver, ou contratados, nos programas em que isto se fizer necessário).

c) Laboratório de Recursos Audiovisuais – (1) Recursos visuais: quadro de giz, cavaletes para álbum seriado, pranchetas, jogos de normógrafo; máquinas fotográficas formato 135, monobjetiva, reflex, com lente cambiável e fotômetro embutido, dispo de objetiva normal, grande angular, teleobjetiva e *flash* eletrônico; episcópio para projeção opaca; projetor de diapositivos com sincronizadores de som; telas de projeção; fundidor de imagens para diapositivos (dissolve control); (2) recursos auditivos: gravadores de som, amplificador de som com pelo menos duas caixas acústicas; (3) recursos audiovisuais: aparelhagem de videocassete, composta de gravador, câmara e monitor; televisor; projetor de filme sonoro 16 mm; projetor de filme sonoro 8 mm.

## 5. Habilitação em Produção Editorial

a) Redação – Máquinas de escrever, uma por aluno em aula, com o máximo de 45 máquinas por sala.

b) Planejamento Gráfico – Prancheta ou mesa de diagramação, uma por aluno em aula. Material de consumo constituído de papéis especiais para diagramação e arte, tabelas de conversão de medidas gráficas e mais o necessário para acabamento até o nível de arte-final. Uma mesa luminosa por sala, para visão de transparências.

c) Laboratório Fotográfico – Discriminação idêntica à da habilitação em Jornalismo.

## 6. Habilitação em Cinemas

a) Redação – Máquina de escrever, uma por aluno-aula, com o máximo de 45 máquinas por sala.

b) Laboratório Fotográfico – Constituído de uma máquina fotográfica formato 135, monobjetiva, reflex, com lente cambiável e fotômetro embutido, dispo de uma objetiva grande angular, uma teleobjetiva e uma lente normal – um conjunto para cada três alunos-aula; (2) conjunto de ampliador fotográfico dotado de condensador, comandado por controlador de tempo de exposição objetiva de diafragma variável, instalado em ambiente fotograficamente isolado, com as respectivas lanternas e banheiras – um conjunto por aluno-aula; (3) outros equipamentos, de uso coletivo: tanque de lavagem, secadeira-estufa para negativos, secadeira-esmaltadeira para papéis, dimensionados adequadamente para o número de alunos-aula.

c) Estúdio Fotográfico – Dotado de fundo infinito, parque de iluminação, com capacidade de 6 KW, com tripé para câmara, área útil privativa mínima de 20 m<sup>2</sup>.

d) Equipamento de Filmagem – Uma câmara cinematográfica na bitola de 35 mm, com capacidade de filmagem em sincronismo de som direto, com dois magazines de 120 m cada um, duas baterias secas recarregáveis, um recarregador de baterias, uma objetiva *zoom* ou

cinco objetivas diferentes de distância focal fixa, tripé com base "estrela" de cabeça giroscópica, um fotômetro profissional de luz refletida.

e) Equipamento de Gravação de Som — Um gravador de som direto, portátil, alimentado a bateria (corrente contínua) e operando com fita magnética de 6,35 mm, em carretel de até 18 cm de diâmetro, dotado de microfones de quatro tipos para diferentes situações da gravação.

f) Equipamento de Iluminação — Um conjunto de iluminação de 10 KW, com no mínimo oito cabeças, munidas dos respectivos suportes, bandeiras, filtros e porta-filtros.

g) Equipamentos de Edição — (1) Uma mesa de montagem de seis pratos, na bitola de 35 mm, avanço e retrocesso normal, rápido e quadro-a-quadro, som óptico e magnético, instalada em sala própria, com estantes e suportes para pedaços de filme; (2) apenas para os cursos em funcionamento em regiões metropolitanas que não contem com a prestação de serviço de transcrição por firmas especializadas, máquina de transcrição de som para banda magnética perfurada de 17,5 mm.

h) Sala de Projeção — Equipada para projeção de 35 mm e 16 mm (dois projetores para cada bitola, os de 16 mm operando com som óptico e magnético).

Observações: (1) Os alunos matriculados nos três últimos períodos do curso de Cinema produzirão no mínimo um filme de curta-metragem (10-15 min) por oito alunos-semester letivo, entendendo-se por filme produzido o que chega à primeira cópia; (2) é obrigatório que, ao completar o curso, cada aluno tenha participado da realização de três filmes; (3) a existência de equipamentos de *videotape* ou bitola de 8 mm no estabelecimento de ensino não invalida as exigências laboratoriais quanto às bitolas de 35 mm e 16 mm; (4) para cumprir a exigência do item (1) acima; poderão as escolas optar, na compra do equipamento suplementar, pela bitola de 16 mm, mantidas as características exigidas para o equipamento de 35 mm.

## 2.7. Currículo de Cinema

Dentro da filosofia geral, já exposta, de estimular o ensino com as atividades organizadas em torno de projetos, a proposta de estruturação de currículo mínimo na parte específica da habilitação em Cinema está sobretudo orientada para a realização de filmes. São identificadas, na equipe de realização do filme, seis funções em que a formação universitária se faz adequada, e que constituem, na lista de matérias, *Argumento e Roteiro, Direção do Filme, Organização da Produção, Fotografia e Iluminação, Som do Filme e Edição Cinematográfica*. Além dessas, três outras matérias procurarão descortinar ao estudante a possibilidade de conhecer e refletir sobre o cinema que é/foi feito por outros realizadores: *História do Cinema; Cinema Brasileiro e Análise do Filme*.

## II — VOTO DO RELATOR

À vista do exposto, somos de parecer que o Conselho aprove o Projeto de Resolução anexo, que fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de Comunicação Social.

Anexo — Projeto de Resolução

### RESOLUÇÃO Nº 002 DE 24 DE JANEIRO DE 1984

*Fixa o Currículo Mínimo do curso de Comunicação Social, e dá outras providências.*

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Parecer nº 480, aprovado em 6 de outubro de 1983, e homologado pela Senhora Ministra da Educação e Cultura, em ..... / ..... / .....

#### RESOLVE:

Art. 1º — A formação de profissionais para as atividades de Comunicação Social será feita em curso de graduação, com as seguintes habilitações:

- a) Jornalismo
- b) Relações Públicas
- c) Publicidade e Propaganda
- d) Produção Editorial
- e) Radialismo (Rádio e TV)
- f) Cinema

Parágrafo único. Aos graduados será conferido o grau de Bacharel em Comunicação Social, indicando-se a habilitação.

Art. 2º — O currículo do curso de Comunicação Social é constituído por um tronco comum, por uma parte de matérias ou disciplinas, diversificadas em função das habilitações e por projetos experimentais.

§ 1º — As matérias ou disciplinas técnico-profissionais que integram a parte diversificada corresponderão a 50% da carga horária total, excetuada a carga horária de Projetos Experimentais.

§ 2º — As matérias ou disciplinas do tronco comum poderão distribuir-se ao longo do curso paralelamente àquelas de formação específica, ou concentrar-se nos dois primeiros semestres.

§ 3º — A escolha da habilitação far-se-á no ato da inscrição no vestibular, ou da matrícula, ou até o início do terceiro semestre do curso.

Art. 3º — O currículo mínimo do curso de Comunicação Social compreende as seguintes partes:

## I — TRONCO COMUM

### — MATÉRIAS OU DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Filosofia; Sociologia (Geral e da Comunicação); Língua Portuguesa — Redação e Expressão Oral; Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira; Teoria da Comunicação; Comunicação Comparada.

### — MATÉRIAS OU DISCIPLINAS ELETIVAS

Respeitada a proporção fixada no art. 6º, § 2º, além das disciplinas decorrentes da especificação das matérias ou disciplinas obrigatórias, deverá haver o acréscimo de outras, três das quais, pelo menos, tiradas da relação seguinte: Lógica; Psicologia; Língua Estrangeira; Economia; Geografia Econômica; Realidade Sócio-Econômica e Política Regional; Teoria Geral de Sistemas; Teoria Política; Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação; Comunicação Comunitária; Planejamento em Comunicação; Política de Comunicação; Sistemas Internacionais de Comunicação; Comunicação em Tecnologia Educacional; Realidade Regional em Comunicação; História da Comunicação; Cultura Brasileira; História da Arte; Antropologia Cultural; História do Brasil; Estética e Cultura de Massa.

## II — PARTE ESPECÍFICA — MATÉRIAS OU DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

### HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Língua Portuguesa — Redação e Expressão Oral; Fotojornalismo; Planejamento Gráfico em Jornalismo, Radiojornalismo, Telejornalismo; Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística; Preparação e Revisão de Originais, Provas e Videotextos; Edição; Legislação e Ética em Jornalismo.

### HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Língua Portuguesa — Redação e Expressão Oral; Técnicas de Relações Públicas; Teoria e Pesquisa; Técnica de Opinião Pública; Técnicas de Comunicação Dirigida; Administração e Assessoria de Relações Públicas; Planejamento de Relações Públicas; Legislação e Ética de Relações Públicas.

### HABILITAÇÃO EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Língua Portuguesa — Redação Publicitária; Planejamento de Campanha; Produção Publicitária em Rádio, Televisão e Cinema; Produção Gráfica; Administração em Publicidade e Propaganda; Estatística; Mercadologia; Mídia, Ética e Legislação Publicitária.

### HABILITAÇÃO EM PRODUÇÃO EDITORIAL

Língua Portuguesa — Redação; Editoração; Fotografia; Indústria Editorial; Técnicas de Documentação na Indústria Editorial; Mercadologia; Comunicação Visual; Cálculo de Custos; Matérias-Primas; Legislação e Ética da Indústria Editorial.

### HABILITAÇÃO EM RADIALISMO (RÁDIO E TV)

Língua Portuguesa — Redação. Comentários e Narração em Rádio e em TV; Fotografia e Iluminação; Técnica de Produção e Interpretação para Rádio; Técnica de Produção, Interpretação e Seleção de

Imagens para Televisão; Direção de Programas; Organização de Produção; Mercadologia; Tecnologia em Rádio e TV; Elementos de Linguagem Musical; Legislação e Ética do Radialismo.

## HABILITAÇÃO EM CINEMA

Língua Portuguesa — Redação e Expressão Oral; Argumento e Roteiro; Direção do Filme; Organização de Produção; Fotografia e Iluminação; Som do Filme; Edição Cinematográfica; História do Cinema; Cinema Brasileiro; Análise do Filme; Legislação e Ética do Cinema.

## III — PROJETOS EXPERIMENTAIS

Os Projetos Experimentais compreenderão a produção, no último semestre do curso, de trabalho relacionado com a habilitação específica, em forma de monografia, fita gravada de som e imagem ou de som, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de Relações Públicas — sempre realizados nos laboratórios da própria escola.

Art. 4º — A matéria Redação e Expressão Oral em Língua Portuguesa será ministrada obrigatoriamente nos três primeiros períodos (semestres) do curso, com ênfase na produção de textos no idioma nacional.

§ 1º — A partir do 4º período do curso e até o seu final, excluído o semestre dedicado a Projetos Experimentais, haverá sempre disciplina específica de Redação em Língua Portuguesa, ministrada com ênfase na produção de textos relacionados à habilitação.

§ 2º — A exigência de Redação-Laboratório prevista no parágrafo anterior não se aplica à habilitação em Cinema.

Art. 5º — As matérias ou disciplinas obrigatórias de parte específica serão ministradas por professor registrado como profissional na respectiva habilitação específica, sempre que a lei exigir este registro.

Parágrafo único. Tais professores devem comprovar experiência profissional de, no mínimo, três anos na área, além das exigências acadêmicas.

Art. 6º — Os cursos de Comunicação Social, a serem ministrados num período de 4 (quatro) a 7 (sete) anos, deverão ter uma carga horária mínima de 2.700 horas-aula, incluídas as 270 horas de atividades de projetos experimentais e excluído o tempo reservado a Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física.

§ 1º — Ao efetuar o desdobramento das matérias do currículo mínimo em disciplinas, para elaboração do currículo pleno, os estabelecimentos de ensino tomarão sempre como referência indicativa as ementas do Anexo I.

§ 2º — Dez por cento da carga horária mínima total do curso corresponderão a Projetos Experimentais. Do restante, 50% são destinados às matérias do Tronco Comum e 50% às da área específica.

Art. 7º — As escolas que mantenham cursos com habilitação em Jornalismo editarão, anualmente, ao menos 8 (oito) jornais-laboratórios realizados por seus alunos com orientação dos professores de disciplinas da área técnico-profissional.

Art. 8º — Os estabelecimentos de ensino superior que mantenham curso de Comunicação Social deverão dispor de instalações e laboratórios necessários, tomando-se como base mínima os descritos no Parecer.

§ 1º — Fica assegurado o prazo de 3 (três) anos, a partir da entrada em vigor da presente Resolução, para que os estabelecimentos efetivem o cumprimento das obrigações deste artigo.

§ 2º — Os estabelecimentos poderão destinar laboratórios e equipamentos para o uso de mais de uma habilitação, em horários diferentes e respeitada a relação aluno-equipamento.

Art. 9º — O novo currículo será obrigatoriamente aplicado às novas turmas a partir do ano seguinte ao de entrada em vigor desta Resolução.

Parágrafo único. Fica facultado às instituições de ensino, mediante a adaptação curricular, aplicar às turmas atuais, em todo ou em parte, o disposto nesta Resolução.

Art. 10 — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## IV — CONCLUSÃO DA COMISSÃO CENTRAL DE CURRÍCULOS

A Comissão Central de Currículos, tendo examinado o parecer e o Projeto de Resolução referentes ao currículo mínimo do curso de Comunicação Social, relatado pelo Conselheiro Dom Serafim Fernandes de Araújo, conclui que o mesmo pode ser aprovado pelo Plenário.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1983. — (aa) Luiz Navarro de Brito — Presidente/Dom Serafim Fernandes de Araújo — Relator/Heitor Gurgulino de Souza/Eurides Brito da Silva/Antônio Fagundes de Souza/Virgínia Cândido Tosta de Sousa/Caio Tácito.

## EMENTAS MATÉRIAS DO TRONCO COMUM

### 1. Filosofia

Análise dos grandes sistemas de idéias, com ênfase nas principais correntes de pensamento do mundo contemporâneo.

### 2. Sociologia Geral e da Comunicação

Teorias sociológicas. Elementos para a análise científica da sociedade: estrutura social, classes sociais, instituições e mudança social. Sociologia Geral e da Comunicação.

### 3. Língua Portuguesa — Redação

Produção de textos em língua portuguesa. Leitura obrigatória de textos da Literatura Nacional. Correção gramatical de textos e sua adequação à estilística dos meios de comunicação de massa. O original datilografado: normas de apresentação de originais.

### 4. Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira

Formação da sociedade brasileira, em seus aspectos econômicos, políticos e culturais, com ênfase no período posterior a 1930. Situação atual e perspectivas.

### 5. Teoria da Comunicação

O objeto da Comunicação Social. Contribuições interdisciplinares para a constituição de uma Teoria da Comunicação. As diversas correntes teóricas. Teorias voltadas para a análise de mensagens, inclusive Semiologia. Transformações históricas, processos de comunicação e seu inter-relacionamento, com ênfase no período contemporâneo.

### 6. Comunicação Comparada

Processos sociais e processos de comunicação. Condições de produção, circulação e consumo de mensagens. As políticas que determinam e condicionam o processo de informação. As diversas formas de controle da informação.

### 7. Economia

Teorias econômicas. Elementos para análise econômica: produção, distribuição e controle.

### 8. Teoria e Método da Pesquisa em Comunicação

Método do trabalho científico. Métodos e técnicas de pesquisa. Enfoques de pesquisa para comunicação, planejamento, execução e avaliação de pesquisa.

### 9. Cultura Brasileira

Análise da cultura brasileira em suas diversas manifestações, especialmente a popular. Cultura de massa e sua ação homogeneizadora sobre a sociedade.

### 10. Comunicação Comunitária

Comunicação e mudança social. Métodos e técnicas de comunicação participatória. Desenvolvimento e operacionalização pelas comunidades de seus recursos de comunicação.

## 11. Planejamento em Comunicação

Teorias do planejamento. Métodos, técnicas e estratégias de planejamento aplicadas à comunicação.

## 12. Política de Comunicação

As propostas de formulação de políticas de comunicação. Políticas nacionais de comunicação: instituições, legislação, sistemas de financiamento. Papel do Estado, dos organismos privados e do público.

## 13. Sistemas Internacionais de Comunicação

O processo de internacionalização da comunicação, sua relação com os processos sociais, econômicos e políticos. Ordenamento e estrutura internacional de comunicação.

## 14. Psicologia

Teorias psicológicas. Elementos e conceitos de Psicologia suscetíveis de aplicação no campo da Comunicação.

## 15. Teoria Política

Teorias políticas contemporâneas. Elementos para análise política: Estado, estrutura de poder e sistemas de governo.

## 16. Antropologia Cultural

Teorias antropológicas. Sistemas de representações e sistemas simbólicos da realidade brasileira.

## 17. História da Arte

A interpretação sociológica da Arte. Arte como expressão social no momento histórico. Tendência da Arte contemporânea. Perspectivas da Arte brasileira.

## 18. Realidade Sócio-Econômica e Política Regional

Formação da sociedade, da economia e do sistema político a nível regional, com ênfase no período posterior a 1930. Situação atual e perspectivas.

## 19. História do Brasil

Análise de temas ou episódios da História Brasileira, com vistas à produção de um conhecimento específico sobre o País e à compreensão da metodologia da pesquisa histórica.

## 20. Teoria Geral de Sistemas

A teoria Geral dos Sistemas nas Ciências Biológicas e nas Ciências Exatas. Sua aplicação às Ciências Sociais. Os sistemas de comunicação social.

## 21. Estética e Cultura de Massa

Fenômenos estéticos e cultura de massa. Interpretações estéticas de indústria cultural.

## 22. Comunicação em Tecnologia Educacional

Teoria e processo da Comunicação e sua relação com a teoria e processo da Educação. O uso de tecnologia e práticas de comunicação para fins educacionais.

## 23. Realidade Regional em Comunicação

Os padrões de produção, distribuição e consumo de mensagens em nível local e regional. Fatores sociais, econômicos e políticos que os influenciam. Estrutura da comunicação a nível regional.

## 24. Geografia Econômica

Relações de dependência entre a Geografia Física e os sistemas de produção econômica regional. Transformações exercidas nas regiões brasileiras pelas formas de exploração econômica. Regimes regionais de transporte e suas implicações no desempenho econômico. Economia e Geografia Humana. Ecologia e Ecossistemas.

## 25. Lógica

Argumentos. Falácias. Proposições. Lógicas das Proposições. Introdução à Lógica Simbólica.

## 26. História da Comunicação

A Comunicação oral e os primeiros registros de linguagem. Surgimento dos veículos impressos. A Imprensa na Era Moderna e Contemporânea. Meios audiovisuais: expansão e transformações. A Comunicação no Brasil.

## PARTE ESPECÍFICA

### HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

#### 01. Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral

Estrutura da notícia. Seleção léxica. Ordenação e nomeação. Produção de texto noticioso. Reportagem: investigação e interpretação. Texto de revista e de *features*. Titulação em jornalismo diário e revistas. Redação em órgãos especializados. Redação na imprensa comunitária. Redação opinativa. Técnicas literárias em jornalismo. Ensaio jornalístico.

#### 02. Fotojornalismo

Técnicas de registro fotográfico. Operação de câmara fotográfica e de seus acessórios. Filtros e lentes especiais. Recursos técnicos das câmaras profissionais. Operações de laboratório: revelação, ampliação, cópia e edição fotográfica. Fotografia de eventos jornalísticos com iluminação natural, *flash* e lâmpadas, filme preto e branco e colorido. Relacionamento do repórter fotográfico com o fato e o veículo. Utilização de teleobjetivas, grandes angulares, motores, *flashes*, lâmpadas e iluminação e anel de reprodução. Audiovisual jornalístico.

#### 03. Planejamento Gráfico em Jornalismo

Estética aplicada ao material gráfico. Tipologia. Medidas gráficas. Estilo do projeto gráfico. Semiologia do projeto gráfico. Utilização de ilustrações. Produção gráfica: técnicas de composição e impressão e suas implicações sobre o projeto gráfico. Planejamento gráfico em telas de vídeo e com imagem em movimento. Utilização de cores.

#### 04. Radiojornalismo

Redação e edição em radiojornais. Diferentes estilos de noticiário radiofônico. Jornalismo desportivo em rádio. Entrevistas radiofônicas. Reportagem externa gravada. Roteiro e *script* de programas radiojornalísticos.

#### 05. Telecinejornalismo

Redação e edição de texto em telejornais. Edição de som e imagem. Transmissões diretas e reportagens externas gravadas. Roteiro de telejornais. Noções técnicas: equipamentos de externa, câmaras de estúdio, gravação de som. VHF e UHF. Microondas e satélites.

#### 06. Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística

Pauta. Chefia de reportagem. Execução de pauta. Coleta de informações. Estilos de entrevistas. Responsabilidade perante as fontes. Informação documental. Fontes de pesquisa. Critérios de avaliação de veracidade.

#### 07. Preparação e Revisão de Originais, Provas e Videotexto

*Copy-desk*: quando e como reescrever. A condensação. Chamadas e aberturas. Articulação com o projetista gráfico e o editor. Normas e critérios editoriais. Livros de normas, provas tipográficas: revisor e conferente. Revisão em equipamento de videotexto.

#### 08. Edição

Concepção de veículo. Aspectos de mercado, distribuição e comercialização. Publicações de informação geral, especializadas, imprensa comunitária, *house organs*. Revistas de informação geral, ilustradas, especializadas e técnicas. Livro-reportagem.

#### 09. Legislação e Ética do Jornalismo

O direito à informação. Leis que regem a Imprensa. Regulamentação profissional. Conceitos de verdade. Ética profissional. Direitos

e deveres do jornalista, sua responsabilidade social e seu papel histórico no Brasil.

## HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

### 01. Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral

#### ✦ 02. Técnicas de Relações Públicas

Definição operacional de Relações Públicas. Funções básicas de Relações Públicas. Processo de Relações Públicas. Aplicação das técnicas de Relações Públicas. Relações com diferentes públicos. Público interno, externo e misto.

#### ✦ 03. Teoria e Pesquisa de Opinião Pública

Tipo de comportamento coletivo. Multidão e massa. Conceituação de público e de opinião pública. Classificação de públicos para Relações Públicas. Natureza, formação e conteúdo da opinião pública. Pesquisa de opinião pública. Coordenação e planejamento. Pesquisa institucional e outras pesquisas empregadas na área de Relações Públicas. Planejamento e execução de campanha de opinião pública.

#### ● 04. Técnicas de Comunicação Dirigida

Informação institucional entre entidade e público através dos meios de Comunicação. Aprendizagem das técnicas de Comunicação para Relações Públicas. Conceituação de Comunicação para diferentes públicos. Formas e veículos de Comunicação dirigida. Comunicação dirigida escrita (correspondência, publicações em geral, relatório). Criação e redação de mensagens institucionais. Planejamento gráfico. Comunicação dirigida oral (palestra, reunião, telefone). Comunicação dirigida auxiliar. Recursos audiovisuais. Planejamento e supervisão dos meios audiovisuais. Audiovisuais com fins institucionais. Comunicação dirigida aproximativa. Eventos, visitas, cerimonial e protocolo. Promoção de maior integração na comunidade por meio da comunicação aproximativa. Técnicas de reprografia e documentação.

#### ✦ 05. Administração e Assessoria de Relações Públicas

Introdução à Administração Geral. Organização formal e informal. Estrutura organizacional. Funções administrativas. Atividades de fim, de meio e assessoramento. Relações Públicas como atividade de assessoria à política em geral da organização (social, financeira, administrativa, econômica, mercadológica etc.). Organização e Métodos. Relações industriais. Relações Humanas no trabalho. Administração Orçamentária. Orçamento e Orçamentação. Administração Mercadológica. Conceito de *Marketing*. Estudos das grandes funções mercadológicas. *Marketing* social.

### 06. Planejamento de Relações Públicas

Técnicas de Planejamento. Diagnóstico e programação da empresa. Elaboração de planos e execução de programas de RP adequados às diretrizes e objetivos da organização. Controle e avaliação dos programas de Relações Públicas.

### 07. Legislação e Ética de Relações Públicas

Instituições de direito público e privado. Direito administrativo. Direito empresarial. Legislação orçamentária, tributária e trabalhista. Introdução à legislação dos meios de comunicação. Legislação comparada. Comportamento ético da profissão e do profissional de Relações Públicas. Código de ética profissional. Legislação especial de Relações Públicas.

## HABILITAÇÃO EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

### 01. Língua Portuguesa – Redação Publicitária

Produção de textos publicitários. Criatividade e adequação técnica da redação publicitária aos objetivos de campanhas de Publicidade e Propaganda.

### 02. Planejamento de Campanha

Técnicas de planejamento. Posicionamento do produto em relação ao mercado. Elaboração dos planos e execução de campanhas de publicidade e propaganda. Expectativa de seu êxito.

### 03. Produção Publicitária em Rádio, TV e Cinema

Redação e edição de mensagens de Publicidade e Propaganda para a mídia eletrônica. Diferentes tipos de canais de execução.

### 04. Produção Gráfica

Tipologia. Medidas gráficas. Técnicas de composição e de impressão e suas implicações. Estética aplicada no material gráfico.

### 05. Administração em Publicidade e Propaganda

Teorias Clássicas e modernas de administração. Funções técnicas e administrativas de agências e setores de publicidade e propaganda. Sistemas e métodos. Administração orçamentária.

### 06. Estatística

Sistemas e processos de obtenção, organização e análise dos dados sobre produtos, mercados e veiculação de Publicidade e Propaganda.

### 07. Mercadologia

Conjunto de levantamento de dados. Estudos e medidas que possam determinar a estratégia de lançamento, sustentação, relançamento de novos produtos no mercado visando a seu êxito de vendas.

### 08. Mídia

Levantamento de dados. Tabulação e análise de dados sobre circulação, audiência e seleção de veículos para a mensagem publicitária. Frequência das inserções. Orçamentos. Criatividade.

### 09. Ética e Legislação Publicitária

Apreciação das mensagens de publicidade e propaganda, ante seus reflexos positivos ou negativos em relação a pessoas, grupos sociais e ao público em geral. Estudo da legislação vigente e aplicável em matéria de Publicidade e Propaganda.

## HABILITAÇÃO EM PRODUÇÃO EDITORIAL

### 01. Língua Portuguesa – Redação

Textos de apresentação. Prefácios e posfácios. Resenhas e resenções. Textos biográficos. Notas do editor. Títulos.

### 02. Editoração

Preparação de originais. Normas e critérios editoriais. Distribuição do material impresso. Provas tipográficas. Revisão. Edição de gravações. Seleção de ilustrações.

### 03. Fotografia

Técnicas de registro fotográfico. Operação da câmara fotográfica e seus acessórios. Recursos técnicos das câmaras profissionais. Operações de laboratório: revelação, ampliação. Princípios óticos e químicos relacionados ao processo fotográfico. Sensibilidade do filme. Introdução à fotografia a cores. Seleção de material fotográfico para diferentes sistemas de impressão.

### 04. Indústria Editorial

Processos de composição, especialmente composição eletrônica. Processos fotoquímicos aplicados às artes gráficas. Planejamento gráfico e diagramação. Microformas, videotextos, edição de produtos em gravação (discos, *audiotape*, *videotape* etc). Acabamento e embalagem.

### 05. Técnicas de Documentação na Indústria Editorial

Estudo das técnicas de documentação aplicadas ao produto editorial.

### 06. Mercadologia

Estudo das técnicas de mercadologia aplicadas ao livro e demais produtos editoriais. Distribuição e comercialização. Pesquisa de mercado.

### 07. Comunicação Visual

Estética aplicada ao material editado. Semiologia do projeto gráfico. Medidas gráficas. Estilo do projeto gráfico. Planejamento gráfico em telas de vídeo e com imagem em movimento. Utilização de cores.

## RESOLUÇÃO Nº 002 DE 24 DE JANEIRO DE 1984

*Fixa o Currículo Mínimo do Curso de Comunicação Social, e dá outras providências.*

O Presidente do Conselho Federal de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o Parecer nº 480, aprovado em 6 de outubro de 1983, e homologado pela Senhora Ministra da Educação e Cultura,

### RESOLVE:

Art. 1º A formação de profissionais para as atividades de Comunicação Social será feita em curso de graduação, com as seguintes habilitações:

- a) Jornalismo
- b) Relações Públicas
- c) Publicidade e Propaganda
- d) Produção Editorial
- e) Radialismo (Rádio e TV)
- f) Cinema

Parágrafo único. Aos graduados será conferido o grau de Bacharel em Comunicação Social, indicando-se a habilitação.

Art. 2º O currículo do curso de Comunicação Social é constituído por um tronco comum, por uma parte de matérias ou disciplinas diversificadas, em função das habilitações por projetos experimentais.

§ 1º As matérias ou disciplinas técnico-profissionais que integram a parte diversificada corresponderão a 50% da carga horária total, excetuada a carga horária de Projetos Experimentais.

§ 2º As matérias ou disciplinas do tronco comum poderão distribuir-se ao longo do curso paralelamente àquelas de formação específica, ou concentrar-se nos dois primeiros semestres.

§ 3º A escolha da habilitação far-se-á no ato da inscrição no vestibular, ou da matrícula, ou até o início do terceiro semestre do curso.

Art. 3º O currículo mínimo do curso de Comunicação Social compreende as seguintes partes:

### I – TRONCO COMUM

#### – MATÉRIAS OU DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Filosofia; Sociologia (Geral e da Comunicação); Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Realidade Sócio-Econômica e Política Brasileira; Teoria da Comunicação; Comunicação Comparada.

#### – MATÉRIAS OU DISCIPLINAS ELETIVAS

Respeitada a proporção fixada no art. 6º § 2º, além das disciplinas decorrentes da especificação das matérias ou disciplinas obrigatórias, deverá haver o acréscimo de outras, três das quais, pelo menos, tiradas da relação seguinte: Lógica; Psicologia; Língua Estrangeira; Economia; Geografia Econômica; Realidade Sócio-Econômica e Política Regional; Teoria Geral de Sistemas; Teoria Política; Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação; Comunicação Comunitária; Planejamento em Comunicação; Política de Comunicação; Sistemas Internacionais de Comunicação; Comunicação em Tecnologia Educacional; Realidade Regional em Comunicação; História da Comunicação; Cultura Brasileira; História da Arte; Antropologia Cultural; História do Brasil; Estética e Cultura de Massa.

### II – PARTE ESPECÍFICA – MATÉRIAS OU DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

#### HABILITAÇÃO EM JORNALISMO

Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Fotojornalismo; Planejamento Gráfico em Jornalismo, Radiojornalismo, Telejornalismo; Técnica de Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística; Preparação e Revisão de Originais, Provas e Videotextos; Edição; Legislação e Ética em Jornalismo.

#### HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Técnicas de Relações Públicas; Teoria e Pesquisa; Técnica de Opinião Pública; Técnicas de Comunicação Dirigida; Administração e Assessoria de Relações Públicas; Planejamento de Relações Públicas; Legislação e Ética de Relações Públicas.

#### HABILITAÇÃO EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Língua Portuguesa – Redação Publicitária; Planejamento de Campanha; Produção Publicitária em Rádio, Televisão e Cinema; Produção Gráfica; Administração em Publicidade e Propaganda; Estatística; Mercadologia; Mídia; Ética e Legislação Publicitária.

#### HABILITAÇÃO EM PRODUÇÃO EDITORIAL

Língua Portuguesa – Redação; Editoração; Fotografia; Indústria Editorial; Técnicas de Documentação na Indústria Editorial; Mercadologia; Comunicação Visual; Cálculo de Custos; Matérias-Primas; Legislação e Ética da Indústria Editorial.

#### HABILITAÇÃO EM RADIALISMO (RÁDIO E TV)

Língua Portuguesa – Redação. Comentários e Narração em Rádio e em TV; Fotografia e Iluminação; Técnica de Produção e Interpretação para Rádio; Técnica de Produção, Interpretação e Seleção de Imagens para Televisão; Direção de Programas; Organização de Produção; Mercadologia; Tecnologia em Rádio e TV; Elementos de Linguagem Musical; Legislação e Ética do Radialismo.

#### HABILITAÇÃO EM CINEMA

Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Argumento e Roteiro; Direção do Filme; Organização de Produção; Fotografia e Iluminação; Som do Filme; Edição Cinematográfica; História do Cinema; Cinema Brasileiro; Análise do Filme; Legislação e Ética do Cinema.

### III – PROJETOS EXPERIMENTAIS

Os Projetos Experimentais compreenderão a produção, no último semestre curso, de trabalho relacionado com a habilitação específica, em forma de monografia, fita gravada de som e imagem ou de som, filme cinematográfico sonoro, publicação impressa, campanha publicitária, plano de editoração, ou planejamento de programas de Relações Públicas – sempre realizados nos laboratórios da própria escola.

Art. 4º A matéria Redação e Expressão Oral em Língua Portuguesa será ministrada obrigatoriamente nos três primeiros períodos (semestres) do curso, com ênfase na produção de textos no idioma nacional.

## 08. Cálculo de Custos

Custos editoriais. Administração de recursos. Análise de custos. Preparação de orçamentos. Aspectos da legislação de direitos autorais que implicam custos editoriais.

## 09. Matérias-Primas

Papel, embalagens, plásticos, placas, filmes e fitas. Utilização de novas matérias-primas.

## 10. Legislação e Ética da Indústria Editorial

O papel do livro na cultura contemporânea. Os novos produtos editoriais e a responsabilidade social de sua veiculação. Legislação do livro, das gravações e do direito autoral.

## HABILITAÇÃO EM RADIALISMO (RÁDIO E TV)

### 01. Língua Portuguesa – Redação, Comentários e Narração em Rádio e em TV

Redação para rádio: Radiofonização, roteiros radiofônicos, preparação de textos e *scripts*. Redação para televisão: roteirização, Teledrama. Documentários. Adaptação de obras literárias e didáticas. Produção de roteiros. Forma e terminologia próprias do roteiro televisivo. Comentários e narração.

### 02. Fotografia e Iluminação

Uso do equipamento fotográfico. Enquadramento da imagem. Iluminação: em estúdio e externa. Uso dos equipamentos de gravação eletrônica e de iluminação. Cinematografia eletrônica. Locações.

### 03. Técnica de Produção e Interpretação para Rádio

Diferentes tipos de microfones e sua utilização. Técnicas de gravação e mixagem de som. Operação em estúdio. Operação externa. Edição de som.

### 04. Técnica de Produção, Interpretação e Edição de Imagem e Som para Televisão

Diferentes procedimentos para registro de imagem. Edição de imagem e som. Seleção de imagens em transmissão direta ou gravações. Uso de efeitos especiais. Animação com equipamento eletrônico. Pós-produção.

### 05. Direção de Programa

Coordenação da equipe. Enquadramento, movimentos de Câmera. Direção de atores. Cenografia. Execução de roteiros. Continuidade.

### 06. Organização de Produção

Análise técnica do roteiro. Orçamentação. Equipe e produção. Preparação e execução do plano de produção.

### 07. Mercadologia

O mercado do rádio e da televisão. O mercado brasileiro. Audiência geral e especializada. Aferição de audiência. Relação com o público e anunciantes.

### 08. Tecnologia de Rádio e Televisão

Rádio AM, FM, OC. Equipamentos de registro, edição e transmissão de som, televisão: UHF, VHF, operação e uso de telecine. Transmissão de televisão a longa distância: microondas e satélites. Sistemas de cor em televisão. Equipamentos de alta definição.

### 09. Elementos de Linguagem Musical

Noções de teoria musical. Compasso, andamento, ritmo. A estética musical. Efeitos dramáticos da música. Edição de trilha sonora. Sin-

cronismo imagem-ruídos-fala-música. Música incidental e integração da música no espetáculo cinematográfico.

## 10. Legislação e Ética do Radialismo

Legislação que rege o rádio e a televisão. O Código Brasileiro de Telecomunicações. A regulamentação profissional dos radialistas. O papel social do radialista. Rádio e televisão educativos. Rádio e televisão comunitários. As redes regionais e nacionais.

## HABILITAÇÃO EM CINEMA

### 01. Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral

### 02. Argumento e Roteiro

A plasticidade indispensável à formulação literária do filme. Conflito em movimento. Gêneros e estrutura narrativa no cinema. Documentários e ficção. Forma e terminologia próprias do roteiro técnico. Produção de roteiros.

### 03. Direção do Filme

Coordenação da equipe de realização. Decapagem, enquadramento, movimentos de câmara, eixo. Continuidade. Direção de atores. Dramaturgia no filme documentário. Direção de montagem.

### 04. Organização da Produção

Análise técnica do roteiro. Orçamentação. Formação da equipe. Elaboração e execução do plano de produção.

### 05. Fotografia e Iluminação

O uso dos equipamentos de filmagem e iluminação. Propriedades físico-químicas do material sensível. Estilos de iluminação, fotografia e câmara.

### 06. Som do Filme

Uso dos equipamentos de captação e processamento do som cinematográfico. Noções de acústica e eletrônica relativas ao processo de sonorização do filme. Sonoplastia. Elementos de linguagem musical. Estilos de emprego do som no filme.

### 07. Edição Cinematográfica

O uso da mesa de montagem. Continuidade e pilo de campo. Ritmo e pontuação. Mixagem. Elaboração do mapa de mixagem. Estilos de montagem.

### 08. História do Cinema

Origens do cinema. Evolução do filme, dos pontos-de-vista estilístico, econômico, social e industrial. Escolas cinematográficas.

### 09. Cinema Brasileiro

A evolução do cinema no Brasil, dos pontos-de-vista cultural, institucional e econômico. Situação da produção, distribuição e exibição do filme brasileiro e do filme estrangeiro no Brasil. Legislação pertinente à atividade cinematográfica no Brasil.

### 10. Análise do Filme

Análise de filmes, em projeção e em mesa de montagem. Semiologia do filme.

### 11. Legislação e Ética do Cinema

## V – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Comissão Central de Currículos.

Sala Barretto Filho, em 6 de outubro de 1983.



§ 1º A partir do 4º período do curso e até o seu final, excluído o semestre dedicado a Projetos Experimentais, haverá sempre disciplina específica de Redação em Língua Portuguesa, ministrada com ênfase na produção de textos relacionados à habilitação.

§ 2º A exigência de Redação-Laboratório prevista no parágrafo anterior não se aplica à habilitação em Cinema.

Art. 5º As matérias ou disciplinas obrigatórias de parte específica serão ministradas por professor registrado como profissional na respectiva habilitação específica, sempre que a lei exigir este registro.

Parágrafo único. Tais professores devem comprovar experiência profissional de, no mínimo, três anos na área, além das exigências acadêmicas.

Art. 6º Os cursos de Comunicação Social, a serem ministrados num período de 4 (quatro) a 7 (sete) anos, deverão ter uma carga horária mínima de 2.700 horas-aula, incluídas as 270 horas de atividades de projetos experimentais e excluído o tempo reservado a Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Física.

§ 1º Ao efetuar o desdobramento das matérias do currículo mínimo em disciplinas, para elaboração do currículo pleno, os estabelecimentos de ensino tomarão sempre como referência indicativa as ementas do Parecer 480/83.

§ 2º Dez por cento da carga horária mínima total do curso corresponderão a Projetos Experimentais. Do restante, 50% são destinados às matérias do Tronco Comum e 50% às da área específica.

Art. 7º As escolas que mantenham cursos com habilitação em Jornalismo editarão, anualmente, ao menos 8 (oito) jornais-laboratórios realizados por seus alunos com orientação dos professores de disciplinas da área técnico-profissional.

Art. 8º Os estabelecimentos de ensino superior que mantenham curso de Comunicação Social deverão dispor de instalações e laboratórios necessários, tomando-se como base mínima os descritos no Parecer.

§ 1º Fica assegurado o prazo de 3 (três) anos, a partir da entrada em vigor da presente Resolução, para que os estabelecimentos efetivem o cumprimento das obrigações deste artigo.

§ 2º Os estabelecimentos poderão destinar laboratórios e equipamentos para o uso de mais de uma habilitação, em horários diferentes e respeitada a relação aluno-equipamento.

Art. 9º O novo currículo será obrigatoriamente aplicado às novas turmas a partir do ano seguinte ao de entrada em vigor desta Resolução.

Parágrafo único. Fica facultado às instituições de ensino, mediante a adaptação curricular, aplicar às turmas atuais, em todo ou em parte, o disposto nesta Resolução.

Art. 10 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lafayette de Azevedo Pondé



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

SUGESTÃO DE PERIODIZAÇÃO

CURRÍCULO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Matérias do Tronco Comum

<u>CODIGO</u>	<u>DISCIPLINA</u>	<u>C. H. SEMANAL</u>			<u>CRED.</u>	<u>PRÉ-REQ.</u>
		<u>AT.</u>	<u>AP.</u>	<u>TOTAL</u>		
<u>1º Ano</u>						
HL 401	Língua Portuguesa "A"	2	2	4	6	n/tem
HC 402	Sociologia	2	-	2	4	"
HC 463	Realidade Socio-Econ. Pol. Brasil.	2	-	2	4	"
HT 492	História da Comunicação	3	-	3	6	"
HT 403	Teoria da Comunicação	4	-	4	8	"
HT 404	Introd. às Técn. dos Meios de Comunic.	2	-	2	4	"
HH 044	História do Brasil VI	4	-	4	4	"
HH 045	História do Brasil VII	4	-	4	4	HH 044
BE 400	Prática Desportiva	-	2	2	2	"
BE 401						
<u>2º Ano</u>						
HL 435	Língua Portuguesa "G"	2	2	4	6	HL 401
HC 464	Sociologia da Comunicação	2	-	2	4	HC 402
HT 465	Comunicação Comparada	4	-	4	8	n/tem
HT 466	Teoria e Mét. de Pesq. em Comunic. Soc	3	-	3	6	"
HF 409	Introdução à Filosofia "A"	2	-	2	4	"
HS 407	Cultura Pop. e de Massa no Brasil	3	-	3	6	"
SR 401	Estudos dos Pro... Brasileiros	2	-	2	4	"
BE 094	Desportos de Livre Escolha	-	1	1	1	BE 400
BE 095						BE 401
<u>OPTATIVAS</u>						
HP 062	Psicologia Social III	2	2	4	3	n/tem
HT 467	Sistemas de Comunicação no Brasil	4	-	4	8	n/tem
HE 049	Língua Inglesa Instrumental I	4	-	4	4	"
HE 050	Língua Inglesa Instrumental II	4	-	4	4	HE 049
HE 036	Língua Francesa Instrumental I	4	-	4	4	n/tem
HE 037	Língua Francesa Instrumental II	4	-	4	4	HE 036
HE 020	Língua Espanhola Instrumental I	4	-	4	4	n/tem
HE 021	Língua Espanhola Instrumental II	4	-	4	4	HE 020
HE 063	Língua Italiana Instrumental I	4	-	4	4	n/tem
HE 064	Língua Italiana Instrumental II	4	-	4	4	HE 063
HE 007	Língua Alemã Instrumental I	4	-	4	4	n/tem
HE 008	Língua Alemã Instrumental II	4	-	4	4	HE 007



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

. 2 .

PARTE ESPECÍFICA

3º Ano - Jornalismo

<u>CODIGO</u>	<u>DISCIPLINA</u>	<u>C.H. SEMANAL</u>			<u>CRÉD.</u>	<u>PRÉ-REQ:</u>
		<u>AT.</u>	<u>AP.</u>	<u>TOTAL</u>		
HT 201	Redação e Expressão Oral I	-	4	4	2	n/tem
HT 202	Redação e Expressão Oral II	-	4	4	2	HT 201
HT 493	Técnicas de Entrevista e Reportag.	-	3	3	3	n/tem
HT 470	Pesquisa Jornalística	-	2	2	2	"
HT 471	Produção e Edição Jornalística	-	4	4	4	"
HT 473	Fotojornalismo	-	4	4	4	"
HT 490	Planejamento Gráfico e Diagramação	-	4	4	4	"
HT 491	Preparação e Revisão de Textos	-	4	4	4	"
HT 494	Ética e Legislação do Jornalismo	2	-	2	4	"

4º Ano - 1º Semestre

HT 203	Redação e Expressão Oral III	-	4	4	2	HT 201 HT 202
HT 234	Telejornalismo	-	8	8	4	n/tem
HT 235	Radiojornalismo	-	8	8	4	"
HT 208	Comunicação Especializada	2	2	4	3	"

4º Ano - 2º Semestre

HT 236	Projeto Experim.em Jornalismo	-	6	6	3	HT 201 HT 202 HT 470 HT 471 HT 490 HT 491 HT 493 HT 235
HT 237	Projeto Experim.em Radiojornalismo	-	6	6	3	HT 235
HT 238	Projeto Experim.em Telejornalismo	-	6	6	3	HT 234



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

3

PARTE ESPECÍFICA

3º Ano - Publicidade e Propaganda

<u>CODIGO</u>	<u>DISCIPLINA</u>	<u>C.H. SEMANAL</u>			<u>CRED.</u>	<u>PRÉ-REQ.</u>
		<u>AT.</u>	<u>AP.</u>	<u>TOTAL</u>		
HT 212	Redação Publicitária I	2	2	4	3	n/tem
HT 213	Redação Publicitária II	2	2	4	3	HT 212
HT 476	Mídia (veiculação Publicitária)	2	2	4	6	n/tem
HT 495	Técnica de Mercadol.em Publ.Propag.	3	-	3	6	"
HT 496	Produção Gráfica em Public.Propag.	-	4	4	4	"
HT 497	Criação Publicitária	-	4	4	4	"
HT 480	Planejamento de Campanha	-	2	2	2	"
HT 498	Ética e Legisl.Publicitária	2	-	2	4	"
CI 401	Estatística III	2	-	2	4	"
HT 475	Introd.ã Publicidade e Propaganda	2	-	2	4	"

4º Ano - 1º Semestre

HT 214	Redação Publicitária III	-	4	4	2	HT 212 HT 213
HT 216	Téc.n.de Admin.em Public.Propag.	2	2	4	3	n/tem
HT 239	Produção Eletrôn.em Public.Propag.	-	6	6	3	"
HT 240	Fotografia Publicitária	-	6	6	3	"
HT 219	Psicossociologia da Public.Propag.	4	-	4	4	"

4º Ano - 2º Semestre

HT 241	Estágio Supervis.em Ag.de Publ.e Prop.	6		6	3	n/tem
HT 242	Proj.Experim.em Public.Propag. I (gráfico)	-	6	6	3	HT 214 HT 476 HT 495 HT 496 HT 497 HT 480 HT 240
HT 243	Proj.Experim.em Public.Propag.II (audiovisual)	-	6	6	3	HT 214 HT 476 HT 495 HT 496 HT 480 HT 497



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PARTE ESPECÍFICA

3º Ano - Relações Públicas

CODIGO	DISCIPLINA	C. H. SEMANAL			CRÉD.	PRÉ-REQ.
		AT.	AP.	TOTAL		
HT 223	Redação em Relações Públicas I	2	2	4	3	n/tem
HT 224	Redação em Relações Públicas II	-	4	4	2	HT 223
HT 499	Técnicas de Relações Públicas	5	-	5	10	n/tem
HT 483	Ética e Legisl.de Rel.Públicas	4	-	4	8	"
HT 484	Técnicas de Comunicação Dirigida	-	4	4	4	"
HT 485	Técnicas de Difusão em Rel.Públicas	4	-	4	8	"
HT 486	Planej.de Relações Públicas	2	2	4	6	"

4º Ano - 1º Semestre

HT 244	Redação em Relações Públicas III	5	-	5	5	"
HT 245	Téc.n.de Adim.em Relações Públicas	6	-	6	6	"
HT 246	Pesquisa de Opinião Pública	6	-	6	6	"
HT 228	Relações Públicas Governamentais	4	-	4	4	"
HT 247	Assessoria de Relações Públicas	6	-	6	6	"

4º Ano - 2º Semestre

HT 248	Trein.Superv.em Inst.Públ.e Priv.	-	6	6	3	"
HT 249	Proj.Experim.em Rel.Públicas I	-	6	6	3	HT 223 HT 244 HT 224 HT 245 HT 499 HT 246 HT 484 HT 228 HT 485 HT 247 HT 486

HT 250	Proj.Experim.em Rel.Públicas II	-	6	6	3	HT 223 HT 224 HT 499 HT 484 HT 485 HT 486 HT 244 HT 245 HT 246 HT 228 HT 247
--------	---------------------------------	---	---	---	---	--



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PARTE ESPECÍFICA

3º Ano - Relações Públicas

CODIGO	DISCIPLINA	C.H. SEMANAL			CRÉD.	PRÉ-REQ.
		AT.	AP.	TOTAL		
HT 223	Redação em Relações Públicas I	2	2	4	3	n/tem
HT 224	Redação em Relações Públicas II	-	4	4	2	HT 223
HT 499	Técnicas de Relações Públicas	5	-	5	10	n/tem
HT 483	Ética e Legisl.de Rel.Públicas	4	-	4	8	"
HT 484	Técnicas de Comunicação Dirigida	-	4	4	4	"
HT 485	Técnicas de Difusão em Rel.Públicas	4	-	4	8	"
HT 486	Planej.de Relações Públicas	2	2	4	6	"

4º Ano - 1º Semestre

HT 244	Redação em Relações Públicas III	5	-	5	5	"
HT 245	Téc.n.de Adim.em Relações Públicas	6	-	6	6	"
HT 246	Pesquisa de Opinião Pública	6	-	6	6	"
HT 228	Relações Públicas Governamentais	4	-	4	4	"
HT 247	Assessoria de Relações Públicas	6	-	6	6	"

4º Ano - 2º Semestre

HT 248	Trein.Superv.em Inst.Públ.e Priv.	-	6	6	3	"
HT 249	Proj.Experim.em Rel.Públicas I	-	6	6	3	HT 223 HT 244 HT 224 HT 245 HT 499 HT 246 HT 484 HT 228 HT 485 HT 247 HT 486
HT 250	Proj.Experim.em Rel.Públicas II	-	6	6	3	HT 223 HT 224 HT 499 HT 484 HT 485 HT 486 HT 244 HT 245 HT 246 HT 228 HT 247